

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Emanuel Otto Schwieder

FIGURAS PARA UMA CLÍNICA POLÍTICA INSTITUCIONAL:
análise de implicação e gestos de gestar relações não-fascistas

Porto Alegre

2019

Emanuel Otto Schwieder

FIGURAS PARA UMA CLÍNICA POLÍTICA INSTITUCIONAL:

análise de implicação e gestos de gerar relações não-fascistas

Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado para o programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Linha de pesquisa: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

Orientador: Luciano Bedin da Costa

Porto Alegre

2019

Emanuel Otto Schwieder

FIGURAS PARA UMA CLÍNICA POLÍTICA INSTITUCIONAL:

análise de implicação e gestos de gestar relações não-fascistas

Trabalho de Dissertação de Mestrado
apresentado para o programa de pós-graduação
em Psicologia Social e Institucional da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Luciano Bedin da Costa

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Bedin da Costa – Orientador

Prof. Dra. Simone Mainiere Paulon - UFRGS

Prof. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto – UFRGS

Prof. Dra. Carmen Silveira de Oliveira

Prof. Dr. Fábio Herbert da Silva - UFES

RESUMO:

O presente trabalho trata de pensar, a partir de referenciais da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença o que aqui nomeamos de Clínica Política Institucional. Utilizando o que Roland Barthes chama de “figuras”, esta dissertação procura tensionar alguns aspectos do que *poderia ser* essa experiência clínica – um *poderia ser* enquanto campo de possibilidades para pensarmos e, principalmente, experimentarmos uma clínica que se situe na fronteira entre operações de forças molares e moleculares, espaços estriados e lisos, tentando transitar pelas transversalidades e tendo a análise de implicação como uma de suas ferramentas principais. Algumas tensões relativas a essa clínica são problematizadas ao longo da pesquisa, tais como: o inexorável trabalho dos afetos, a irrupção dos microfascismos, a perspectiva ecosófica, a destituição como alternativa de resistência, a experiência da crise e seus movimentos de contenção, os paradoxos do trabalho nas organizações, grupos e coletivos, além da produção de subjetividades nesses espaços e tempos. De toda forma, não se trata de oferecer um novo tipo de clínica psicológica, mas de, no jogo entre figuras, que também são forças, suscitar a cintilação de práticas singulares e seus agenciamentos podendo confrontá-los às instituições, aquelas, por vezes, invisibilizadas no cotidiano do trabalho. Enquanto objeto fabricado, a Clínica Política Institucional está para ser incessantemente recriada.

Palavas-chave: Clínica Política Institucional. Análise de Implicação. Microfascismo. Trabalho. Gestão.

ABSTRACT:

This work is about thinking, based on references from the areas of Institutional Analysis and Philosophy of Difference, about what we here name Institutional Political Clinic. Using what Roland Barthes calls “figures”, this dissertation aims to tension some aspects of what this clinical experience *could be*, as a field of possibilities for us to think and, mainly, to experience a clinic that is located on the border between operations of molar and molecular strength, striated and smooth spaces, trying to transit through transversality and having the implication analysis as one of its main tools. Some tensions related to this clinic are problematized along the research, such as: the inexorable work of affections; the irruption of microfascisms; the ecosofic perspective; the destitution and the riot as resistance; the crisis experience and its retaining movements; the paradoxes of working in groups, collectives and Organizations; and the production of subjectivity in these spaces and times. In any case, it is not about offering a new type of psi clinic, but it is about bringing into light, in the game between figures, which are also strengths, singular practices which are sometimes invisibilized in everyday work, as well as their mediation with institutions. Being it a manufactured object, the Institutional Political Clinic will be constantly recreated.

Keywords: Institutional Political Clinic. Implication Analysis. Microfascism. Work. Management.

SUMÁRIO

1. DUAS OU TRÊS PALAVRAS QUE PODERIAM CABER EM UM INÍCIO	6
1.1 OPERANDO POR FIGURAS	7
1.2 EFEITOS COLATERAIS DE UMA COMICHÃO SUBVERSIVA	8
2. FIGURAS DE UMA CLÍNICA POLÍTICA INSTITUCIONAL.....	10
2.1 ORGANIZAÇÕES, FORÇA E CAFETINAGEM	10
2.2 ORGANIZAÇÕES E TERRITÓRIOS EM DISPUTA E CRIAÇÃO	22
2.3 MAL CONSEGUIA CAMINHAR COM TANTAS PATAS, ASAS E ANTENAS: EFEITOS DE ORGANIZAÇÃO	32
2.4 FOI NECESSÁRIO ENCARAR A CRIATURA: ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO E MICROFASCISMOS.....	35
2.5 NENHUM MICROFASCISMO SE SUSTENTA SÓ: COREOGRAFIAS DE UMA ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO	44
2.6 A DESTITUIÇÃO COMO PRODUÇÃO DE POSSÍVEIS.....	48
2.7 O QUE AS ORGANIZAÇÕES DAS QUAIS VOCÊ FAZ PARTE ANDAM TRANSPORTANDO EM SUAS CARROCERIAS?	51
2.8 É MUITO MELHOR A PERDA DE UM EMPREGO QUE NOS GARANTA A DIGNIDADE DO QUE TER QUE CONVIVER COM A CHANCELA DE TER SIDO UM “IDIOTA”	55
2.9 PISTAS PARA UMA ÉTICA NÃO-FASCISTA.....	56
3. MÁQUINA – LIGAÇÕES, AGENCIAMENTOS E RUPTURAS.....	60
3.1 CONTER A CRISE!?	69
3.2 GESTÃO DA ALIENAÇÃO E O FANTASMA DA CRISE.....	73
3.3 MEDO, FRAGILIDADE E LIBERDADE.....	79
3.4 É NO TEMPO QUE TUDO ACONTECE.....	85
3.5 FLORES QUE ENCANTAM, MAS AMEDRONTAM OS INCRÉDULOS DA TRANSFORMAÇÃO	91
3.6 ERVAS DANINHAS QUE SE ALIMENTAM DAS CHUVAS ÁCIDAS E RASGAM O CIMENTO FRIO DE POLÍTICAS E MORAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	97

1. DUAS OU TRÊS PALAVRAS QUE PODERIAM CABER EM UM INÍCIO

Charles Coustille (2016), em seu ensaio *O que seria uma tese barthesiana?*, nos apresenta quatro características de uma tese segundo Roland Barthes: 1) ela não tem necessariamente um tema, pois seu objetivo é fabricar um objeto; 2) ela abandona seu método durante o percurso; 3) ela é desgraciosa, mas procura seduzir mesmo assim; 4) é uma maneira específica de orientar o desejo. Sabedores de que há uma grande distância entre uma tese dita “barthesiana” e o trabalho de pesquisa assumido nesta dissertação de mestrado, achamos que seria pertinente apresentar algumas linhas de afinidades com os quatro pressupostos supracitados. Se não somos Roland Barthes – ao que equivale dizer o óbvio, de que nossas escritas não têm a mesma densidade poética de suas palavras – somos encantados pela forma como suas ideias excursionam pelo papel e pelas páginas de seus livros.

Fazer um assunto *zanzar*, espécie de ritornelo barthesiano, parece ser um enunciado bastante cabível ao processo de construção desta dissertação. Partimos do interesse, desde a nossa chegada ao programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em problematizar a institucionalização e então chegamos à ideia de tomar a experiência clínica como um objeto possível de investigação. Para isso, tivemos, como na primeira característica de uma tese barthesiana, de “fabricá-lo”. Em síntese, o que nossa prática clínica e nosso trabalho de pesquisa nos mostrou é que esta dissertação, na forma como foi pensada, não passa de uma tentativa de fabricação desse objeto que, como na quarta característica, nos serve como uma espécie de álibi para a orientação de um desejo. Chegamos, então, a esta dissertação como superfície possível para que pudéssemos excursionar em nossas práticas, memórias, experimentações e fabulações, tendo como conceitual a articulação entre autores da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença. Além disso, buscamos um conjunto de ferramentas teórico-práticas que nos levou a nomeá-lo Clínica Política Institucional. Se, por um lado, há um empréstimo conceitual e vivencial de autores oriundos da Análise Institucional – em especial de Loureau, Lapassade e Barembliitt – há, também, da Filosofia da Diferença/Esquizoanálise, com Deleuze, Guattari, Pelbart entre outros. Reconhecemos que são dois campos teóricos que, por vezes, se distanciam, mas que, na prática cotidiana, nos faz reconhecer que essas diferenças são imprecisas e se sobrepõem, no sentido de terem a nitidez de suas fronteiras borradas. É dessa hibridação entre diferentes campos teóricos que acreditamos emergir nosso objeto de pesquisa.

Por outro lado, por vezes nos vemos envoltos em uma espécie de “a-realidade”, como o sujeito apaixonado anunciado por Barthes (1981, p.30), imerso em sentimento de ausência e fuga da realidade. Nossa paixão pela filosofia e pela literatura nos levaram a experimentar o que para nós soou como uma dissimetria essencial, uma necessidade de, frente a paixões diversas, fabricar um objeto dissertativo que pudesse – na impossibilidade de saciá-lo – fazer cintilar gestos diversos, resultando em um texto-flerte de um desejo que almeja produzir encontros, agenciamentos e suscitar imagens possíveis do que chamamos de uma clínica política institucional.

1.1 OPERANDO POR FIGURAS

Relacionando a segunda característica de uma tese barthesiana – abandonar o método durante o percurso – à primeira característica – fabricar um objeto – achamos que seria mais suportável apostarmos em uma pesquisa que pudesse fabricar uma estrutura, transversalizando diversos fragmentos: imagens de práticas e reflexões do pesquisador enquanto analista institucional, imagens de pensamento provocadas pelos livros e teorias lidas e imagens literárias extraídas ou inspiradas na literatura consultada. Assim, “O seu princípio ativo não é o que diz, mas o que ela articula” (BARTHES, 1981, p.3). Na impossibilidade de dizer abertamente “uma clínica política institucional é”, espécie de tentação ou impostura que nos levaria a caminhos não desejados, optamos por apresentar ao leitor uma série de figuras e fragmentos de linguagem que, ao funcionarem em conjunto, pretendem contornar o que poderia ser uma clínica. Em outras palavras, o que buscamos não é a produção de um discurso sobre uma clínica política institucional, mas operar justamente com quebras e rajadas de linguagem que brotam a partir de circunstâncias singulares no contato e na experimentação do pesquisador com esses exercícios clínicos.

Estas quebras do discurso podem ser designadas por figuras. Não se deve aqui entender a palavra em sentido retórico, mas antes, em sentido ginástico ou coreográfico (...) é de uma forma bem mais viva, o gesto do corpo captado em ação e não contemplado em repouso. (BARTHES, 1981, p. 1)

Ainda, segundo Barthes, as figuras recortam-se tal como se pode reconhecer, no discurso que passa, algo que se leu, ouviu ou experimentou. Embora não pactue com a dita “realidade do

mundo tal como ela é”, “uma figura está fundamentada se, pelo menos, alguém puder dizer; ‘como isso é verdadeiro! Reconheço esta cena de linguagem!’” (BARTHES, 1981, p. 1).

Nesta dissertação de mestrado, cada uma de suas figuras pretende ampliar o espectro de paisagens possíveis a uma clínica política institucional, às vezes dando mais a ver (e a sentir) a aspectos micropolíticos, em outros, situando-se em dimensões macropolíticas, apresentando suas correlações nos processos de capturas, suas contradições e brechas, bem como as possibilidades de enfrentamentos e transformações.

1.2 EFEITOS COLATERAIS DE UMA COMICHÃO SUBVERSIVA

Esta dissertação não está imune a alguns efeitos colaterais, incidência do corpo e da alma às formas de opressão. Esta escrita se pretende situada em uma perspectiva paradigmática específica de territorialização, a saber, o paradigma da complexidade que, ao longo do processo de investigação, foi também tangenciando e trazendo à superfície acontecimentos que compõem as histórias das minhas experiências profissionais, as quais aqui ganharam novas versões, atualizadas no tempo e problematizadas a partir do referencial teórico apresentado.

Formado em psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/RS, atuo em três campos distintos: 1 - psicologia clínica; 2 - psicologia social; 3 - psicologia institucional. Nesses campos exercito diálogos com a Psicanálise, a Filosofia da Diferença/Esquizoanálise, a Clínica Ampliada e a Análise Institucional/Socioanálise, entre outros. Minha trajetória a ser destacada aqui busca explorar um estilo que contemple o exercício de uma crítica-análise às instituições, perspectivadas a partir das experiências em diferentes organizações e grupos. Essas vivências estarão mencionadas direta ou indiretamente ao longo desta dissertação. Esse percurso de experiências contempla diferentes equipamentos das políticas públicas de saúde mental, da assistência social e organizações da sociedade civil que, através de convênios e precarizações, também executavam políticas públicas.

Atualmente, acompanho e participo de movimentos sociais e populares de luta por garantias de direitos (dos povos indígenas, dos remanescentes de quilombos, da população em situação de rua e pela diversidade sexual). Realizo também com organizações e coletivos o que chamo de *Supervisão Clínica Institucional* – que tem como mirada a Clínica Política Institucional, a qual tentaremos evocar nesta pesquisa.

Desde minhas primeiras experiências até aqui tenho me deparado com situações que me inquietam e desacomodam. Foi a partir dessas afetações que passei a desenvolver instrumentais

de análises e de práticas a partir de perspectivas que contemplassem as produções sociais, políticas, econômicas e institucionais, bem como as dinâmicas de opressão e alienação incidentes nos processos de subjetivação. O que se busca são práticas que possibilitem a promoção de estratégias de aberturas, desvios e deslocamentos, no sentido de linhas de fuga e caminhos de liberdade, em contraposição aos processos hegemônicos de desterritorialização e capturas. Faço isso como estratégia de resistência, de sobrevivência e de militância ético-política. Ainda acrescentaria, como tempero, uma certa comichão subversiva, ocasionada por um devir animal, o qual me acompanha desde a infância e que não me permite ser aprisionado.

É nesse sentido que acredito ser necessário e potente o exercício político de trocas, de compartilhamentos, de solidariedades, de amizade, mediados pelos processos coletivos de análise das implicações, sabendo que eles requerem sempre sensibilidade e disposição para a escuta, para os enfrentamentos e confrontos, para suportar as incertezas e as contradições. Além disso, são processos de lutas micropolíticas que podem garantir a existência e a qualidade desses espaços de construções do comum, que contemplem as diferenças e as formas singulares, abrindo-se para a diversidade humana e sua complexidade. São batalhas, que, antes de qualquer outra coisa, se colocam em favor da vida e contra o fascista, o opressor e suas formas, o machista, o racista, o misógino, o moralista, o burocrata e suas instituições em nós.

2. FIGURAS DE UMA CLÍNICA POLÍTICA INSTITUCIONAL

2.1 ORGANIZAÇÕES, FORÇA E CAFETINAGEM

Caos: no princípio era assim, cada qual faziam suas experimentações, as coisas não eram feitas de partes, eram soltas e as vezes delineavam modos comuns. A terra ainda era sem males. O tempo não passava, fazia-se a cada instante. Tudo era da mesma parte, um plano de superfície integrava passado, presente e futuro. O espaço, a terra, a vida, uma pulsão, por questão de sobrevivência. Depois, por ganância, as guerras, as garras, os vermes, as epidemias, a morte, a fragilidade e o medo. Inventou-se modos de proteção, de organização e de resistência. A sociedade, o Estado e as comunidades. Inventamos nossas armaduras de ferro, que foram úteis, mas hoje não conseguimos mais nos livrar delas. Pesam e sua ferrugem já nos paralisa. O tétano é implacável. As velhas roupas já não nos servem mais. É tempo de inventarmos novas estilísticas do existir, outras formas de nos organizarmos.

Em seu livro *As três ecologias*, Guattari (2012) faz uma importante análise de conjuntura sobre o capitalismo, o qual definiu como *capitalismo mundial integrado* (CMI)¹, sinalizando algumas ideias das quais nos aproximaremos em termos de ética e política da clínica. Em determinado trecho da obra, o autor faz referência à importância de se investir em novas práticas ecológicas, cujo objetivo será o de tornar processualmente ativas singularidades isoladas, recalçadas e girando em torno de si mesmas.

Nessa mesma perspectiva, dever-se-ão considerar os sintomas e incidentes fora das normas como índices de um trabalho potencial de subjetivação. Parece-me essencial que se organizem assim novas práticas micropolíticas e microssociais, novas solidariedades, uma nova suavidade juntamente com novas práticas estéticas e novas práticas analíticas das formações do inconsciente. Parece-me que essa é a única via possível para que as práticas sociais e políticas saiam dessa situação, quero dizer, para que elas trabalhem para a humanidade e não mais para um simples reequilíbrio permanente do Universo das semióticas capitalísticas. (GUATTARI, 2012, p. 34-35)

As diferentes modalidades de regimes das organizações humanas, de modo geral, constituem inevitavelmente formas políticas e, assim sendo, se fazem a partir de modulações do

¹ *Capitalismo mundial integrado* (CMI) é o nome que, já no final dos anos 1970, Félix Guattari propôs para designar o capitalismo contemporâneo como alternativa à globalização, termo, segundo o autor, por demais genérico e que vela o sentido fundamentalmente econômico e, mais precisamente, capitalista e neoliberal do fenômeno da mundialização em sua atualidade. Nas palavras de Guattari: “O capitalismo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique de fora de seu controle”. (GUATTARI, 1985, p. 211)

campo relacional entre os humanos, os não humanos, as coisas, as instituições, o Estado e o Mercado. Ao referirmos aqui *organizações*, consideraremos, em especial, nossa experiência em equipamentos (estabelecimentos) das políticas públicas, como por exemplo: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, escolas, bem como organizações da sociedade civil que executam políticas públicas através de parcerias², movimentos sociais e populares. No entanto, não deixaremos de considerar, em alguma medida, outras organizações as quais institucionalizam produções que nos preocupam, como por exemplo organizações criminosas, de intolerância à diversidade sexual, racistas, nazistas, fascistas, etc., pois suas produções promovem agenciamentos e linhas de forças no campo das subjetivações, do político e do institucional.

Ao propormos um olhar mais cuidadoso para esse nível da realidade social, as organizações, consideramos o quanto essas dimensões (grupos, organizações e instituições) encontram suas distinções teóricas sobrepostas em uma dinâmica complexa, operando de maneira a serem interdependentes entre si. Nesse sentido, transitaremos pelas organizações tendo como ponto de partida o que foi conceituado por Lapassade (1977) em seu livro *Grupos, Organizações e Instituições*. O autor nos apresenta uma sistematização dessas definições conceituais, as quais dão conta de definir o que classificou como sendo dimensões que compõem três níveis da realidade social, os quais ele também refere como podendo determinar os três níveis para uma análise institucional. Sobre essa relação nos ajuda o autor:

Um “grupo” – e eu também compreendo como “grupo” uma “organização social” – é sempre determinado por instituições. Se quisermos analisar o que se passa num grupo, quer seja “natural” ou “artificial”, pedagógico ou experimental, é preciso admitir como hipótese prévia que o sentido do que se passa aqui e agora nesse grupo liga-se ao conjunto da textura institucional de nossa sociedade. (LAPASSADE, 1977, p.14)

Entende o autor que não seria efetivo analisarmos o que se passa com grupos e organizações sem considerarmos os efeitos “ocultos” das instituições sobre eles. Além disso, ele ressalta a importância de se reconhecer e se considerar, sobretudo, o caráter político que está colocado nessas correlações, pois a instância que transfere caráter de lei às instituições é o Estado, o qual, através das instituições, exerce força de “regulação” da liberdade dos grupos e

² Forma contratual entre o poder público e as organização da sociedade civil, estipulada no novo *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil*, em vigor desde 2016. Fonte: <http://www.scpa.org.br/artigos/MARCO_REGULATÓRIO_TERC_SETOR.pdf>.

organizações. Nesse sentido, Lapassade nos sinaliza que seriam nos momentos de “crise revolucionária” que alguns processos de transformações poderiam ocorrer, abrindo a possibilidade para o surgimento de novas instituições.

A “base” desse sistema é, ao contrário, instituída pela cúpula, com exceção dos períodos de crise revolucionária. Quando se suspende a repressão da cúpula sobre a base, a capacidade instituidora desperta nas unidades de base. Liberta-se a palavra social. Torna-se possível a criatividade coletiva. Inventam-se em todo lugar novas instituições que já não são, ou não ainda, instituições dominantes, marcadas pelo domínio do Estado. Eis o esquema ao mesmo tempo anatómico e dinâmico do sistema aqui descrito sob os termos de “grupos, organizações e instituições.” (LAPASSADE, 1977, p. 15-16)

Quando define o conceito de organização, refere ser esse um nível no qual seria possível exercer intermediações, por isso a importância de considerarmos o caráter político dessas relações entre os grupos, as organizações, as instituições e o Estado. Aqui gostaríamos de acrescentar a instância do Mercado que, assim como o Estado, constitui poder importante no que se refere ao que se institui pelas instituições com força de regulação.

É o nível da fábrica em sua totalidade, da universidade, do estabelecimento administrativo. É a esse nível da organização, grupo dos grupos que se rege ele próprio por novas normas, que se faz a mediação entre a base (a “sociedade civil”) e o Estado. Para nós, é um segundo nível institucional; nível de aparelhos, de ligações, da transmissão de ordens; nível da organização burocrática. Nesse segundo nível as instituições já apresentam formas jurídicas. (LAPASSADE, 1977, p.15)

É a partir daí que seguiremos neste percurso, tentando sinalizar para os riscos de capturas aos quais as organizações podem estar submetidas e, nesse sentido, talvez encontrando-se deslocadas de suas matrizes de produção daquilo que elas estariam se propondo a produzir enquanto finalidade. Falamos isso no sentido de que uma organização, em teoria, mesmo considerando o conjunto das leis que estruturam o sistema de regulações, teria a liberdade de produzir qualquer tipo de coisa no que se refere a pensamento, sentido, subjetividade, objetos, cuidado, violências, ódio, alienação, entre outras, mas o que nos parece ser imprescindível de discutir aqui, como prática analítica e ética, são as possíveis leituras dos efeitos dessas produções

de subjetivação na saúde mental de quem compõe esses processos, bem como seus impactos nas práticas desempenhadas no campo social, político e cultural, assim como na vida de modo geral.

Se considerarmos a necessidade de formularmos questões sobre o que poderia estar envolvendo suas produções, o que de fato as faz mover, inicialmente as tomaríamos por duas perspectivas éticas distintas, afirmando que aquilo que produzem inevitavelmente provoca efeitos e estes, por sua vez, repercutem seja na garantia daquilo que se busca preservar e cuidar, como por exemplo a liberdade de constituição de modos singulares de subjetivação, respeitando as diferentes formas de se relacionar e preservar a vida, etc., seja daquilo que promove o cerceamento das liberdades e achatamentos dos processos subjetivos e outras táticas perigosas a serem direcionadas contra quem pretender manifestar ideia controversa, ou seja, como forma de resistência ou como manifesto à diferença ao proposto por esse regime autoritário de produção. Em alguns casos, no entanto, o ímpeto organizativo pode provocar reações e práticas excessivas, extremadas, impensadas por parte de quem se sujeita a esse tipo de regime, fora do previsto entre os agenciamentos intermediados pelo menor senso de civilidade, e aqui nos referimos a ações de ódio, intolerância e racismos que culminam em práticas de violência, chegando a propositivas reais de eliminação desses “outros”, que por um efeito de uma espécie de transe ou delírio coletivo, estariam classificados como sendo passíveis de eliminação.

Parece ser razoável afirmar que qualquer organização que se estabeleça necessita, inevitavelmente, ter um certo *quantum* de consciência crítica de si, mensurando suas condições de cuidado e responsabilidades ético-jurídicas sobre aquilo que produzir, na mais ampla compreensão do termo, contemplando suas dimensões materiais e imateriais. Nesse sentido, abre-se para o campo da análise institucional a possibilidade de acompanhar o coeficiente de transversalidade³ das organizações, cartografando os movimentos do que pode ser potência de criação e invenção da vida e o que pode ser, ao contrário, força de sua aniquilação, promovendo modos de resignação, adoecimentos, angústias, medos e a morte das suas possibilidades de transformação e diferenciação. Logicamente, nos referimos a um coeficiente que não é estático, sendo dinâmico, móvel, processual e complexo.

Considerando o sistema capitalista no qual nos encontramos inseridos, tomando como ponto de partida o que Guattari (2014) designa como *capitalismo global integrado*, encontramos

³ Este conceito, desenvolvido na obra “Revolução molecular: pulsações políticas do desejo”, escrito por Guattari, tem relevância nesta pesquisa. Ele também pode ser aplicado (e aqui o é) para pensarmos coeficientes em processo, entre as relações das instâncias molares e moleculares. Vejamos como define o autor: “A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos. É o próprio objeto de busca de um grupo sujeito.” (GUATTARI, 1985, p.96).

em seus meandros algumas contradições que consideramos importantes de serem observadas. Segundo Rolnik (2018), em sua “nova versão”, o capitalismo funcionaria na atualização da própria noção de exploração, não mais somente da força de trabalho, mas da vida em sua dimensão molecular, genética, micropolítica e subjetiva, incidindo em uma complexa economia de fluxos. Ampliam-se, então, as capacidades de acumulação do capital, motor propulsor que faz mover toda a sua produção. Em sua nova versão, o capitalismo passa a explorar a indissociável relação entre vida e morte, capturando e capitalizando a vida em sua capacidade e potência germinativas, da mesma forma que gerencia a morte em sua potência cruel de segregação, adoecimento, alienação e sofrimento. Essas duas forças indissociáveis – vida e morte – capturadas engendram essa nova ordem do sistema capitalista, formando uma complexa máquina que, por um lado, promove o prolongamento da vida, colocando-a como combustível desse regime de produção e acumulação (sendo tomada como item de mercadoria a ser monetarizada e mercantilizada), e por outro lado, degrada as condições das relações humanas, políticas, subjetivas, sociais, econômicas, culturais e ambientais, formas de degradação que se dão em todas as extensões do planeta.

Se a base da economia capitalista é a exploração da força de trabalho e da cooperação intrínseca à produção para dela extrair mais-valia, tal operação – que podemos chamar de “cafetinagem” para lhe dar um nome que lhe diga mais precisamente a frequência de vibração de seus efeitos em nossos corpos – foi mudando de figura com as transfigurações do regime ao longo dos cinco séculos que nos separam de sua origem. Em sua nova versão, é da própria vida que o capital se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação e transformação em seu nascedouro – ou seja, sua essência germinativa -, bem como da cooperação da qual tal potência depende para que se efetue em sua singularidade. A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios. Em outras palavras, em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor. (ROLNIK, 2018, p. 32-33)

Um exemplo interessante desse processo exploratório, cruel e perverso aparece quando vemos a notícia de que a Monsanto, uma das empresas líderes mundiais no mercado de sementes transgênicas e de agrotóxicos, entre outras coisas, funde-se a Bayer⁴, fabricante de medicamentos e também agrotóxicos, de modo que ambas passam a ser a mesma, no sentido de sua associação

⁴ Seus proprietários foram grandes apoiadores da ascensão de Hitler na Alemanha. Durante o regime nazista compuseram o conglomerado de empresas denominado de *IG Farben*, responsável pela fabricação das armas químicas responsáveis pelo êxito da ascensão nazista, exemplo disso foi o desenvolvimento do gás utilizado nos campos de concentração, do qual tinham a patente. Realizavam pesquisas, experimentos e torturas com cobaias humanas e se utilizavam de trabalho escravo em massa. Alguns sobreviventes, vítimas dessas empresas nesse período, lutam até hoje na justiça por indenizações. Fonte: <https://super.abril.com.br/saude/os-crimes-da-industria-farmaceutica/>

e cooperação no mercado mundial, porém com o nome⁵ que melhor convier. Os dados referentes a essas empresas são estarrecedores e, segundo notícia retirada do site Rede de Agricultura Sustentável, “conforme a EPA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos), a Monsanto é a quinta maior empresa poluidora de águas dos Estados Unidos. Ela já lançou na terra, água, ar e subsolo 166,8 milhões de toneladas de produtos químicos”⁶. Lembramos também que ela possui o monopólio da produção de sementes e agrotóxicos no Brasil⁷, contando com apoio representativo expressivo de uma bancada política no Congresso Nacional, também conhecida como bancada ruralista.

Assim, temos uma estratégia que podemos chamar de triplo mercado. A empresa: 1) cria sementes geneticamente modificadas para melhor suportar a utilização dos agrotóxicos; 2) junto com suas sementes, ela apresenta uma linha extensa de agrotóxicos que banham as plantações e, conseqüentemente, nos envenenam, afetando diretamente não só a nossa saúde, mas todo o meio ambiente; para finalizar, 3) nos oferecem as medicações para os tratamentos de saúde que se fizerem necessários.

Nas cidades, nos supermercados e mercadinhos Brasil afora, encontramos com acesso popular uma gama de alimentos ultraprocessados, produzidos com bases sintéticas ricas em gorduras hidrogenadas, saturadas, açúcares, sódio e aditivos químicos, alguns até comercializados por essa mesma empresa citada acima, como o Aspartame, por exemplo.

A promoção de políticas que não visam à inclusão de parcela significativa da população, em especial as que se encontram na margem da pobreza ou além dela, promovem cada vez mais a segregação de populações e/ou segmentos populacionais, tendo nos processos de subjetivação alienantes um dos projetos dessa produção política e econômica. Os efeitos dessa política setorizada e irresponsável são demonstrados na falta de empregos, de condições de saneamento básico, de acesso à comida, à água e a tudo aquilo que seria o mínimo para a sobrevivência humana. Isso, no entanto, não é só uma característica e uma questão brasileira, como nos diz Guattari (2012), é global e integrado.

Em detrimento da manutenção da vida de uma parcela da população mundial e de um certo “modo de ser” baseado no acesso e no consumo, promove-se, sem qualquer possibilidade de remorso, a exploração e/ou o abandono de um grande contingente populacional que, sem condições de acesso e muito menos de consumo, morrem à míngua. É uma dupla produção da

⁵ <https://g1.globo.com/economia/noticia/bayer-anuncia-o-fim-da-marca-monsanto.ghtml>

⁶ <http://www.agrisustentavel.com/trans/crisanto.htm>

⁷ O Brasil é o país em que a população mais consome agrotóxicos em sua alimentação no mundo. A estimativa é de que, em média, cada cidadão consuma de cinco a sete litros de agrotóxico por ano. Fonte: <<https://jornal.usp.br/atualidades/uso-de-agrotoxicos-no-brasil-e-descontrolado-afirma-pesquisador/>>

força motriz do sistema: uma que busca a manutenção da vida, baseada na produção da morte, e a outra que produz a morte, baseada na manutenção da vida. Dois modos distintos de produção da política sobre a vida e sobre as subjetividades, como bem definiu Rolnik⁸, sobre as distintas produções, sendo a *subjetividade luxo* e a *subjetividade lixo*.

Reconhecemos o sistema CMI como um modo de organização e de produção de processos hegemônicos. É uma política de hegemonização que promove uma cadeia de engendramentos intensivos, subjetivos e extensivos territorialmente, alastrando-se e penetrando sem limites na vida do planeta, de modo amplo e irrestrito. Mesmo os lugares mais remotos são alcançados pelos impactos dessa produção e exemplo disso foi a recente divulgação de um arquivo de imagens coletadas em estudos de investigação realizados em uma fenda oceânica chamada Fossa das Marianas⁹, a dez mil quilômetros de profundidade, onde uma sacola plástica foi encontrada. Foram também encontrados outros resíduos já em interação com animais, os quais se encontravam enredados nesses materiais. Assim, falamos em produções de vida e de morte que se capilarizam como efeitos das produções políticas, econômicas e culturais de pequenas, médias e grandes organizações que se apoiam em algumas linhas de verdades éticas, ideológicas, morais, econômicas, científicas e ecológicas.

A forma de organização do sistema capitalista integra o planeta com tecnologias, arquiteturas esvaziadas de qualquer territorialidade, cidades arquipélagos de uma grande ilha global (do ocidente ao oriente não são encontradas diferenças). As *idades subjetivas*, como definiu Guattari (1992) promovem aos viajantes uma não experiência com a diferença, pois são projetadas para fugirem o mínimo possível de um padrão global, possibilitando uma sensação de conforto e familiaridade. Nessa política de produção subjetiva das cidades, são produzidos, também, modos de subjetivação individualizados e alheios a sua condição de alteridade com o outro e com tudo aquilo que está por trás dos muros que sustentam essas formas familiares, ou seja, o estranho.

Trata-se de um contingente de modos individualizados e homogeneizados, constituindo, no entanto, uma coletividade globalizada produzida em detrimento de uma outra parte da população do globo, os estranhos, que permanecem excluídos dessa coletividade. Esse contingente não é invisível já que, por mais que se tente ludibriar a realidade, aparecem se espremendo pelas beiradas desse sistema, tentando algum farelo que lhe garanta mais um dia de vida.

⁸ <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>

⁹ <https://www.nationalgeographicbrasil.com/planet-or-plastic/2018/05/sacola-plastica-plastico-planeta-poluicao-oceano-fossa-profunda-mundo>

Vivemos tempos difíceis, pois apesar dos avanços técnico-científicos, temos dúvidas se o mundo hoje encontra-se em uma condição tão ou mais precária do que a que tínhamos tempos atrás, quando éramos criança e estávamos mais ocupados em pensar sobre a invenção de outros mundos. Se é verdade que o mundo de fato mudou e que alguns de nós passaram a ter mais consciência e sensibilidade para perceber as intervenções e os efeitos desse sistema que nos explora, como o cafetão a uma prostituta, no entanto preocupa-me perceber que, mesmo diante disso, deparamo-nos com essa condição de alienação, degradação e esgotamento nas organizações. Nesse sentido, se nos acostumamos e nos conformamos a isso, inevitavelmente nos deparamos e nos defrontamos com nossa condição de humanos filhos desse sistema de exploração da vida.

Para nos ajudar a pensar, Rolnik (2011, p.18) apresenta essa aproximação entre a lógica que se apresenta nesse movimento de exploração e resignação, os efeitos da política de produção de modos de subjetivação do capitalismo e a lógica de exploração da mulher e da vida colocadas como objetos de consumação. Deriva disso a utilização do termo *cafetinagem*:

O cenário de nossos tempos é outro: não estamos mais sob o regime identitário, a política de subjetivação já não é a mesma. Dispomos todos de uma subjetividade flexível, experimental e processual e nossa força de criação em sua liberdade de experimentação não é só bem percebida e recebida, mas ela é inclusive insuflada, celebrada e frequentemente glamurizada. Mas há um porém, e que não é dos mais negligenciáveis: o principal destino dessa força não é a invenção de formas de expressividade para as emanações do corpo vibrátil – estas formas que veiculam a incorporação das forças do mundo em nossa subjetividade e que são indissociáveis de um devir-outro de nós mesmos. O capitalismo cognitivo, inventado justamente como saída para a crise provocada pelos movimentos daqueles anos, apropriou-se da potência de criação que então se emancipava na vida social, para colocá-la de fato no poder. Entretanto, sabemos todos que se trata aí de uma operação perversa, cujo objetivo é o de fazer desta potência o principal combustível de sua insaciável hipermáquina de produção e acumulação de capital. É esta força, assim *cafetinada*, que com uma velocidade exponencial vem transformando o planeta num gigantesco mercado e, seus habitantes, em zumbis hiperativos incluídos ou trapos humanos excluídos (...).

Dessa forma, seguimos compondo com o que nos aponta Guattari (2012), sobre a atual condição de mundo:

O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a vida em superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. (GUATTARI, 2012, p. 7)

Em meio a esses apontamentos lembramos de algumas obras de ficção científica que, para além de nos provocar a pensar sobre o futuro, também nos provoca a pensar a partir do que vivemos no presente. É impressionante perceber como alguns autores conseguiram ter tamanha perspicácia em suas “previsões”. Ao lermos essas obras, algumas escritas há cinco décadas ou mais, podemos nos surpreender, pois elas nos colocam questões como pulgas atrás das nossas orelhas. Por exemplo, quais seriam suas reais finalidades e, porventura, foram esses autores e obras que tiveram sucesso em suas aproximações visionárias com a atualidade ou algumas decisões políticas e econômicas passaram a serem planejadas baseadas neles? (Deixo a pulga passar para vocês.)

Sinalizamos isso pois, seguindo na leitura de GuattariI (2012), nos encontramos com um trecho em que ele, descrevendo sua crítica sobre a atualidade, faz uma menção ao movimento de deslocamento das estruturas de produção de bens de consumo e serviços para uma indústria de produção de subjetividade, o que identificamos como sendo aproximada ao que entendemos ser a indústria cultural de consumo. O autor escreve sobre o CMI:

O capitalismo pós-industrial que, de minha parte, prefiro qualificar como CMI, tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens, etc. (GUATTARI, 2012, p. 30)

A partir do fragmento acima trazemos a história de *Os mercados do espaço*¹⁰, de Frederick Pohl e C. M. Kornbhuth, lançado nos Estados Unidos em 1953 e, no Brasil, em 1973, na qual percebemos um movimento de deslocamento do capitalismo, o que nos remete a um cenário que se aproximaria muito do atual, mesmo que o enredo se passe no longínquo ano de 2300. Nesse romance-ficção, as empresas de publicidade são as responsáveis pela condução da produção política, subjetiva e do mercado, dando conta dessa forma da gestão da ordem pública. As pessoas, por sua vez, só teriam *status* de cidadãos quando enquadradas como tendo condições para serem consumidores. Na obra, os autores apontam para um cenário mundial no qual a exploração provoca a escassez de recursos naturais e, ao mesmo tempo, há a necessidade de expansão da exploração desses recursos para a fabricação de novos produtos.

Em meio a esse período de superpopulação mundial e de escassez dos recursos naturais, duas empresas de propaganda disputam a franquia para a venda de viagens ao planeta Vênus,

10 Informações sobre o livro encontram-se nesta sinopse, disponível em <http://www.ciencia.iao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=fic&cod=_osmercadoresdoespacofred>, e nesta dissertação, disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-27042010-121239/pt-br.php>>.

com o discurso de que lá seria possível uma nova vida. Nesse sentido, a história apresenta um movimento de expansão territorial interplanetária, que poderíamos comparar com o que ocorreu aqui no período pré-moderno com as grandes navegações que culminaram com a colonização das Américas, por exemplo. O local de chegada anunciado pela campanha publicitária é uma notícia falsa, já que o objetivo por trás das sedutoras imagens é reduzir a população da Terra, pois, na realidade, as pessoas que se convenciam da oportunidade eram lançadas ao espaço e os poucos colonos que conseguiam sobreviver na arriscada e precária viagem, chegando com êxito a Vênus, se deparavam com um planeta sem estrutura alguma. No entanto, apesar da precariedade de recursos, poderiam contar com um lugar a ser arduamente explorado, à medida que iam conseguindo se manterem vivos. Analisando essa história e seus desfechos, e tomando a liberdade de “ficcionalmos” juntos, poderíamos arriscar dizer que também nos encaminharíamos para a classificação das profissões de publicitário e especialistas em *marketing* como sendo as “profissões do futuro”, tendo em vista a relevância que têm para a manutenção do nosso sistema global e integrado em vigência.

Poderíamos arriscar dizer também, caso essa história de ficção um tanto quanto irônica, segundo alguns críticos da obra, viesse a se confirmar para nós em um futuro próximo, que o atual CMI terá feito um movimento cíclico, sendo possível identificá-lo ao longo da história. Poderíamos, então, apontar dois grandes ciclos que se alternariam: primeiramente, o expansionista, que outrora nos levou às grandes navegações marítimas e às colonizações; e o segundo seria o que estamos vivendo na atualidade, o *capitalismo intensivo*, denominado em Barros & Passos (2004) e que se apresenta da seguinte maneira:

Trata-se de um capitalismo não mais expansionista tal como ele se realizou desde sua forma ibérica, caracterizada por um tipo de investimento desejante no desterritorializado. Lançar-se ao mar ou realizar o espírito da conquista através de um projeto de expansionismo marítimo nos indica essa operação desejante própria do capital. Lançava-se ao mar para colonizar, pois é no desterritorializado do mar que se encontrava o meio (*medium*) de integração do diverso à metrópole. Eis aí a axiomática do capital: desterritorializar integrando, recompôr incessantemente. Esse expansionismo ultramarino contrasta, contemporaneamente, com um capitalismo intensivo que precisamos melhor entender. (BARROS E PASSOS, 2004, p. 160).

A análise destes e outros autores que nos apontam sobre o capitalismo intensivo requer uma atenção mais aprofundada, a qual buscaremos desenvolver no decorrer desta dissertação, quando tratarmos dos processos micropolíticos. No entanto, como provocação para abordar o tema, arriscaremos alguns caminhos, tentando aproximar essa problemática ao que nos move nesta pesquisa.

Em nosso percurso de pensar figuras para uma clínica política institucional, arriscamos algumas análises sobre recortes do cotidiano das organizações como recurso de provocação, a fim de abrir ali espaços para o exercício de produção do pensamento, da crítica, do reconhecimento e da valorização das diferenças, da liberação dos acessos ao campo das possibilidades e das experimentações autônomas de criação e invenção de singularidades.

Não é incomum encontrarmos nas organizações, em algum cartaz ou frase na parede (ou em seus documentos e/ou discursos), o propósito de promoção das transformações sociais. Entendemos que tais propósitos de transformações sociais implicariam atos, gestos e práticas inevitavelmente éticos, estéticos e políticos. Nesse sentido, nossa escolha de pensarmos uma clínica nesse contexto não foi feita pelo acaso.

Como seria possível pensarmos a transformação social sem pensarmos a transformação do sistema de produção política e subjetiva no qual estamos inseridos e o qual nos organiza? Ou ainda, como poderíamos pensar uma clínica sem considerarmos a produção de desvios? O capitalismo, inevitavelmente, atravessa a todos nós com sua lógica de operacionalização e mercantilização da vida, a qual suavemente vai modulando nossos extratos subjetivos e inconscientes mais profundos, em âmbitos da dimensão micropolítica do desejo, conforme nos dirá a seguir Guattari (2012).

No entanto, diante desses dois questionamentos, os aproximamos de algumas leituras que vêm sendo realizadas e construídas tendo como interesse o diálogo com os saberes oriundos da experiência, nas quais, por exemplo, identificamos alguns movimentos na dinâmica das organizações que nos chamam a atenção.

Ao longo das figuras, pinçaremos alguns recortes nos quais é possível identificar efeitos de coprodução entre as três dimensões – coletivos¹¹, organizações e instituições – as instituições e suas incidências nessas realidades das organizações e coletivos. Tomaremos esses efeitos como analisadores, reconhecendo que, muitas vezes, essas incidências não encontram mediação crítica e de análise, que sinalizem para os modos com os quais as organizações vêm realizando suas escolhas e operando suas estruturas burocráticas, suas práticas, suas estratégias e estilos de gestão, ou seja, como estão organizando seus processos de produção no cotidiano. São abertas às condições para se colocarem em um processo de análise dessa produção? Por onde transitam – por processos de transformações ou de reproduções de modos historicamente instituídos?

¹¹ Optaremos pelo conceito de *coletivo* ao invés de *grupo*, por entendermos que aquele atende melhor às nossas perspectivas para pensar a clínica. Em figura adiante trabalharemos melhor esse conceito.

Em alguns casos, nos pareceu ocorrer certa legitimação dessa lógica de incidências institucionais nas organizações, como por exemplo uma produção organizada com o viés de sua gestão semelhante ao que geralmente encontramos no âmbito empresarial privado, validando algumas relações de competitividade, maior produtividade pela produtividade, sem encontrar espaços de atualizações de sentidos para contrapor o que se produz com o que de fato se quer produzir. Em outros casos, essa lógica foi expressa categoricamente, por exemplo, no dizer “o estresse e a tensão no trabalho promovem uma maior produtividade e resignação”, frase mantra de uma gestão que, supostamente, teria como base a ciência, pois essa afirmação vem referendada “conforme pesquisas realizadas”, que lhe dariam um tom de verdade.

Mesmo que pudéssemos crer na existência de tais pesquisas, elas não seriam suficientes para tratar da complexidade que estamos querendo alcançar aqui ao problematizarmos essas situações. No entanto, verídico ou não, são discursos como esses que de certa forma impulsionam um tipo de processo de produção, traçando em seu rastro características que nos mostram o rosto atrás das máscaras. Eles são modos específicos de se fazer gestão e cada vez mais vemos ganharem fôlego nos modos de pensar a gestão nas organizações, as quais, nesses casos, promovem a manutenção do que está colocado como modo hegemônico de ser no mundo, além de submeterem ao que é proposto pelo sistema de produção capitalista o que poderia ser a “diferença”, em processos caducos de adequações e adaptações pautados conforme o que “pede” o mercado e/ou o Estado.

Temos nesse exemplo um *modus operandi* de como se segue uma cartilha institucional, a qual garantiria a institucionalização da lógica capitalista e de mercado por exemplo, uma estruturação fiel e subordinada, em que qualquer “falha” pode ser tratada como se fosse uma fatalidade, com muita pouca condição de crítica coletiva que possa promover algum tipo de escape e desvio ao que se configura esse enredamento exploratório e perverso. Nesse ambiente, de uma organização colocada sem intermediação diante dessa grande máquina capitalística, nos parece tarefa difícil serem abertos espaços para uma análise crítica. No entanto, nesse caso, não deixamos de imaginar um analista trajado de mecânico se permitindo ser sugado por entre as engrenagens burocráticas dessa maquinaria, tentando promover alguma quebra, que nessas circunstâncias se equivaleria a um conserto ou transformação e redirecionamento de sentido ético, como Charlie Chaplin no filme *Tempos Modernos*.

O que faz propagar o intensivo em nós assenta-se em nossos cotidianos, entre nossas relações, sobre nossos corpos, nos provocando desterritorializações a todo o instante, nos

deslocando de nosso *centro de gravidade*¹², nos faz alienados de nossa própria matriz de produção ética e estética, daquilo que nós somos enquanto processo em formação. É intensivo pois não busca territorializar-se, pois é desterritorializando que ele se prolifera. O intensivo no sentido de agenciar sutilmente nossas subjetividades, nossos afetos, modulando e capturando nossa produção de desejos. Ele está em toda a parte fazendo operar sua força, é global e globalizante.

No entanto, entendemos que, apesar de suas estratégias e de sua força de capilarização intensiva em nós, nos processos de produção inconscientes, o modo capitalista de funcionar não é o único e não deixa de ser mais um modo entre outros possíveis de serem inventados. Não é com estratégias de resignação e de alienação que se pode promover qualquer tipo de diferença que siga em uma direção que proponha uma alteridade emancipatória e ética, mas por meio de abertura e sustentação de espaços de construções coletivas que possibilitem o exercitar de estratégias políticas de liberdade, que promovam diferentes formas de entender as diferentes realidades, de pensar formas de sua construção, de fazê-la juntos e de maneira solidária.

2.2 ORGANIZAÇÕES E TERRITÓRIOS EM DISPUTA E CRIAÇÃO

Axiomáticas: agenciamentos feito em linhas codificadas. São difíceis de promover desvios ou sequer outras conexões, ainda mais se o modo de ligação for o de estarmos a sós. Em coletivo, temos boas chances de transformá-las em rizoma, em criações que se assemelham a obras artísticas. Mas não basta estarmos juntos. É preciso abertura e coragem para suportarmos as incertezas do processo e do devir.

A ideia de pensar uma clínica que tem como propósito a inseparabilidade das dimensões políticas e institucionais remete ao comprometimento que temos enquanto psicólogos sociais e analistas institucionais. Tomamos a demanda desse desafio como necessária e atual, seja do ponto de vista da produção de conhecimento que realize as aproximações necessárias entre ciência e profissão ou seja pela pertinência de sua atualidade considerando o atual momento histórico, político, econômico e cultural pelo qual nós estamos passando no Brasil, momento esse que requer que tenhamos muita cautela e, ao mesmo tempo, proatividade em nossas ações.

¹²

“Quando se coloca o centro de gravidade da vida, não na própria vida, mas no ‘além’ – no nada – na verdade se retirou da vida o seu centro de gravidade.” (NIETZSCHE, 2012, p. 74)

Contamos com as proposições éticas de Barros e Passos (2004, p. 166), as quais nos ajudam a pensar sobre essa clínica inseparável de uma política:

E por que esse destaque da interface clínica política? Porque aí nos encontramos com modos de produção, modos de subjetivação e não mais sujeitos, modos de experimentação/construção e não mais interpretação da realidade, modos de criação de si e do mundo que não podem se realizar em sua função autopoietica, sem o risco constante da experiência de crise. O que queremos dizer é que definir a clínica em sua relação com os processos de produção de subjetividade implica, necessariamente, que nos arrisquemos numa experiência de crítica/análise das formas instituídas, o que nos compromete politicamente.

Nesta dissertação arriscaremos essa experimentação. Faremos alguns exercícios de aberturas para a crítica/análise sobre alguns movimentos instituídos que, por sua vez, fazem funcionar certos regimes de gestão, os quais repetem formas de poder hierarquizadas e autoritárias de modo mecânico e automatizado o que não se dá sem efeitos nos cotidianos das organizações, gerando por sua vez, processos de alienação, resignação e deslegitimação do outro como partícipe do movimento organizativo e de produção coletiva.

A força daquilo que está posto como instituído está colocado como se não fosse possível de ser problematizado e, se for o caso, combatido. Seus agenciamentos institucionais estão atrelados de tal forma para tentar barrar qualquer recurso que lance mão de pensar a abertura de espaços específicos nos quais se possa tratar, entre outras coisas, uma prática clínica que proponha, como uma de suas formas de cuidado, dar atenção para isso. No entanto, como veremos até o fim desta dissertação, ela pode vir a ser uma alternativa viável e, ao mesmo tempo, colocada como alternativa, não tem a pretensão de esgotar o universo das análises, mas servirá como uma espécie de conversor, ampliando o espaço ambiental para o campo plural e múltiplo das possibilidades de possibilidades.

Assim, seriam possíveis experimentações de suas críticas e análises sobre seus processos e produções, justamente onde os recursos da gestão dessa organização possam parecer não suportar a eminência de uma crise ou alguma coisa que promova certa desestabilização. Como veremos adiante, uma redistribuição das forças para os processos de desterritorializações e territorializações se faz necessária.

Sobre a relação entre o poder e as formas das relações, amplamente desenvolvida por Foucault em *Microfísica do Poder* (1997), podemos pensar e imaginar as organizações sociais estando atravessadas por diferentes instituições, agenciamentos de fios como uma teia de aranha, bem estruturadas e com seus objetivos bem definidos, arquiteturas historicamente constituídas, mas para quais fins? Cada organização, com seus esquemas, exerce a função de engendrar na sua

“teia” de processos que se adequam as suas cadeias de agenciamentos institucionais ou axiomática, a qual a atravessa via essas instituições.

Nesse sentido, essas redes organizacionais, se não estiverem bem situadas em seu tempo histórico, de forma crítica e autônoma, correm o risco de reproduzirem as estratégias políticas e econômicas do Estado e do capital internacional, como vemos em geral. Tal configuração política adotada pelo Estado e pelo mercado financeiro visam, como veremos, a retroalimentação dos fluxos do mercado e do capital, que, por sua vez, do ponto de vista das forças institucionais hegemônicas, passam a assumir o lugar de protagonistas sobre todos os modos e regras de produção de saberes, poderes e práticas.

O capital é tanto um corpo cognitivo abstrato quanto um “corpo-sem-órgãos”, conforme conceito apresentado na obra *O anti-Édipo* (DELEUZE E GUATTARI, 2011), na qual os autores irão definir essa dimensão do capital no mundo como o “corpo-sem-órgãos do capitalista” (DELEUZE E GUATTARI, 2011, p.23). Se considerarmos que, por vivermos em um sistema capitalista, há, inevitavelmente, em todos nós um capitalista, então poderíamos generalizar um pouco mais, inferindo que nós e as organizações que constituímos estamos atrelados a esse corpo e, de alguma forma, respondemos alguma satisfação a ele. Na obra, o conceito é descrito como “corpo petrificado”, “improdutivo”, que serviria a quem nele está engendrado como superfície de registros, na qual a produção do desejo estaria capturada pelas insígnias desse corpo. Se considerarmos o acúmulo de capital como finalidade de uma sociedade pautada pelo sistema capitalista, logo, a produção e os fluxos do desejo estariam esquadrihadas *a priori* por essa superfície que nada produz, mas a tudo consome, como veremos em figura adiante.

Se considerarmos o modo como o capital está estabelecido e que ele tenha controle sobre o funcionamento e o desempenho dos processos do sistema econômico global que o nutrem, estratégias de incidência em larga escala e com mais efetividades de suas incidências são necessárias. Estamos falando de incidências a nível das produções inconscientes, dos desejos, cognições, das dinâmicas e formas de organização e geração da vida e suas produções. Isso nos remete a pensar, pois entendemos estar relacionado, nas formas e modalidades como o trabalho está organizado e sobre os meios dos quais o sistema se utiliza para nos manter cada vez mais dependentes e atrelados a ele, como por exemplo, a produção massiva e excessiva de desejo que incide sobre o consumo de bens de toda a ordem. Essa forma complexa de gestão e controle

sobre a vida atrelada a esse princípio binário trabalho-consumo poderão ser melhor explorados com o apoio de conceitos como o biopoder e a biopolítica.¹³

As organizações estão atreladas a essas cadeias de produções, controles, financeirização da vida e tudo mais que lhe diga respeito, com o intuito de que ao final de toda e qualquer produtividade possam ser extraídos os lucros, se não em dinheiro propriamente dito, como é o caso, como produção de subjetividades, afetos tristes que produzem fragilidade, falta e vontade de consumo pelo consumo. O lucro aqui é visto como a impossibilidade das organizações de se produzirem de forma autoral, autônoma, crítica e singular. É dessa forma “intensiva” e ao mesmo tempo como antiprodução da diferença que a produção da subjetivação do capitalismo se mantém em plena expansão. Nesta perspectiva, que coloca as organizações entre um conjunto grandioso de agenciamentos e máquinas de organização e regulagens para esse fim abstrato, o aspecto estético ao qual elas estão remetidas é melancólico, pois as vemos como máquinas acopladas em rede, fazendo parte, sem muita crítica, desse sistema que extrai o sangue e o reverte em valor monetário. A vida nesse meio tende a ser qualificada e quantificada por sua capacidade energética, motriz dessa reprodução e do quanto faz mover as engrenagens que sustentam o corpo que se assenta sobre o globo. A vida passa a ser tomada como combustível desse sistema de financeirização que resta engolfar tudo.

Essa engenharia de produção na qual se assentam as insígnias do “corpo-sem-órgãos” se capilariza através das instituições e organizações, institucionalizando-se de diferentes formas. Pode ser uma filosofia que proponha uma disciplina econômica dos fluxos e fluidos dos corpos e da sexualidade, que estabeleça determinados hábitos ou exerça controle sobre as formas de produção subjetiva e do inconsciente. Por sua vez, essas produções subjetivas incidem no cotidiano desses espaços organizativos, onde se operacionalizam tanto a captura da produção desejanse quanto das viabilidades da vida criativa e inventiva.

Essa complexa rede de fios e filamentos que se agenciam, formando esquemas e máquinas, movem-se de forma a massificar determinadas políticas de gestão das produções, as quais necessitam investir em modelos prescritos de produção de subjetividades que, em captura, incidem como lentes focais nas modulações que os indivíduos passam a ter da realidade micropolítica nas organizações. Esses modelos de produção podem ser percebidos a partir de

¹³ “Quando o diagrama de poder abandona o modelo de soberania para fornecer um modelo disciplinar, quando ele se torna ‘biopoder’, ‘biopolítica’ das populações, responsabilidade e gestão da vida, é a vida que surge como novo objeto de poder.” (DELEUZE, 2013, p. 98)

seus efeitos e seus movimentos e, em geral, são bastante dinâmicos, mas também repetitivos e em constantes disputas. Eles contam ora com participação ativa das pessoas na sua manutenção ora como participação reativa destas, no enfrentamento ou boicote cotidiano a tais processos. Essas participações consideram diferentes composições no que diz respeito às implicações de cada um em seus diferentes modos singulares de subjetivação. Já percebemos em alguns casos o risco que se corre quando as pessoas, estando sobreimplicadas em meio a esse complexo jogo de disputas e de produção, sentem uma falsa sensação de liberdade e felicidade, pois, estando alienadas em uma produção e em um sistema político de gestão que promove a resignação, já não querem mais desejar outra coisa que não a própria alienação e a condução de si por um outro. Deleuze e Guattari (2011) nos sinalizam sobre os efeitos históricos do poder sobre a vida e suas produções: “Portanto, é de importância para uma sociedade reprimir o desejo, e mesmo achar algo melhor do que a repressão, para que até a repressão, a hierarquia, a exploração e a sujeição sejam desejadas” (p. 158).

Como veremos adiante, as organizações são territórios em constantes disputas e há uma complexidade que se apresenta colocadas, seja pela produção dos desejos, seja pela produção de resistências pelo que pode ou não ser desejado. Essas disputas funcionam em dinâmicas atravessadas por tensionamentos de combate, empurradas por forças molares e moleculares. As molares buscam formatar regras gerais, que possam legislar sobre quase tudo, enquanto as moleculares buscam distensionar as linhas duras, abrindo-as para outra composição com a diferença, mais suave e flexível. Nesse cenário, o que está em questão para nós é a garantia da inclusão e da participação de parte significativa da vida que escapa à rigidez dessas formas molares e desses modelos burocratizados, esse contingente da vida que não é considerado por não caber nessa pretensão legislativa e de controle e que fica “de fora”.

De qualquer forma, esse contingente da vida que fica “fora” é insistente, persistente, subversivo e está colocado na amplitude dos agenciamentos e processos molares e moleculares da organização: está sempre ali, mesmo que não o queiram. Em meio a esses jogos de forças e de poder, do qual a vida é parte interessada, colocada ora como plano de imanência ora como objeto de captura, enclausuramento e objeto do biopoder.

Mas por que estamos propondo pensar a relação entre as organizações e as máquinas? Qual é a relevância de propormos essa relação? A resposta que buscaremos em figura adiante será parcial, muito mais enquanto busca de um entendimento de uma lógica operativa processual e dinâmica, deixando brechas para outras composições por parte das experiências e entendimentos do leitor. Atentaremos para o que essas relações de forças podem produzir;

organizações, máquinas, coletivos, sociedade, política, economia, cultura, instituições e sistema capitalista, estamos falando de produções, de combinações e trocas, tomando como horizonte a defesa inequívoca da vida em liberdade.

A tarefa proposta por algumas organizações de colocar-se ativamente na construção de ações e práticas que buscam promover a composição entre diferentes modos de produção de subjetivação, econômicos e culturais junto às comunidades e/ou populações as quais se propõem a atender não deve ser tratada como atividade qualquer. Entendemos que se trata de um exercício constante de busca para construir relações que promovam o reconhecimento de si, das pessoas que compõem a organização e do outro a quem se destinam suas ações e práticas, como por exemplo as pessoas, a comunidade, a cidade, as políticas públicas, etc, construindo relações pautadas pelo respeito à dignidade da pessoa humana, de promoções de saúde, de acessos a direitos e à proteção e reconhecimento de perspectivas de vidas singulares e autônomas. São nessas relações que vão se construindo vínculos, afetos, narrativas de vida, juntamente à possibilidade de incidências políticas diante da flagrante situação de precarização dos espaços e serviços públicos, contrastando com as insuficiências econômicas e culturais de indivíduos e famílias que necessitam desses acessos e, entre tantas dificuldades, encontra-se um ambiente atravessado pelas violências, o que não deixa de ser um reflexo da violência histórica causada pelo processo colonial de construção do Estado.

Além do que podemos pensar sobre as ações diretas com as pessoas e comunidades, destacamos também a importância das práticas de incidências políticas junto aos espaços de controle social e órgãos de proteção e garantia de direitos, espaços nos quais a organização pode pleitear representação e participação da própria comunidade e suas reivindicações, na implementação e na construção das políticas públicas. Essas práticas promovem ações diretas e indiretas na vida cotidiana, cidadã, política, social, econômica, institucional e cultural dessas comunidades.

É reconhecendo a potência e a importância que podem ter as organizações que seguiremos questionando se essas impressões são também ou ainda consideradas por elas próprias, no sentido de que nos parece que elas nem sempre se colocam em um processo de reflexividade que dispare análises com relação ao que se está produzindo, seja em seus próprios coletivos, em suas relações interpessoais e de trabalho e/ou em suas práticas. Constatação preliminar, mas que nos coloca em alerta sobre os reais impactos de suas ações e o que elas estariam de fato fazendo.

A partir de alguns movimentos institucionais percebidos no funcionamento de algumas organizações que, em maior ou menor grau, indicam que há tensionamentos e contradições importantes a serem considerados, começamos pelo que está escrito nos objetivos expressos em seus estatutos ou registros de fundação. É interessante destacar que nas organizações com as quais tivemos contato há certa unanimidade nesses documentos com relação à busca por promover ações e práticas que visem à transformação social, econômica, cultural e ambiental de pessoas, coletivos e comunidades para as quais direcionam algum tipo de atendimento ou parceria na execução de serviços públicos. É nesse sentido que entendemos o quanto tais práticas precisariam ser constantemente problematizadas, dado a complexidade e a importância do que está em jogo. No entanto, o que não raras as vezes identificamos é que as organizações, talvez por descuido, seguem reproduzindo em suas formas políticas e de organização institucional narrativas que oprimem e excluem as diferenças, reafirmando desigualdades, formas de violências e vulnerabilidades. Estas, de modo geral, sem sombra de dúvidas exercem influências a partir das diferentes ações que realizam, impactando nos modos de produção subjetiva e das vidas por onde passam suas abrangências.

As instituições engendradas nos processos e práticas das Organizações inevitavelmente interferem na dinâmica da vida social, seja nas produções de subjetividades, na orientação sobre acesso a direitos ou no debate sobre estratégias políticas a serem pensadas junto às comunidades onde realizam suas incidências. Nesse sentido, pensar as ações coletivas pode auxiliar na construção de algo comum, com maior coerência ética entre aquilo que possa ser construído como um projeto pensado e formalizado e os projetos de fato executados em suas práticas. Por exemplo, as linhas de discursos formalizadas nos estatutos, cartilhas e/ou slogans das organizações, que anunciam os processos de uma construção histórica em concordância com os estilos de pensar de quem os construiu, mas que se comparados com suas práticas na construção da vida institucional, nas relações de trabalho, junto a espaços de controle social assim como em ações realizadas junto às populações e comunidades, percebemos algumas dissociações abissais. O que está posto como teoria não necessariamente está posto em sua compatibilidade com a realidade daquilo que se pratica.

Se partimos do entendimento de que há uma produção a ser reconhecida, cuidada, pensada e analisada, destacamos que não é de qualquer análise que estamos falando, mas trazemos a proposta de uma crítica-análise, a qual possa colocar em evidência tanto as linhas institucionais que se apresentam às escondidas, quanto outras, consideradas óbvias, mas que da mesma maneira acabam passando longe do campo das análises. Trazemos para compor a cena

também as produções de afetos, os quais agitam e/ou paralisam os processos de criação e invenção, provocando uma série de efeitos como angústias, mal-estares, medos e todas as formas de tristeza que a partir disso se articulam.

Trata-se de inventar e construir outros jeitos que possam ser diversos ao da máquina de reprodução hegemônica¹⁴ atrelada ao Estado, ao mercado e ao capital. Por isso a necessidade de aberturas nas quais se possa cuidar dos acontecimentos, reconhecendo os momentos em que a produção deixa passar as linhas de opressão, segregação e dominação, formas que não mais contribuem para aquilo que se quer criar e produzir. Essa nova forma de fazer pede sempre certo envolvimento coletivo que se proponha a dar sustentação às instabilidades emergentes na produção da diferença, alguns desvios de rota, algumas quebras de sequência que botam as formas instituídas em xeque, em crise. Promover uma estética autoral requer que se resista às facilidades das cópias, das obviedades e da repetição dos circuitos preestabelecidos, ou seja, é preciso cuidado, atenção e prudência para não ser engolido pelo “modo de serialidades”, como nos ajuda a pensar Guattari (1973, p. 77), referindo-se a seu grupo de trabalho¹⁵ e aos riscos que ele corria caso não conseguisse sustentar sua autonomia:

Como ocorrem as coisas? É preciso ver de que modo o efeito de subjetividade se desloca. Se é verdade que a lei constitutiva do grupo tornou-se intencional e explícita, ela repercute no campo que lhe é exterior, em relação ao qual este grupo é colocado como sujeito inconsciente potencial. Somos hoje o sujeito inconsciente da psicologia de amanhã, o inconsciente daqueles que farão amanhã sua psiquiatria, mas somente enquanto este grupo caminha no sentido da verdade. Senão, nós não somos nada. É aí que eu digo: é pegar ou largar! Há uma possibilidade de entrar na existência significante neste plano; senão, é óbvio que teremos apenas constituído uma escola a mais e que permaneceremos inseridos nos circuitos pré-estabelecidos.

Aqui cabe uma reflexão que nos tangenciará durante esse percurso, pois mesmo sem termos a pretensão de uma compreensão definitiva há uma tentativa de construir, de forma metafórica, uma ficção, uma utopia que prospecte territórios onde sejam possíveis movimentos de autonomia, autorais e de liberdade nessas organizações, que tenham consistência ética e ao mesmo tempo fluidez para suportarem, sobreviverem e atravessarem as crises inerentes aos processos de transformações libertárias, isso com relação aos enfrentamentos a serem feitos ao modelo hegemônico colonialista do sistema capitalista. Seria essa uma caminhada na direção de alguns possíveis?

14 Hegemônica, mas que produz segmentaridades.

15 Grupo de Trabalho de Psicologia e de Sociologia Institucionais. (N.E.D) Guattari (1973, p. 76).

Entendemos que seria pertinente, nesta busca de compreensões, irmos a algumas vias para ampliarmos a reflexão acima e realizarmos uma breve caminhada sobre a atualidade, indagando-nos: afinal, como funcionam as organizações?

Esse questionamento pode parecer, de um lado, um tanto quanto óbvio demais e, por outro, complexo demais, mas mesmo assim tentaremos não cair na cilada das obviedades ou das impossibilidades e, sempre que assim entendermos estarmos diante de desafio semelhante, partiremos para os questionamentos e provocações, não no sentido bélico que possa parecer, até porque é tarefa que requer sutileza e cuidado, mas no sentido de instaurar as aberturas necessárias para o fluir de uma crítica-análise.

Nesse sentido, outro movimento que identificamos como sendo importante neste contexto das organizações é o de abertura da instituição gestão, explorando-a em seus avessos, em seus gestos e enigmas, em suas sombras e escuridões. Nossa outra hipótese é de que são nesses cantos da gestão, que conservam aspectos sombrios, os locais onde se refugiam alguns silêncios que podem fazer emergir à superfície substratos molares sedimentados ao longo da história, sobre os quais versam as tais isenções científicas, sobre a ética do progresso e do desenvolvimentismo, as quais vêm atreladas aos processos de dominação, de colonização e de governamentalização da vida.

Por mais que se tente invisibilizar esses silêncios com formas alegóricas arquitetadas para a manutenção do *status quo*, essa tentativa é sempre ameaçada por aquilo que falha e deixa escapar o véu do delírio que as esconde, pois as máquinas de dominação são majoritárias, mas falíveis exatamente naquilo que são suas falhas. No entanto, são ininterruptas, não param de produzir seus efeitos de sedução, de indução, de coação e de alienação, sob o pretexto da boa organização dos processos em detrimento de uma fobia paranoide com relação ao que poderia ser uma experiência de transformação e crise, sempre na eminência de serem provocadas por algum movimento insurgente que busque destituir tais formas de poder. A crise, nesse caso, diz de uma deformação da ordem instituída das relações de poder em direção à possibilidade de construção de outras formas políticas e de relações, no sentido de novas territorialidades e produção de subjetividade e desejos.

Esses efeitos de dominação e colonização impactam os processos institucionais, contribuindo para a precarização e o adoecimento das relações interpessoais e dos processos coletivos de criação e de construção desta organização. Incide sobre as pessoas que por ali transitarem, sejam elas tomadas como vítimas e/ou como quem inventa inúmeras formas de resistência ao conduzir sua vida e suas práticas no mesmo sentido dessa modalidade de gestão.

Esse tipo de gestão afeta aqueles que se inibem diante desta lógica de poder estabelecida, acabando por fragilizar-se, retirando-se parcialmente desse campo de batalhas, resignando-se sem muitos critérios ao que lhe é proposto fazer, acoplando-se à máquina, abrindo mão de si e passando a habitar na caverna¹⁶ do medo, da submissão e da subserviência. Seria esse medo referente à morte, a uma demissão ou seria o medo da liberdade?

As fragilizações podem se dar de várias formas no campo das afecções e das produções subjetivas. Um dos fenômenos que tomaremos como analisador é o do medo nas organizações, o qual, inicialmente, tem aparecido como medo da demissão.

Primeiramente, destacaríamos a realidade dos trabalhadores que atuam sob esse regime opressivo, de alienação e medo, o qual é direcionado à possibilidade de perda do emprego e da renda que os mantêm, condição real de necessidade que pode ser uma importante pista para o aumento dos fatores de inibições e submissão no que diz respeito às implicações de si nos processos de construção de uma coletividade e no aumento da condição de resignação às prescrições verticalizadas ou de ordens mais complexas, já que elas envolveriam as produções inconscientes agenciadas às lógicas institucionais instituídas. Como exemplo, podemos citar o caso de uma pessoa ter o cacoete de entender indicações e observações da gestão – que busque se fazer de forma democrática e horizontal – sempre como sendo de ordem das imposições autoritárias, quando nem sempre o são e, por vezes, são apenas indicações, na tentativa de compor com os processos de construção como coletivo.

Uma pesquisa realizada em 2014 por Simone Paulon e outros pesquisadores demonstra que as condições de trabalho que atuam no processo de desinstitucionalização dos serviços substitutivos ao modelo manicomial apontaram para a necessidade de abertura da instituição gestão, pondo-a em perspectiva de análise. É partir dessa provocação, somada com nossa experiência de trabalho, que buscaremos, ao menos de maneira inicial, provocar para a sequência desse desafio. Na citação a seguir, os autores se referem aos serviços de atenção psicossociais (CAPS), mas fica evidente o quanto tal indicativo não se restringe somente a esse campo de atuação da saúde mental, sendo possível compor com o que estamos propondo, estendendo-se à realidade das organizações e coletivos de um modo geral:

Mas talvez ainda estejamos distantes de “abrir” a instituição da gestão e confrontar a lógica alienante que permanece produzindo doenças também no mundo do trabalho em Saúde Mental. Ainda está presente em sua forma de organização do trabalho a gestão

16 Analogia ao mito da caverna de Platão, no qual os prisioneiros não se autorizam a duvidar de suas falsas verdades ou estado de alienação. Não acreditam em seu companheiro que diz que há um mundo de liberdades lá fora. Será por medo da liberdade?

taylorista, e ela parece impedir o processo de desinstitucionalização da loucura – tarefa principal da Reforma Psiquiátrica – assemelhando-se ao funcionamento do “manicômio mental”: local de troca Zero. (PAULON, 2014, p. 192)

Assim, considerando os efeitos que perpassam a gestão ao ponto de contribuir para essa perspectiva de um ambiente de troca zero, transformando a lógica de desinstitucionalização antimanicomial em um arranjo o qual seu modo de funcionamento institucionaliza a fragilização da constituição de formas que potencializem o exercício político, as trocas, os compartilhamentos e as solidariedades, território mais do que fecundo para o germinar dos afetos tristes, como o que já vimos até aqui, o medo e, como veremos adiante, o ódio e a produção dos microfascismos.

Partimos da hipótese de que os processos de gestão nas organizações ganhariam fôlego se tomados como parte indissociável do funcionamento e dinâmicas de uma coletividade em processo, compondo como parte singular e integrativa desse corpo social, político e institucional, ao invés de algo que pareça ser de uma categoria hierárquica distinta e inalcançável. Para essa integração é necessário que se tenha alguns cuidados éticos e de transparência com seus modos de operacionalização, de produção, de funcionamentos e de práticas, para que de fato seja possível promover produções que façam diferenciações e transformações na organização como um todo, que também é parte de uma rede. Nos referimos aqui à diferença, no sentido do que poderiam ser as constituições de novos modelos e sistemas políticos de produção de singularidades que, em decorrência disso, desenham e produzem suas formas como obras de arte, que cuidam da saúde e da potência das relações, da produção de subjetividades junto aos processos comunitários e coletivos, mas que também, junto a isso, pudessem fazer frente ao modelo exploratório, alienante¹⁷ e segregacionista que tramita generalizado. Nesse sentido é que questionamos o que fazem as organizações e se elas poderiam ser quem desenvolvesse novas formas de se fazer gestão das políticas que incidem sobre a vida em seus cotidianos, como uma espécie de território de cuidados que conta com uma ética ecológica, da produção de realidades autônomas, livres e singulares.

¹⁷ Entendemos aqui que não se trata de uma forma mais ou menos alienante, isso é apenas uma perspectiva estética. O que vai garantir o cuidado necessário para que não se entre em uma espiral alienante é exatamente o exercício de uma forma de gestão coletiva e aberta de processos e exercícios ético-políticos e de constante análise das implicações.

2.3 MAL CONSEGUIA CAMINHAR COM TANTAS PATAS, ASAS E ANTENAS: EFEITOS DE ORGANIZAÇÃO

Monstrificar-se: sensação de a-dois experimentada na forma e na intensidade; despersonalização pânica e animal diante de um horror, em que somente o sujeito que experimenta essa produção de um outro em si é capaz de dimensionar.

O ambiente de vida e de experiências nas organizações costuma reservar situações inusitadas, algumas delas nos remetem a boas lembranças, mas outras nem tanto. De qualquer forma, o aprendizado pode ser sempre aproveitado para que possamos seguir adiante sem sucumbirmos aos processos e aos acontecimentos.

Algumas coisas nos acontecem e nos pegam em salto, como borboletas que se deparam diante de um caçador, e, quando menos esperamos, lá estamos nós, envolvidos com as malhas e com a situação de captura. Por vezes, sem perceber, nos acostumamos com essas malhas e passamos a nos tornar parte cativa delas.

Certa vez, encontrava-me trabalhando como psicólogo, compondo a equipe de uma tal organização. Com o passar do tempo, comecei a perceber que o clima ali estava mudando. As destemperanças foram alterando os sabores das relações e das coisas e o que poderia ser uma combinação potente nessa equipe passou a ficar difícil de engolir. Trabalhava com mais duas colegas. Vivíamos entre jogos de forças: de um lado, se tensionavam a ética, o cuidado, a nossa saúde, as consequências de nossos fazeres; do outro, havia a preocupação com as regras, as normas, as *determinações*¹⁸ da coordenação. Entre esses jogos de forças havia também a neutralidade de quem cuidava para não se envolver nessa tensão que pairava entre nós. Entre esses movimentos, produziam-se subjetividades e cada um que habitava aquele espaço institucional acabava por encarnar a produção de determinadas linhas dessas forças. Não demorou muito para que passássemos a ter alguns desentendimentos, em especial com relação às diferentes compreensões de mundos e paradigmas que, até então, tentávamos fazer coabitar.

Em determinado momento, passei a me sentir mal. Era fim de expediente e, em meio aos jogos de forças molares e moleculares daquela organização, eu me vi correndo pelas salas, atrás daquele orelhudo com seu relógio dizendo: *tô atrasado, tô atrasado, atrasado....* (Podia ser um asno, mas era um coelho). Por uma fresta, o pequeno animal passa pela porta que dava para a rua, saio logo em seguida e despenco na complexidade do traslado de fora. Atravessado pelos

¹⁸ Aqui optamos por destacar a palavra, pois parecia que era dessa forma que as observações feitas pela gestão eram consideradas; não questionar parecia ser um modo de lidar eticamente com a moral.

sons, cheiros, afetos, lembranças e intensidades, vou deslizando pelo buraco dos sentidos. Em seguida, já indo para casa, percebo o coração cheio de ódio, raiva, angústia, uma estranha vontade de destruir uma colega. Defronto-me com o espelho retrovisor do carro. Este me olhava, mirando-me com olhos sanguíneos ejetados pelo ódio. O “devir-coleóptero”¹⁹ me tomava. Aquelas antenas começaram a brotar em mim, asas e patas irrompiam de minha pele. Fico chocado com a criatura na qual estava me transformando. Uma criatura que brotava do ódio, do desespero, da solidão, da vontade de vencer e de ser melhor do que ela naquela equipe. Chegando em casa, mal conseguia caminhar com tantas patas, asas e antenas. Entro e fecho a porta. Naquele instante caio na realidade e percebo que aquele monstro era um outro que se gestava em mim.

Fico bastante sensibilizado com a coisa/monstro que vejo ali e trato logo de pegar minhas armas conceituais e filosóficas, as quais permitiram que eu me pusesse em análise, em suspensão parcial. É quando, já armado e fazendo operar em mim minhas ferramentas, percebo a dissipação daquela imagem monstruosa na qual eu me metamorfoseava: ufa! Entretanto, a situação não estava acabada, pois ainda precisava identificar e estancar o fenômeno que estava produzindo tal anomalia; eu precisava entender as origens do ódio e mantê-lo sob controle, caso contrário, eu correria o risco de me tornar aquela criatura horrenda definitivamente – assim eu imaginei – o que, com certeza, contaminaria todos a minha volta.

Na verdade, já estava contaminando, inclusive pessoas com as quais eu convivia em outros espaços, como família e amigos. Então, tanto ciente da possibilidade do fascista em mim e da necessidade de serem interrompidos alguns processos de relações de trabalho que vinham produzindo adoecimentos em nós, quanto na tentativa de que outros fluxos ali fossem possíveis de passar, fui conversar com a coordenação, que tudo via, mas nada fazia. relatei meu espanto, minhas preocupações com a forma institucional e suas produções.

Deixo claro que, no entendimento que vinha fazendo, o que estava acontecendo comigo não dizia respeito apenas a mim. O que estava acontecendo não era mera dificuldade interpessoal entre duas pessoas de temperamento forte – como na ocasião sugeriu a coordenação. Sinalizei que era necessário pôr em análise as relações e processos de trabalho dessa equipe. A equipe estava precisando de ajuda, não eu ou a colega individualmente.

19 Esta denominação nos é apresentada por Deleuze e Guattari em *O anti-Édipo* (2011, p. 518). Em nota, eles nos esclarecem: “Se, por acaso, o leitor de *A metamorfose*, de Franz Kafka, estiver pensando em ‘baratas’, leve em conta que elas não são da espécie dos coleópteros (que inclui os besouros, por exemplo), mas dos ortópteros, que também inclui os chamados grilos, gafanhotos etc.”

Por fim, entendido o fenômeno em sua dimensão institucional – ou, ao menos, acatada a sugestão de se tratar a situação dessa forma – houve a intermediação da gestão nas reuniões da equipe. Essa maior proximidade entre a coordenação e a equipe produziu uma melhora na nossa qualidade de vida e entre nós, em nossas relações e, conseqüentemente, em nossos fazeres institucionais e práticas. Passamos a produzir, em um curto espaço de tempo, muitas coisas que hoje, quando lembramos, nos alegram, momentos que marcaram a todos, dentro e fora dessa organização.

E a gestão? Ela novamente passou a não conseguir se pôr perto da equipe. Gestava-se entre nós da equipe uma outra modalidade de gestão dentro da gestão da organização, gerando, inevitavelmente, um descompasso entre diferentes modos de pensar e de fazer essa organização – e esse parece ser o risco, a eminência de uma crise que pode levar a uma afirmação deliberada que faz resistência às formas de opressão.

Tentávamos estabelecer composições, mas parecia haver, por parte de quem estava na função formal da gestão, um temor de perda da sua legitimidade frente às linhas moleculares que forçavam passagem na direção de transformar a máquina tradicional. No entanto, logo sua presença no processo passou a ser substituída por inúmeras prescrições de demandas, de pedidos de sistematizações e relatórios, sendo que parte significativa destes eram descolados da realidade do trabalho, o que, para nós, parecia muito mais serem mecanismos de controle do que algo que pudesse agregar – ao menos naquele momento e naquela conjuntura. Somado a isso, conseqüentemente, houve uma redução dos espaços de compartilhamento da vida política no campo organizativo e institucional. A força da equipe tornou-se tal que, na medida em que se expandia, buscava sua parte na condução dos rumos dessa organização – aquela que queríamos e passávamos a acreditar ser possível, uma organização que se preocupasse com os direitos humanos dentro e fora de suas paredes e de seus discursos. Nesse caso, não se queria ocupar o poder, mas compartilhar a condução de seus desdobramentos, a sua dobra. Novos conflitos se estabeleceram, agora entre modos de gestão que disputavam por perspectivas estéticas distintas daquilo que se queria produzir enquanto vida social, ético-política, econômica e cultural da organização.

2.4 FOI NECESSÁRIO ENCARAR A CRIATURA: ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO E MICROFASCISMOS

Reflexo no retrovisor: foi necessário encarar a criatura, olhar firme pelas janelas de sua alma. Não daria para acharmos que não teríamos nada a ver com a coisa refletida. Poderia até não ter “perdido” meu tempo, não ter me envolvido, não me sensibilizando com aqueles afetos de criatura, mas o desfecho foi diferente. Optamos por passear por entre jardins e trevas de um percurso de análise institucional.

Segundo Lourau (1993, p. 9), o escândalo da Análise Institucional talvez tenha sido o de propor a noção de implicação, uma vez que as ciências ainda situadas no paradigma moderno, de modo geral, estão baseadas na noção de uma não implicação ou de uma implicação sustentada pelo racionalismo imparcial. Muito embora as teorias da objetividade se baseiem na teoria da neutralidade, foi recentemente que novos postulados surgiram, como a relatividade e o caos, os quais possibilitaram confrontar e a desmistificar tais pressupostos. No entanto, ainda é cedo para desconsiderarmos o quanto nossa história foi forjada sobre esses pressupostos de verdades que, como afirma o autor, nunca foram neutros. Resta-nos indagar: a serviço de que e de quem estiveram todo esse tempo e o que negavam em suas motivações?

O que nos parece é que o escândalo, referido acima por Lourau, está justamente em conseguirmos olhar para aquilo que, historicamente, sempre esteve colocado, fazendo mover os processos de produção, mas que, ao mesmo tempo, nunca foi encarado com a importância necessária a ponto de ser enfrentado e reconhecido como material legítimo de investigação e análise – talvez exatamente porque pudessem desnudar processos *instituídos*²⁰ e, caso isso acontecesse, sem dúvidas profanaria e/ou desbancaria alguns *status quo*. O autor atenta para o quanto podemos ser resistentes às mudanças e cair na tentação de nos deixar alienar, engatando em um processo de repetição estéril: “nós ainda queremos esconder algumas coisas, ‘coisas incômodas’” (LOURAU, 1993, p.18).

A seguir, gostaríamos de pensar o conceito de *implicação*, bem como suas possibilidades de uso como ferramenta para além do que usualmente é feito no campo da pesquisa acadêmica, em especial quando usado para considerar os efeitos do corpo e da subjetividade do pesquisador no seu processo de pesquisar. Nos referimos a metodologias como a de pesquisa-intervenção, por exemplo, ou outra metodologia que tenha como ética um paradigma que refute a condição de neutralidade do pesquisador. Essa tentativa de irmos adiante em nada se confunde com alguma discordância com o uso dessa ferramenta conceitual, muito pelo contrário, mas buscamos um

²⁰ “O instituído, o *status quo*, atua como um jogo de forças extremamente violento para produzir uma certa imobilidade; (...) O que aprendemos, durante esses vinte anos de trabalho, foi conhecer o instituído e os níveis contraditórios na instituição. E é isso que visa toda análise institucional, toda socioanálise.” (LOURAU, 1993, p. 11-12).

outro aproveitamento. Nossa intenção é de experimentar transitar com essa ferramenta, utilizando-a nas travessias feitas por acontecimentos cotidianos e experiências práticas de análise da clínica institucional.

Esses acontecimentos nos colocam diante da vida e dos agenciamentos institucionais, arranjos sociais e ético-políticos que incidem sobre ela e são constitutivos das organizações, atentos em cartografar os movimentos e efeitos desses arranjos que disputam forças e mobilizam as implicações imbricadas nos processos de produções coletivas. Dessa forma, tentaremos contribuir com construções e aproximações, buscando aprimorar e flexibilizar a utilização dessa ferramenta conceitual. Na medida em que puxamos o conceito para uma desterritorialização do seu campo de origem, indo da pesquisa à clínica, ao mesmo tempo, no meio do caminho, provocamos sua liberação para a construção de novas possibilidades de territorializações. Se propomos a sua liberação, isso não equivale a dizer que se negligenciará o rigor científico de sua construção, pelo contrário, sinalizamos para a necessidade de cuidado epistemológico com as ferramentas conceituais, inclusive, nesse caso, desmistificando-as com relações à crítica que Lourau (2004, p.186) nos apresenta sobre sua utilização à revelia, constatação que o faz apontar para uma “deriva utilitarista”:

(...) o autor defende a importância da implicação que rompe com a ciência instituída fundamentada no paradigma moderno. É necessário frisar que a implicação não diz respeito à noção de comprometimento, motivação ou relação pessoal com o campo de pesquisa/intervenção; ao contrário, explorar a implicação é falar das instituições que nos atravessam. Atravessamento que, segundo Lourau (1990), vai muito além da nossa percepção subjetiva, da nossa história individual e dos julgamentos de valor destinados a medir a participação e o engajamento em determinadas situações. A implicação denuncia que aquilo que a instituição deflagra em nós é sempre efeito de uma produção coletiva, de valores, interesses, expectativas, desejos, crenças que estão imbricados nessa relação. Assim é a análise de implicação que permite acessar a instituição, produzir conhecimento a partir de suas contradições: ‘Para agir nas instituições é preciso trabalhar a partir do que nos une a elas, nossas implicações. (MONCEAU, 2010, p.14, tradução nossa)’. (ROMAGNOLI. 2014, p.47)

Na busca por ilustrar de que outro modo esse conceito pode ser experimentado, retomamos o exemplo descrito na figura anterior, na qual, a partir de uma vivência real, foi possível realizar o exercício de abertura do corpo para as insurgências do inusitado em nós, abertura para o campo das sensibilidades, dos afetos, das percepções e das instituições, me vi imerso em uma situação de crise que não era particular, ocupado, refletindo sobre aquele quadro de monstrificação, tomado pelo ódio e, ao mesmo tempo, tentando encontrar vias de fuga que me permitissem sair da mira, me deslocando para conseguir enfrentar aquela criatura que se gestava em mim, em minhas entranhas e que, enquanto eu estivesse vinculado àquele processo, seria

parte inseparável e indissociável de mim e daqueles agenciamentos coletivos. A situação de crise me fazia tremer e vibrava em meus tímpanos ordens de discursos e efeitos sonoros que pareciam se disseminar por contágio, propagando-se por onde quer que eu passasse. Efeitos de poder e opressão que deliberavam e incidiam sobre aquele modo de subjetivação, em suas criações inconscientes produzidas por aqueles encontros, por aqueles arranjos institucionais ali naquela organização. Ao mesmo tempo em que tentava não sucumbir àquela transformação, pois não me fazia sentir bem, encontrava na experimentação de uma análise de implicação a possibilidade de construção de sentidos para reorientar afetos, imagens, sons e discursos de ódio que brotavam daquelas forças. Ou seja, os elementos que se agenciavam naquela circunstância eram múltiplos, mas diziam dos desafios pelos quais estaríamos sujeitos abrindo vias de acessos para uma análise das implicações, exatamente por aquilo que se produz e nos consterna, talvez por isso sejam postas de fora dos processos: podem nos impor processos desagradáveis, como nos aponta Lourau (1993. p.19):

Uma vez mais, quero afirmar que a Análise Institucional não pretende fazer milagres. Apenas considera muito importante, para a construção de um novo campo de coerência, uma relação efetiva, e nítida, com a libido e com os sentimentos em geral. A teoria da implicação, nós veremos, tem qualquer coisa que flerta com a loucura.

Naquela ocasião, lembro bem, estava me sentindo só, como se estivesse sendo empurrado para um espaço de isolamento, siderado, que ia aumentando a sensação de clausura e angústia e, mesmo estando sempre rodeado de pessoas, parecia que alguma coisa ali estava tamponando meus poros e barrando a possibilidade de novos agenciamentos, pois vivia uma espécie de clausura do “fora”, mesmo estando “dentro”. Foi nesse contexto que fui surpreendido pela criatura. Não parecia ter surgido de alguma profundidade interior, mas parecia ser efeito desses agenciamentos que formaram um sistema repleto de padrões molares, de processos fechados, os quais contribuíam para a produção de feras claustrofóbicas, marginais, paranoicas e odiosas, mas sedentas por liberdade. Estava atravessado por linhas circunscritas nas tramas daquela máquina de produção de subjetividades, ligadas a outras máquinas burocráticas que replicavam o senso comum da moral social e processos instituídos que mobilizavam e restringiam essas combinações de tramas na superfície cotidiana, como redes de caça, mas que, por algum motivo, foram acionadas por nós mesmos para promoverem as nossas próprias capturas.

Para além desse pequeno recorte do contexto descrito, da micropolítica social da organização, somos levados a pensar que muito provavelmente aquela criatura era um subproduto do que estávamos construindo da nossa história e desse processo civilizatório

contemporâneo que, no Brasil, evidencia-se com uma escalada de medidas de austeridade, de precarização das condições de trabalho, das garantias dos direitos humanos, de esvaziamento dos espaços políticos, de criminalização dos movimentos sociais, de falta de legitimidade das instituições e da consequente corrosão das relações humanas alegres. Processo político que estamos presenciando, o qual institui mais austeridade e menos alteridade.

Meu corpo e minha alma estavam sendo cooptadas por linhas de forças terríficas que vinham sendo evocadas pelos ritos das relações de trabalho que ali estabelecíamos. Não parecia-me estar sendo acometido de algum fenômeno meramente individual, como foi sugerido, por mais que aquilo se passasse comigo e eu estivesse diretamente implicado com a coisa, havia algo ali que ultrapassava a minha condição individual. Não estava tentando tirar o corpo fora e deixar a criatura solta, mas entendia que era preciso fazermos alguma coisa juntos, pois era eu quem estava sendo possuído pela criatura que vinha sendo gestada nesse espaço e processo institucional. Assim sendo, a cria seria, ou deveria ser, de responsabilidade de todos. Foi em meio às tentativas de entender o que se passava que percebi que, desde o início, eu nunca tinha estado só. Na medida em que as coisas iam sendo melhor gestadas, ia se evidenciando o quanto uma análise das implicações é sempre a análise da coletividade. Como nos diz Guattari (1985, p. 181):

(...) nunca é um homem que trabalha – e pode-se dizer o mesmo quanto ao desejo – mas um agenciamento de órgãos e máquinas. Um homem não mais se comunica diretamente com seus semelhantes: os órgãos, as funções, participam de uma “montagem” maquínica, que coloca em conjunção cadeias semióticas e todo um cruzamento de fluxos materiais e sociais.

Mesmo assim, seguia preocupado e me sentindo responsável por tentar promover o enfrentamento desse outro em mim e, gradativamente, desse outro em nós. Assim como em um ambiente qualquer de convivência social, quando não se articulam políticas de aberturas entre as relações – as quais possam estabelecer condições mínimas para a circulação e passagem da produção do desejo e que organize estratégias de cuidados com o comum – aos poucos, ratos, baratas e moscas passam a tomar conta e a competir os espaços, os corpos e as almas. Contudo, era preciso que desenvolvêssemos saídas para essa condição de possessão afetiva e subjetiva. Essa empreitada passava por evidenciar a forma política em vigência e as implicações que estavam enlaçadas e imbricadas nesse intensivo jogo de poder e, ainda, o mais relevante, para além de pensar as implicações, fazia-se necessário construir um processo coletivo de análise dessas implicações.

E por que uma análise das implicações? Para que fosse possível justamente entender o que estávamos produzindo, como afetávamos esse processo e como este poderia estar nos afetando. Naquele contexto, as implicações diziam respeito às relações de poder e aos processos de trabalho, à forma de produção e ao funcionamento da organização, à política de gestão, à ética que se articulava entre as pessoas e suas relações com a sociedade, com o Estado e etc. No entanto, não bastava estarmos, cada um, implicados com essa ou com aquela causa específica, uma vez que, para a construção de uma ética e uma estética que desse conta de subsidiar nossos fazeres, o imprescindível seria a análise dessas implicações com relação a aquilo que poderia ser possível de produzirmos juntos.

Retomando Lourau (2004), a análise das implicações é sempre a análise de uma coletividade e de uma multiplicidade de agentes e agenciamentos institucionais maquínicos, morais, históricos, jurídicos, científicos, de raça, de gênero, etc.

A análise da implicação nunca deixará de se chocar com a contradição entre a produção coletiva de um sujeito do enunciado e a existência singular, insubstituível, de sujeitos da enunciação – pessoas seres como você e eu, cativos de liberdade, obsedados pelo que imaginam que sejam as condições incontornáveis de sua sobrevivência e/ou de seu gozo. (LOURAU. 2004, p. 240)

Como estamos vendo, alguns modelos políticos se instituem de tal modo que passam a regular de forma autoritária e pouco reflexiva os fluxos da produção do desejo e dos processos de invenção e criação, lançando sobre eles a malha fina dos processos burocráticos, os quais não comportam a vida que extrapola em sua potência e diversidade. Dessa maneira, a forma estabelecida passa a exercer força contraditória aos movimentos e insurgências que reivindicam liberdade de circulação pelos processos e espaços institucionais, os quais se veem tensionados com a possibilidade de mudanças, reivindicações e jogos de tensões que se não encontram, nestes espaços, possibilidades para o exercício de uma política, podem pôr em crise o funcionamento das organizações. Nesse tipo de funcionamento deflagram-se embates de diferentes ordens, inclusive as hereditárias, no sentido das heranças históricas transportadas pelo tempo através de padrões instituídos que parecem não mais atenderem às exigências éticas, estéticas e políticas da vida contemporânea, em especial, naquilo que diz respeito à vida que pode ser desejada e vivida agora. Modos e modelos que funcionam como máquinas enrijecidas, esclerosadas e delirantes, prontas para serem substituídas.

No entanto, são máquinas que seguem engendradas, contando com a conivência das diversas implicações individualistas assentadas no gozo pessoal, nessas organizações, operando

como se fossem condições incontornáveis de suas sobrevivências, como se a superação desse modo de subjetivação individualista fosse inegociável. São máquinas movidas a implicações que não se põem em análise e seguem sem serem paradas, produzindo as velhas atualidades, algumas até conseguindo novas aparências, mas sempre correndo o risco de deixar cair por aí algum parafuso enferrujado, denunciando seu longo tempo de uso. Às vezes esse parafuso somos nós mesmos, quando nos tornamos “oxidados”. Oxidação que se dá pela hiperoxigenação dos corpos e isso acontece quando não se abrem possibilidades de arejamento sobre o que se acumula em nós e nos espaços institucionais das organizações, no caso, os modelos de gestão verticalizados e opressores, pautados pela velha moral assentada sob os substratos molares da história, muitos deles, como vimos, a serviço de afetos tristes e/ou de medo e ódio.

Isso que aqui estamos chamando de processo de oxidação ganha mais proximidade com a vida cotidiana se considerarmos o que Lourau nos aponta no começo dessa figura, ao referir sobre “as coisas” que não queremos ver nem enfrentar talvez porque, no fundo, as queremos assim, mantendo-se do jeito como elas estão. Isso acontece quando nos acostumamos a sermos corroídos pelo oxigênio, aprisionados sob a estética de sermos meros parafusos que sustentam a vida da velha máquina, sem que consigamos considerar sermos qualquer outra coisa diferente disso. Passamos a acreditar que o melhor para nós, parafusos, são essas velhas máquinas. E então nos perguntamos: sem elas entraríamos em crise de existência?

Entendemos aqui como máquinas as combinações de agenciamentos que modelam a forma, o regime e configuram as produções nas organizações em certos processos repetitivos, os quais vão reproduzindo outros modelos de agenciamentos, formando redes restritivas de produção, de acordo com as políticas de gestão e de produção de subjetividades que também vão se repetindo. Não obstante, o que percebemos é que, seja por uma opção e/ou falta de competência da gestão, ou até mesmo por uma omissão e/ou falta de competência da própria equipe, como já pudemos presenciar, vai ficando cada vez mais difícil de se conseguir alcançar a liberdade necessária para uma dinâmica relacional de construção dessas relações e processos de trabalho que libere para a criação e invenção daquilo que se poderia ser, ao menos, com relação à reapropriação da potência de produção da vida, da invenção, criação e cooperações coletivas. Poderia ser, por exemplo, um funcionamento político aberto às singularidades, atentas aos processos instituintes e de produção desejantes, as quais acreditamos serem necessárias para uma articulação organizativa mais fluida, autônoma e singular, desde a produção da “vida em seu estágio germinativo” (ROLNIK, 2018).

Contudo, as redes formadas por essas máquinas, que se agenciam para a manutenção de sistemas opressores, seguem ali em condição paradoxal de serem obsoletas e necessárias para a manutenção deles, o que contribui para a naturalização de suas permanências e repetições, dificultando os deslocamentos e transformações. Nesse contexto de produção, a organização se encontra presa a um processo senil de repetição através da repressão, sustentada por um corpulento sistema moralizante e burocratizante.

No caso da cena que nos acompanhou até aqui, uma máquina que agenciava forças fascistas e linhas duras – as quais assentavam seus substratos de verdade sob a organização, impondo dificuldade a qualquer possibilidade de deslocamentos das formas de ser constituídas historicamente – produziam, entre outras coisas, a alienação, a insegurança e o medo. Ainda, vinha junto nessa transmissão axiomática, todo um aparato de moldes de produção subjetivas, tais como: jogo da culpabilização e fragilização dos corpos, autculpabilização ou culpabilização do outro, que era visto como adversário e/ou perigoso. O flerte com a ordem e o poder que prescindem de uma articulação política com a alteridade sugestionava o modo individualista, competitivo e autoritário desse ser; desenhava-se, assim, a estética do que lá se produzia.

Essas máquinas, por serem constituídas majoritariamente por linhas duras, aos poucos vão comprometendo e inibindo quaisquer possibilidades de aberturas, de flexibilizações, de trocas, compartilhamentos e cooperações, de reconhecimento das diferenças e de uma construção ética e política que possa autoevidenciar a própria condição de oxidação e o que poderiam ser suas produções desnecessárias e senis.

São forças que excitam o ódio e o fascismo, estão aí e, como nos diz GUATTARI (1985, p.188), “não só já passou, como passa sem parar”. Por isso fazemos referências à hereditariedade contida nessas formas históricas e nesses modos de agenciamentos de forças que se repetem, pois estão aí, de um modo geral, tanto quanto estão aqui, em cada um de nós, circulando em nosso sangue e alojadas em nossa carne. Nos constituímos apesar delas, mas também, e inevitavelmente, a partir delas. Trazemos aqui o fascismo como recorte, mas nossa preocupação é extensiva ao conjunto de todas as formas de opressão.

Ao sinalizarmos sobre a importância de spendermos atenção e cuidado à produção e à reprodução das forças do fascismo, estamos também sinalizando que estas não se encontram “fora” ou “dentro”, como por vezes pode-se presumir, nem se originam de processos individuais. Trata-se de forças e efeitos de forças que agenciam-se nos espaços do “entre” de cada encontro, nas relações e nas práticas. Na medida em que não identificamos e dobramos essas forças, elas acabam por atravessar cada um de nós e nos tornando vetores. É a partir dessa perspectiva de

entendimento que reconhecemos a importância dos coletivos abrirem-se à experimentação e ao exercício da análise das implicações, no sentido do cuidado e atenção a essas forças, seja lá aonde as encontrarmos. Caso contrário, pode-se correr o risco de nos atrapalharmos com relação às direções as quais investimos nossas lutas individuais e coletivas.

Não se trata mais, nesse caso, simplesmente de descrever objetos sociais preexistentes, mas de também intervir ativamente contra todas as máquinas de poder dominantes, quer se trate do poder do Estado burguês, do poder das burocracias de toda e qualquer espécie, do poder escolar, do poder familiar, do poder falocrático no casal, e até mesmo do poder repressivo do superego sobre o indivíduo. (GUATTARI, 1985, p. 174).

Nos sentimos convidados, com a perspectiva trazida até aqui pelo autor, a incidirmos e investirmos cuidado sobre essas forças em sua dimensão micropolítica, a qual acreditamos engendrar as capturas mais intensivas da nossa potência de invenção e criação na produção do desejo, da autonomia e da liberdade, o que equivale a pensarmos também sobre como essas forças agenciam e mobilizam nossas relações interpessoais e sobre como elas passam por nós e nos subjetivam, tramando a ética, a política e a estética dessas mesmas relações.

A questão que entendemos relevante aqui é a de que, ao nos voltarmos para pensar a construção das práticas de atenção e cuidados, estamos indo na direção de pensarmos também como seria possível constituir estratégias coletivas que possam, primeiro, identificar o modo como nos ligamos a essas linhas de forças que constituem a trama dos agenciamentos políticos e burocráticos que promovem o enclausuramento do “fora”. Assim, as identificamos e, de uma vez por todas, as destravamos, desinflando-as e liberando-as para a produção de uma outra forma de organização, abrindo-se ao campo de possibilidades de invenção e criação, sem perder a atenção e a crítica sobre os agenciamentos que estão mobilizando, transformando a organização em um território comum de sustentação às construções e gestão coletivas dos mal estares e de práticas afirmativas e colaborativas, das subjetividades singulares e libertas, dos afetos alegres e da ética-estética do desejo.

Foucault (2004), ao escrever o prefácio do livro *O anti-Édipo – edição Americana*, nos instiga à construção de uma ética que promova exercícios de abertura às sensibilidades, a nos aproximarmos intimamente de nossos afetos, em relação aos nossos flertes com o poder, de maneira a estarmos atentos e a combater as forças opressivas que nos constituem e que se expressam através de nós, seja no modo como nos sentimos afetados pelos acontecimentos e como agimos a partir do pensar, dos gestos e das nossas práticas. Isso aconteceria a partir dessas aproximações com a dimensão do cuidado e da sensibilidade, que configura uma forma de cuidado de si, mas também do outro, uma ética a ser produzida. Esse exercício, se entendido

como sendo algo necessário, se põe ao alcance dos coletivos e das organizações as quais participamos. Lembramos que, ainda hoje, é atual destacarmos a importância do fascismo como algo a ser combatido. Como nos aponta o autor:

Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico (embora a oposição de *O Anti-Édipo* a seus outros inimigos constituam mais um engajamento político): o fascismo. E não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini — que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas —, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora. (FOUCAULT, 2004, p. 05.)

Como poderíamos pensar outras formas e processos de produção que tenham como direção a construção de uma ética do cuidado? Parece-nos que essa questão é imprescindível para a abertura e a manutenção de espaços de construção de projetos singulares e coletivos. Espaços no sentido de uma constante construção de territórios e ambientes para as convergências e divergências dessas implicações a serem postas em análise. Trata-se de aberturas que promovam experimentações, como se nos lançássemos a uma complexa e coletiva tarefa, repleta de contradições, enfrentamentos e incertezas. Trata-se de uma certa coragem para enfrentar situações de crise, mas podendo contar, é claro, com a rede de mãos e braços dados, os quais farão passar o ar e os afetos alegres para essas travessias caso elas se iniciem com a necessidade de uma apneia, nutrindo o corpo com o ar e com a alegria que, misturados, não deixa oxidar.

2.5 NENHUM MICROFASCISMO SE SUSTENTA SÓ: COREOGRAFIAS DE UMA ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO

Microfascismos: termo de ordem inexoravelmente plural e institucional, espécie de teia (capturante e produtora) de afetos contraditórios e violências que se alimentam do medo e da quase invisibilidade do cotidiano. Assim como a imagem do santo em uma igreja medieval, nenhum microfascismo se sustenta só; há sempre um outro que o sustenta e o repercute, e assim por diante.

Ao situarmos a Clínica Política Institucional em uma perspectiva de cuidado, lançamos mão de algumas prospecções e proposições que sinalizam para a necessidade de abertura de um espaço-tempo nas organizações, tanto para que se invista nas promoções de cuidado quanto para que se exercite estratégias de combate às forças de opressão e dos microfascismos. Entendemos necessário para esse desafio que o conjunto das análises, críticas, reflexões e intervenções a serem realizadas possam, de alguma forma, mobilizar nas organizações isso que Barthes (1981,

p. 1) nos apresenta como um exercício *ginástico ou coreográfico*: “no seu sentido Grego, (...): não é o ‘esquema’; é, de uma maneira muito mais viva, o gesto do corpo captado na ação, e não contemplado no repouso”. Como uma suspensão ativa do movimento, para que seja permitido realizar uma leitura em detalhes dos gestos que compõem esse corpo coletivo em movimento, percebendo aquilo que muitas vezes o mobiliza ou até mesmo atrapalha, (mas que, em via de regra, passa despercebido do seu conjunto).

Essa ideia nos permite pensar a prática clínica como a experimentação de processos, sua simulação e construção de uma política de gestão que abra caminhos para o exercício da liberdade, de coreografias coletivas investidas de gestos singulares e outros movimentos que conduzam para outras estéticas de produções de subjetividades e para projetos colaborativos realizados de forma coletiva. Pensamos a intervenção clínica como abertura de uma brecha de espaços e tempos nas organizações, de modo a possibilitar outras leituras do presente, reconhecendo seus detalhes que, muitas vezes, passam despercebidos, seja pelo excesso de uma exigência de performance e pelo cansaço que essas exigências impõem ou seja pelo ofuscamento produzido pela inebriante velocidade com que esses efeitos vão soterrando as presenças vivazes dos cotidianos.

Esse exercício de um certo alongamento ginástico de cenas, gestos e jogos de poder do cotidiano é flagrado em seus complexos movimentos e agenciamentos, desde os processos mais elaborados aos mais corriqueiros e sutis. Exemplo disso pode ser o reconhecimento da devida importância dos processos instituintes, insurgentes e até destituintes, como componentes ativos e elementares de mudanças e transformações. Trazemos essa compreensão por entendermos que ela convoca a uma relação de cuidado a ser empenhada no conjunto de nossas intervenções, seja para que não impactem negativamente a ponto de promoverem ou agravarem desequilíbrios ambientais ou seja para a identificação de riscos e/ou necessidades de sinalizar para a prevenção e/ou reparação de alguns danos ambientais em curso. Nesse sentido, propomos uma perspectiva de cuidado que seja também ecológica, de maneira que possa ser possível dispendermos a devida atenção às expressões e aos sinais manifestos pela natureza oriunda dos diferentes ecossistemas que compõem esses ambientes institucionais.

Aproveitaremos aqui a perspectiva ecológica proposta por Guattari (2012, p. 8), no sentido em que propõe uma articulação ético-política denominada de *ecosófica*. Essa perspectiva agrega três registros ecológicos: “do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana”. Apresenta, ainda, a crítica a uma série de situações emblemáticas que deflagram uma onda de efeitos do sistema capitalista, os quais, segundo a análise, demonstram uma sistemática

degradação ambiental nas três esferas apontadas, promovendo a precarização das condições para a vida. Para o autor: “o que está em questão é uma maneira de viver daqui em diante sobre este planeta.” (GUATTARI, 2012, p.08).

Quando transpomos essa perspectiva para os espaços institucionais, imaginamos uma relação de cuidado ecológico, passando tanto pela qualidade do ar, pelos níveis de oxigênio, níveis de temperaturas e pressões, assegurando a necessidade de vacúolos de silêncio em meio a tantas máquinas de produção discursiva quanto pelos impactos e conflitos, dissensos, contradições, afetos alegres e tristes e tudo aquilo que está para ser colocado nesses espaços, mas que, geralmente, por algum motivo – o qual estamos buscando – não se autorizam a aparecer. Neste sentido, mediante as estratégias adotadas, ficaria autorizada a apresentação das diferentes concepções daquilo que se possa ser, pensar e fazer, tanto daquilo que possa ficar circunscrito aos indivíduos quanto aquilo que é produzido e liberado coletivamente.

Nesse contexto de abertura dos espaços institucionais, concebidos em sua complexidade e potência de produção, como um meio ambiente a ser explorado com cuidado, busca-se analisar os efeitos produzidos a partir dos processos que vão sendo mobilizados e sinalizados no conjunto das sutilezas e detalhes expressos, seja em um gesto, em uma fala, em um olhar e também através dos movimentos insurgentes que venham reivindicar passagem para a vasão de intensidades afetivas, discursivas, semióticas e outras, as quais se avolumam na clandestinidade das organizações, mas que, de um jeito ou de outro, se fazem presentes. Essas intensidades podem se encontrar inibidas e/ou reprimidas nos subterrâneos e em brechas dos corredores institucionais, emaranhadas nas linhas de forças, arraigadas na lógica da contaminação ambiental proveniente dos afetos tristes, do ressentimento, do medo, da tristeza e do ódio.

A perspectiva ecológica que estamos explorando considera que em cada abertura de espaço/ambiente pode-se contar com as condições para a germinação de exercícios de experimentações e o cultivo das análises das implicações individuais e coletivas da crítica às instituições, das realidades, dos processos de produção, de colonização e dominação entre outras frentes. A aposta feita nesses exercícios é a de que, na medida em que possa haver uma melhor apropriação de si desses coletivos e organizações, suas condições de autonomia e liberdade também se ampliem, em especial para considerar nas suas produções, a pluralidade e os diferentes modos de subjetivação. Ainda nesse mesmo horizonte de sentidos, poderíamos ter uma sutil relação de contágio dessa perspectiva de cuidado com os demais espaços institucionais, estendendo o desenvolvimento dessa política de perceber a gestão e a produção, de forma compartilhada e solidária, desenvolvendo a autonomia e a liberdade.

Ainda com relação à aposta feita, entende-se que as situações de crise não seriam tão temidas, como se fossem ameaças pânicas, mas funcionariam como variações entre a diversidade de estilos e expressões que a cada gesto apresentam suas perspectivas de mundo. O convite seria para que todos que compõem a organização viessem a se colocar em cena nesses espaços, desafiando-se na construção de cartografias *entre* os diferentes movimentos e insurgências, sinalizando seus pontos de intersecções, coalizões, divergências e rupturas a serem feitas. Essas leituras e mapeamentos ao longo do processo vão possibilitando o delineamento de horizontes comuns e/ou, no mínimo, convergentes entre as diferentes concepções de mundo. Nesse processo podem emergir, a partir das intersecções entre as linhas emergentes, territórios nos quais sejam possíveis os encontros entre essas diferentes concepções e o mundo que de fato se está buscando construir enquanto sentido, ao mesmo tempo plural e singular de existir coletivamente, nesta ou naquela organização.

Os processos instituídos requerem constantes avaliações, para que não venham a promover o endurecimento das formas e forças políticas e de gestão que organizam seu funcionamento, a ponto de inviabilizarem a alegria, a leveza e a vida. No entanto, se essas afetações não encontram espaços institucionais com as mínimas condições para seus compartilhamentos, elas se emaranham e se fixam em nós, coabitando como hóspedes inoportunos.

Em um meio ambiente degradado e com poucos espaços, as práticas ficam suscetíveis à incidência dos discursos institucionais hegemônicos e do senso comum, os quais passam a funcionar como se fossem clichês a serem repetidos de modo automático e, assim sendo, nos parece pouco provável que esse processo de subjetivação, com discursos e práticas já definidos *a priori*, possam ser analisados e problematizados. Nesse caso, o simples exercício de alguém arriscar o disparo de uma colocação, com o intuito de estabelecer um dissenso ou contraposição, tenderá a ser frontalmente inibido e tomado como sendo uma heresia e, conseqüentemente, o proponente visto e sentenciado como sendo um herege – cena que nos remete aos tempos da idade média ou como atualmente ocorre no Brasil, da criminalização dos movimentos sociais, tomados como inimigos internos. Seguindo nessa reflexão acerca desse jogo de linguagens, dos discursos hegemônicos e jogos de forças na luta por direitos, recorreremos à filósofa Marcia Tiburi (2015, p. 55):

O ato de falar e até mesmo de escrever, pelo qual expressamos pensamentos, também entra nesse jogo de linguagem. Por isso, no capitalismo se cuida tanto da ordem do discurso (o que antigamente era chamado de retórica). A regulamentação das falas e dos

textos visa a não prejudicar o sistema. Essa encenação é histórica, mas, ao mesmo tempo, é espetacular, portanto, funciona perto da arte (vide o sucesso do cinema em nosso tempo) e na forma de uma religião. Mas há um nível de criação da teatralidade (histórica ou teológica) que implica o texto, o discurso. Neste contexto, as palavras funcionam como estigmas ou como dogmas que sustentam ideias orientadoras de práticas. Se a ordem do discurso capitalista é basicamente teológica, é porque ele funciona como uma religião no âmbito das escrituras e das pregações (em geral, no púlpito tecnológico da televisão). Assim como sendo questionada, a palavra ‘Deus’ gera o estigma do herege ou do ateu, a palavra capitalista, quando questionada, gera o estigma do ‘comunista’, ele mesmo tratado como um tipo de ateu em sua descrença crítica do sistema.

As formas instituídas se agenciam a partir dessas linhas discursivas hegemônicas de *saberes-poderes*, e assentam-se em substratos de verdades historicamente forjados. Ao longo do tempo, contaram com a conivência da ciência dita “imparcial”, a qual também contribuiu para esse movimento político e institucional que visa a limitar, inibir, oprimir e capturar a potência de produção das forças instituintes, de invenção, de transformação e destituíntes. Algumas organizações, em sua política de gestão, passaram a funcionar, praticamente, para a manutenção automática desses modos instituídos historicamente modelados, sem nunca sequer permitirem se questionar efetivamente sobre isso. Nesses ambientes institucionais, não raro encontramos algumas pessoas que atuam como se incorporadas a um personagem institucional, um chefe, um psiquiatra, uma secretária, dando viabilidade e legitimidade a essas forças instituídas que modelam. Assumem o papel a ser encenado conforme cada uma das máscaras, fiéis representantes dessas verdades institucionais, espécies de baluarte dessas linhas de saber-poder, gozando da ocupação arbitrária de um certo lugar de centralidade e hierarquia no modo organizativo das organizações, os chamados lugares de poder. Nessa coreografia do saber-poder, cabe-nos perguntar: o que acontece com os demais atores e gestos dessa cena? O que seria possível dizer sobre eles?

2.6 A DESTITUIÇÃO COMO PRODUÇÃO DE POSSÍVEIS

Em uma perspectiva mais radical, o Comitê Invisível, no livro *Motim e Destituição Agora* (COMITÊ INVISÍVEL, 2018), nos sinaliza para esse movimento de captura institucional através de suas formas, mais do que pela própria instituição em si. Nesse sentido, abrem mão de qualquer possibilidade de negociação e propõem o movimento de destituição, que seria um abandono, um deixar para lá, uma saída radical das amarras institucionais, rumo à produção de

outras coisas, uma incessante produção de outras formas que, de fato, nos convenham, que sejam móveis e produzidas pelos anseios de algo comum entre nós.

Se a instituição nos conforta tanto, é porque o tipo de legibilidade que ela garante nos poupa sobre tudo – a nós, a cada um de nós – de *afirmar* o que quer que seja, de arriscar nossa leitura singular da vida e das coisas, de produzir juntos uma inteligibilidade do mundo que nos seja próprio e comum. O problema é que renunciar a fazer isso é simplesmente *renunciar a existir*. É se demitir da vida. Na realidade, não temos necessidade das instituições, mas das formas. (COMITÊ INVISÍVEL 2018, p. 84).

Encontramos nessa ideia de destituição²¹ um potente território conceitual e prático a ser explorado, no sentido de que possa nos servir como lugar que se vá para a realização de exercícios de distanciamento e descolamento radical das instituições, necessário para que se consiga abrir novas perspectivas. Trata-se de um retirar-se das instituições, mesmo estando junto a elas, uma saída estratégica, no espaço e no tempo, para que seja possível um retorno com uma outra perspectiva de transformação, um outro corpo para uma nova experiência.

Conforme estamos vendo, na medida em que não se encontram espaços nem saídas, o que temos aí é um território e um ambiente no qual, ao que parece, há algumas coisas que não podem ser expressas, faladas, tocadas e/ou desveladas. Mexer nesse jogo de forças instituídas poderia abrir caminho para uma crise institucional, indo contra a uma suposta estabilidade performática. Será isso que se tenta evitar?

Cecília Coimbra (2008), em seu texto intitulado *Estratégias de resistência e criação: ontem e hoje*, lembra que a tortura não quer fazer falar, a tortura quer fazer silenciar a fala. Tomemos aqui a tortura analogamente às relações de micropolíticas de forças do fascismo que

²¹ Os autores do Comitê Invisível falam de um contexto social organizado como um jogo de espelhos (que seriam as instituições). Nesse meio, vivemos em uma incessante busca por encontrar um ou vários espelhos que melhor reflitam a nossa imagem/forma passando a nos identificar pessoalmente com as instituições, somos as instituições. Nesse sentido a destituição proposta quebra com esses espelhos, acaba com o jogo, uma tomada de independência daquilo que, por hora, nos tornamos dependentes, pois nos reflete e nos apresenta uma versão de nós para nós mesmos. É uma aposta de que tenhamos as condições de assumirmos a criação de nossas próprias formas ou versões de nós, que possamos inventá-las conforme desejarmos, sem precisarmos de espelhos. Em minha trajetória profissional penso já ter me deparado com alguns movimentos de destituição, de modo a perceber a potência de que se trata essa radicalidade, e é de arrepiar, no sentido de que, diante de tal experiência prática de ruptura, nos defrontamos com o abismo imposto pelo ato político desse outro que assume essa escolha para si e que, ao mesmo tempo, nos faz sentir aquela vontade de voar, sem necessariamente ter um lugar de chegada. Seria esta uma sensação de esperança de que a vida ainda se faz possível? A situação de experiência profissional a que me refiro aponta para os encontros que tive, enquanto psicólogo, trabalhando em um serviço de abordagem social a pessoas em situação de rua – Ação Rua/POA/RS – onde, presumo, ter encontrado pessoas que tenham feito essa opção de ruptura com a instituição, pois não queriam qualquer ajuda institucional, negavam-na com veemência, não concordavam e não pactuavam com elas, nem o documento de identidade era possível acessar, talvez pelo fato de que alguém não registrado ou não identificado pelos sistemas não exista, está colocado fora das malhas, dificultando ser capturado pelas instituições sociais. O que percebíamos, no entanto, era que o não querer ser alguém registrado lhes dava a possibilidade de ser o que bem entendessem a qualquer tempo e era isso que animava.

permeiam as instituições, as quais compõem as organizações, como movimentos entre relações de poder nas quais identificamos como efeitos os assédios morais, as tensões e os conflitos decorrentes dessa lógica de relação de uns sobre outros, e que, por fim, acabam por esvaziar os espaços de trocas e compartilhamentos das produções e práticas, como também dos processos de subjetivação. O gesto que passa a ser transgressor é justamente esse, de colocar-se em uma perspectiva de análise de implicação na qual expressar-se nos processos coletivos equivaleria a um movimento de libertação, de se colocar para fora de si, na busca pela criação de outros territórios existenciais, que possam servir de ambiente político para construção de comuns.

No entanto, essa nos parece ser a tensão, a disputa e o paradoxo posto em análise, pois são justamente essas tentativas de libertação que passam a ser reprimidas. Nesse modelo político, os sujeitos (deslocados de seu pertencimento coletivo) sentem-se aprisionados e empurrados a um calabouço interior, silenciados em suas diferenças. Em muitos casos, não resistem e acabam sucumbindo a esse jogo de forças, seja por adoecimento, por inibição ou mesmo por demissões. Se, por um lado, há uma força que empurra para que se vá legitimando e reproduzindo o modo majoritário de produção subjetiva do individualismo, por outro, se constituem também movimentos contra-hegemônicos e exercícios de resistência aos endividamentos morais, afetivos e subjetivos.

As organizações são também espaços nos quais se estabelecem campos de batalha. O que parece haver ali é uma grande força que luta pela estabilidade de sua permanência. O dissenso e o controverso são vistos como ameaças e tomados como estopins para uma crise. Por mais que entendamos que essa disputa se dá também no plano das forças, o que pode tornar difícil a cartografia de suas linhas e processos, nossa hipótese vai na direção de compreender que o que se quer é exatamente barrar o desencadeamento de qualquer possibilidade de instauração de uma crise. Assim, a simples eminência da crise pode provocar o surgimento de afetos como o ódio, de um lado, e o medo, do outro, os quais vão oscilando. A desestabilização provocada por uma crise poderia promover a redistribuição das cartas desse jogo de forças, alterando suas composições e valências, descentrando-as da noite para o dia. O risco poderia ser um movimento de destituição, de rupturas, a ponto de nos depararmos, ao amanhecer, com a figura de um rei ou uma rainha vagando nu pela rua, despido de seu majestoso manto e despossuído de seu reinado.

Se apostamos em uma perspectiva ecológica de cuidado dos ambientes, dos espaços e dos processos institucionais nas organizações, é porque, em alguns casos, o que se prolifera nesses espaços são germinações de microfascismos, entendendo que é justamente nesse contexto de poucos cuidados que se legitimam as formas de opressão e silenciamento. Nesse caso, o que

ocupa a função de intermediação das relações são justamente os afetos tristes do ódio, do medo, da violência, da solidão individualista, os quais, como ervas parasitárias, fixam-se nos corpos para que se dê conta da manutenção dessas formas de funcionar, tornando cada um envolvido em um componente produtor e, ao mesmo tempo, produto desses estilos políticos de gestar as organizações.

2.7 O QUE AS ORGANIZAÇÕES DAS QUAIS VOCÊ FAZ PARTE ANDAM TRANSPORTANDO EM SUAS CARROCIAS?

A fala, enclausurada no corpo dos coletivos organizacionais, tende a ir se esvaziando de qualquer senso crítico e de análises, atrofiando o exercício realizado pelo pensamento. Assim, quase todos parecem funcionar como autômatos de uma máquina inabalável, de coerção e destruição das possibilidades de invenção e produção da vida. Conforme colocado por Tiburi (2015), lembrando o caso de Eichmann analisado pela filósofa Hannah Arendt, trata-se de uma “banalização do mal” que, a nosso ver, está longe de ser superada.

A banalização do mal é feita pelo ser humano comum que não se responsabiliza pelo que faz de ruim ou acha que o que faz de ruim não tem consequências para os outros; não reflete, não pensa. Arendt se referiu a Eichmann como uma pessoa tomada pelo ‘vazio do pensamento’; como um imbecil que não pensava; que repetia clichês e era incapaz de um exame de consciência – e que, por tudo isso, banalizava o mal que praticava. (TIBURI, 2015, p. 19)

Não nos parece haver dúvidas com relação à afirmativa de que as práticas produzidas pelas organizações produzem, de modo geral, algum impacto no campo social. Se considerarmos, ainda, o atual cenário social, político e econômico do Brasil, onde vemos o crescimento de formas discursivas tomadas pelo não senso, as quais beiram o delírio, afetadas pelo ódio e, em especial, pelo fundamentalismo neopentecostal, culminando, não raras as vezes, em atos de intolerância e violência, de preconceitos e do não reconhecimento do outro enquanto alteridade, é justamente a banalização do mal que vemos nos cotidianos, apresentada ao vivo e a cores nos noticiários e nas redes sociais.

Diante dessa perspectiva que, de um jeito ou de outro, nos ocupa a todos em nossos cotidianos, propomos a seguinte provocação a ser considerada e avaliada pelo leitor, parafraseando com o que foi citado sobre o caso Eichmann: o que as organizações das quais você faz parte andam transportando em suas carrocerias?

O autor francês Exupéry, em seu livro *O pequeno príncipe* (2015), nos faz um alerta sobre os riscos do fascismo, utilizando-se de uma forma bastante cuidadosa que beira ao enigmático. Talvez como estratégia de proteção à longevidade do recado, nos fala sobre esse fenômeno de expansão de modos de organizações que tenham como ética o ódio e a destruição. Ele coloca que a produção do bem e do mal, em seu princípio, podem ser invisíveis para fins de suas distinções. Na época em que o autor de descendência judaica escreveu essa obra, encontrava-se refugiado nos Estados Unidos, fugindo da expansão nazista. Segundo Mônica Cristina Corrêa²², no trecho em que o Pequeno Príncipe está buscando um desenho de carneirinho que pudesse comer algumas plantinhas que nasciam em seu planeta, função esta que se apresenta como uma tarefa nada corriqueira e fácil, pois, como nos mostra, no princípio, é difícil distinguir as flores dos baobás. Enquanto ainda sementes, ambos são invisíveis, na terra possuem “as sementes boas de ervas boas e as sementes ruins de ervas ruins”. Assim, se por um lado era possível proteger as rosas em uma redoma de vidro, por outro, os baobás, caso viessem a ser negligenciados, poderiam crescer a ponto de ocupar e destruir todo o planeta: eles eram um risco sempre em eminência.

Na história, essa cena dos baobás, segundo Mônica, faz analogia ao fascismo, um mal que, se não for interrompido ainda em seu início, quando mostra sinais de sua diferenciação, pode crescer de modo a tomar conta de tudo, acabando por tornar o planeta inabitável por outras formas de vida, inclusive para si próprio. Quando o Pequeno Príncipe nos mostra seu desenho que contém um planeta tomado pelos baobás, ele nos diz: é esse o meu desenho *mais grandioso*, porque é urgente alertar sobre seu perigo, reforça:

O solo do planeta estava infestado delas. Ora, se demorarmos muito para dar jeito num baobá, não conseguiremos mais nos livrar dele. Ele atravanca o planeta todo. Perfura-o com suas raízes. E se o planeta for muito pequeno, e os baobás muito numerosos, vão fazê-lo arrebentar.

‘É uma questão de disciplina’, me dizia mais tarde o Pequeno Príncipe. ‘Quando a gente termina de se arrumar de manhã, é preciso arrumar cuidadosamente o planeta. Temos de nos obrigar a arrancar com frequência os baobás assim que os distinguimos das roseiras, com as quais eles se parecem bastante quando pequeninhos. É um trabalho muito chato, mas muito fácil’. (EXUPÉRY, 2015, p. 26)

A seguir, continuaremos acompanhados na lembrança desse nosso amigo, pequeno e solitário viajante interplanetário, e também de sua curiosidade questionadora, de seus

²²

Nesta edição de *O pequeno príncipe* da Companhia das Letras (2015), Mônica Cristina Corrêa ficou encarregada da tradução e dos textos sobre o autor e sua obra. Ela é doutora em linguística e literatura francesa, com pós-doutorado em literatura comparada (Brasil-França), e vem se aprofundando na história da Aeropostale no Brasil e na obra de Saint-Exupéry.

estranhamentos ao deparar-se com diferentes mundos sem, no entanto, perder de vista sua relação de cuidado com os processos de gestão e produção de vida em seu planeta. Em nossas andanças pelos ambientes e espaços das organizações e coletivos, gostaríamos de poder contar com a presença de seu carneirinho para que pudéssemos largá-lo a comer as ervas daninhas. No entanto, como carregá-lo debaixo do braço não será possível, buscaremos explorar ferramentas conceituais que entendemos oferecer os recursos necessários para tal. Uma dessas ferramentas que lançaremos mão para auxiliar-nos nessa perspectiva analítica são os conceitos de *ecosofia* e *ética não-fascista*.

Guattari (1985), quando propõe falar sobre a micropolítica do fascismo, nos aponta para a uma dimensão desse fenômeno que não está necessariamente colocado fora de nós. Trata-se de acontecimentos históricos que podem ser tomados como objetos externos de análise social, sinalizando para uma dimensão de micropolíticas das produções do desejo que precisam ser consideradas com maior cuidado, pois aí parecem se esconderem algumas pistas para que possamos enfrentar o desafio de combater essas formas de opressão e do fascismo, lembrando o que anteriormente nos disse: “ele está em constante evolução; parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós.” (GUATTARI, 1985, p. 188-189). Se seguimos algumas pistas para enfrentar esse desafio do fascismo em nós, encontraremos algumas delas no diálogo do Pequeno Príncipe com a raposa, no qual ela lhe revela seu segredo: “(...) só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos.”(EXUPÉRY, 2015, p. 84).

O Príncipe estava em busca de encontrar-se com os homens, estava em busca de fazer amigos, mas a raposa lhe convenceu a ficar um pouco mais, argumentando que os homens não têm mais tempo para conhecer nada, eles compram tudo pronto dos comerciantes, os homens não têm mais amigos! Então, disse a raposa: “Só conhecemos as coisas que cativamos”. *O que é preciso fazer?*, perguntou-lhe o Príncipe, e ela respondeu: “É preciso ser muito paciente.” (EXUPÉRY, 2015, p.79).

A paciência necessária aqui nos remete para uma relação com o tempo, o qual entendemos que seja outra pista a ser considerada. Mais adiante, abordaremos o tempo como outro elemento analisador, mas apontamos que ele aparece no fim desse diálogo, quando a raposa explica sobre o que significa cativar, referindo-se a sua relação com a rosa: “O tempo que você perdeu com sua rosa é que faz sua rosa tão importante.” e, a fim de lembrar-se, o Príncipe repetiu: “O tempo que perdi com minha rosa...” (EXUPÉRY, 2015, p.84). A raposa ainda acrescenta: “Os homens esqueceram essa verdade, (...) mas você não deve esquecê-la. Você se

torna responsável para sempre pelo que cativou. Você é responsável por sua rosa...”. (EXUPÉRY, 2015, p.84)

Assim como os cientistas nucleares e pesquisadores que se empenharam para o projeto de construção da bomba atômica, posteriormente chamada *little boy*, o produto desse projeto foi responsável por duas das maiores atrocidades da história humana após sua conclusão. O projeto havia sido um sucesso! Destruindo, durante a Segunda Guerra Mundial, duas cidades japonesas, Hiroshima e Nagazaki²³. A explosão foi registrada pelos tripulantes do avião bombardeiro *Enola Gay*, responsável por soltar as duas bombas. A estética da imagem registrada no momento da explosão ficou conhecida como “A rosa de Hiroshima”²⁴, mas o que os cientistas e pesquisadores têm a ver com a atrocidade? Qual é a relação possível entre a implicação desses cientistas e o caso Eichmann, por exemplo? É possível traçarmos algum paralelo?

(...) os pesquisadores do programa de energia atômica nuclear puderam negar, durante muito tempo, suas implicações e dizer: ‘isso não existe’. Mas, alguns anos após Hiroshima, os mesmos escreveram mil páginas de confissão, onde afirmavam: ‘somos idiotas’. E era tarde demais. Sequer era ‘científico’. (LOURAU, 1993, p.16)

O reconhecimento das implicações realizadas por parte de alguns cientistas, mesmo sendo feito anos depois, não minimizam suas parcelas de responsabilidade pela “rosa”, a qual cativaram. No entanto, esse fato não lhes retira o singelo título de “somos idiotas”, mas nos mostra alguns preços que podemos vir a pagar em virtude de uma organização e produção coletiva que não tenha como princípio ético a abertura de espaços-tempos onde o exercício da análise crítica das implicações possa refletir sobre aquilo que se produz. Mesmo considerando o momento histórico daquele período e a corrida atômica que havia entre Rússia e USA, a questão que gostaríamos de levantar é de que, ao que nos parece, tanto os cientistas quanto o relato sobre o caso de Eichmann não tiveram a possibilidade de fazer escolhas, elas não estavam colocadas como questão a ser considerada por eles; fizeram o seu “melhor” em nome de uma máquina

²³ Em 6 de agosto de 1945, o bombardeiro norte-americano *Enola Gay* despejou sobre Hiroshima, pouco depois das oito da manhã, a bomba de urânio *little boy*, que pesava 4 toneladas e tinha poder destrutivo equiparado à explosão de 15 mil toneladas de TNT. Às 8h15 o artefato explodia nessa cidade da região sudoeste do Japão. Três dias depois, foi a vez de Nagasaki, a oeste de Hiroshima, ser arrasada por outra bomba atômica, batizada de *fat man*. Seis dias depois, em 15 de agosto de 1945, o Japão apresentava sua rendição incondicional aos Estados Unidos.

Só em Hiroshima morreram, em 1945, 140 mil pessoas devido à bomba. Até 2005, foram somadas outras 5.375 reconhecidas como vítimas da destruição nuclear na cidade. Desta forma, o número oficial de mortos pelo ataque atômico já chega a 242.437. Em Nagasaki, o número de vítimas fatais é de cerca de 135 mil. Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u86419.shtml>>

²⁴ A *rosa de Hiroshima* virou poesia escrita por Vinícios de Moraes e, após, música, cantada por Ney Matogrosso. Fonte: <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/rosa-de-hiroxima>>

maior e por isso, talvez, inquestionável. Mas será mesmo que não tiveram chances de fazer suas escolhas?

É justamente na suposta falta de possibilidade de escolhas que agenciamos nossos gestos de implicação. A que distância nos encontramos do “centro de gravidade”²⁵, da construção de algum protagonismo frente à vida, ao tempo histórico e ao espaço planetário o qual ocupamos? É nessa linha de raciocínio que encontramos sentido e reconhecemos a boa aplicação dos adjetivos “imbecil” e “idiotas”, não pelo seu sentido pejorativo, que não deve ser desconsiderado, mas no sentido em que deflagram um estado de captura da condição de um senso de humanidade, levando seus personagens à construção de um processo de pensamentos e práticas que promove uma total destituição de si mesmos. Assim, se estabelece a produção de uma relação que sequestra e anula as singularidades, promovendo desterritorializações e tomando de assalto a relação com a produção de uma micropolítica implicada com o cuidado e com o que se produz de desejo, pondo como impossibilidade a potência de devires, pois há a opção por uma condição demasiadamente humana? Será mesmo que se trata de uma mera questão de opção ou de escolhas?

2.8 É MUITO MELHOR A PERDA DE UM EMPREGO QUE NOS GARANTA A DIGNIDADE DO QUE TER QUE CONVIVER COM A CHANCELA DE TER SIDO UM “IDIOTA”

Acerca de aproximadamente dois anos ou mais, uma cena chamou a atenção ao ser publicada nas mídias sociais. Tratava-se de uma equipe da Brigada Militar, oficiais de justiça e promotores que estavam diante de uma comunidade para realizar a desapropriação da área onde moravam dezenas ou centenas de famílias, mulheres, crianças e idosos. Todos ali tinham, a muito custo, conseguido construir suas precárias casas, mas era justamente o que lhes dava uma condição mínima de dignidade, pois tinham um lugar para morar. Diante de uma retroescavadeira, as famílias estavam desoladas, pessoas chorando, tentando desesperadamente impedir a demolição de suas casas, prestes a acontecer. Quando foi dada a ordem para o motorista da retroescavadeira dar início às destruições, um gesto inesperado: o motorista desligou a máquina, desceu, e, como forma de protesto, não falou nada e foi embora, abandonou o local. Esse motorista poderia ter sido mais um dos muitos casos que poderiam ser comparados

²⁵

“Quando o centro de gravidade da vida é colocado, não nela mesma, mas no ‘além’ – no nada –, então se retirou da vida o seu centro de gravidade.” (NIETZSCHE, 2002, p. 38)

ao de Eichmann em nossa história, mas o desfecho foi diferente: ele fez a sua escolha. Essa escolha talvez tenha lhe custado o emprego, mas se considerarmos custo por custo, parece que o motorista não foi intitulado com o adjetivo “idiota”, e muito provavelmente tem mais chances de ter ficado tranquilo com sua própria condição de dignidade e senso de humanidade, o que para alguns é algo inegociável.

A outra cena, essa um pouco mais recente, aconteceu em um hospital de Porto Alegre/RS. Os hospitais estavam passando por um momento difícil, em função de cortes de verbas repassadas pelo Estado, e o efeito foi a diminuição da capacidade de realizarem seus atendimentos, ocorrendo a superlotação de alguns hospitais em detrimento de outros que tiveram seu funcionamento reduzido. O hospital em questão estava lotado e a ordem dada ao porteiro foi a de que ninguém mais entraria, pois as portas precisariam ser fechadas. Uma mulher gestante, que já havia passado por um outro hospital e não tinha conseguido ser atendida, estava diante da porta, implorando sua entrada. O porteiro, então, percebeu que ela estava em trabalho de parto e prestes a ganhar seu bebê ali mesmo, do lado de fora da porta do hospital e, assim como o motorista da retroescavadeira, o porteiro fez uma escolha diante daquela situação, fez um gesto ético de abrir a porta. Quando a gestante entrou, sentou-se no primeiro lugar que se abriu na recepção lotada e, como já estava em pleno trabalho de parto, acabou parindo ali mesmo, amparada, no entanto, pelos profissionais que passavam naquela hora pela recepção e pôde contar com a mínima assistência necessária, apesar dos pesares.

Essas duas cenas, talvez não tão incomuns em nossos cotidianos, contrastam frontalmente com as cenas anteriores, nas quais seus personagens não tiveram a mesma presença de espírito de se permitir avaliar criticamente as consequências daquilo que estavam produzindo. Ao menos os cientistas da bomba atômica, mesmo que tardiamente, conseguiram dar-se conta das consequências do que produziram, no entanto, a posição que assumimos aqui, no sentido de tomarmos um lado diante da multilateralidade – mesmo que a tomada de lado possa ser nômade e parcial – entendemos que, com relação ao custo, é muito melhor a perda de um emprego que nos garante a dignidade do que ter que conviver com a chancela de ter sido um “idiota”.

2.9 PISTAS PARA UMA ÉTICA NÃO-FASCISTA

Aqui, tentaremos caminhar acompanhados pelas ideias e proposições produzidas pelo filósofo Oswaldo Giacoia Junior em *Notas sobre a noção de uma ética não-fascista* (2010). Nesse trabalho, Giacoia vai apostar na concepção nietzschiana da vida como invenção dos

processos de subjetivação de si em uma perspectiva ética, estética e política, contrapondo a vida tomada enquanto resignação a um modelo de sujeito universalizante e individualista.

O filósofo vai, inclusive, levantar algumas questões sobre essa concepção universal e individualista, argumentando que atualmente o sujeito em si já seria uma produção esquadrihada pelo sistema de produção contemporâneo e, nesse sentido, já estaria capturado por modulações subjetivas e formas *a priori* de existências. Seu ensaio segue em uma aposta ética de encararmos a vida como criação, enquanto autoprodução de si, produção de diferença e singularidade em suas perspectivas individual e coletiva, o que necessariamente implicaria a produção de um outro em condições de promover agenciamentos coletivos. Trata-se de uma ética-política de constituição de uma estilística “emancipatória” que “não sucumbe ao canto da sereia da Circe moral e escapa às armadilhas de todos os passarinhos” (GIACOIA, 2010, p.118):

Esse uso fecundante, por Deleuze e Foucault, da ideia Nietzscheana de estilo artístico como criação de novas possibilidades de experiência e de vida parece-me apontar para um tipo contemporâneo de subjetivação que permanentemente resiste e escapa às artimanhas mais insidiosas do fascismo, às suas esmagadoras figurações sob a égide do Estado, assim como às suas tentações mais sutis, miúdas, que, como diz Foucault, constituem a “amarga tirania de nossas vidas cotidianas.

Pode-se dizer, nesse sentido, que as pretensões contemporâneas de regras a experiência moral e formular projetos éticos fundamentalmente centrados na ideia de sujeito, ou que pretendem enunciar em normas universalmente coercitivas os valores do homem, são tentativas que permanecem aquém das virtualidades éticas presentes na noção estética de estilo. (GIACOIA, 2010, p. 117)

Nessa concepção, fica evidenciado um certo esgotamento das possibilidades colocadas sob essa forma sujeito. Somos então provocados a seguir adiante e pensarmos não mais nesse modo *sujeito*, mas em um outro modo de subjetivação e produção ética-estética da existência, mais como processo constante de produção de diferença e singularidades do que como modo de representação hegemônico e individualista. Tal perspectiva nos lança a uma condição de deslocamentos e, ao mesmo tempo, de possibilidades para pensarmos a produção de uma vida em constante processo de diferenciação, seja com relação ao modo universal e hegemônico, seja na busca por inventar outros modos de organização e cuidado de si que considerem a pluralidade e reconheçam as diferenças e a alteridade, estes podendo ser colocados como valores humanos universais.

(...) como a proliferação de novas possibilidades de organização de uma consciência de si, engendrando-se à diferença da matriz de assujeitamento, pela qual, até hoje, a modernidade cultural e política problematizou a constituição de si como sujeito.

Por todo tipo de razão, nos afirma Deleuze, deve-se evitar falar, no caso da problematização da ética por Foucault de “um retorno ao sujeito”: é que esses processos de subjetivação são inteiramente variáveis, e se fazem segundo regras muito diferentes. Eles são tanto mais variáveis já que a todo momento o poder não para de recuperá-los e de submetê-los às relações de força. A menos que renasça inventando novos modos, indefinidamente. (GIACOIA, 2010, p.115.)

Nesse sentido, não nos parece que Giacoia, acompanhado do pensamento de Nietzsche, Foucault, Deleuze e Guattari, esteja propondo o fim da concepção de sujeito, mas talvez aponte para suas limitações e para os riscos aos quais estaria ele colocado no percurso da sua montagem histórica. Limitações estas para as quais entendemos ser preciso encontrar meios de atravessá-las, ultrapassando suas fronteiras, caso queiramos encontrar vias alternativas e modos de se combater as forças que emanam das categorias do negativo, inventando novas modalidades de engendrar as forças de criação e invenção da vida.

Parece não haver uma oposição, mas a proposição de uma outra perspectiva, a qual busca romper com qualquer enlace de produção moral, social, política e cultural que promova a sujeição ou a tentativa de constituir modos universais ou hegemônicos que funcionam atravancando as liberdades e a autonomia das produções das singularidades. Ao que nos parece, há uma mudança de paradigma anunciada, que propõe esvaziar os corpos de qualquer interioridade originária, universal ou fundante. Propõe uma reversão lógica na concepção da existência, bem como de pensarmos a vida como criação e invenção de si, como uma coerência entre o fazer e o dizer, um “falar”, em sua implicação com a ética, com a estética e a política.

(...) ética é um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos e dizemos, em função do modo de existência que isso implica. Dizemos isso, fazemos aquilo: que modos de existência isso implica? Há coisas que só se pode fazer ou dizer levado por uma baixeza de alma, uma vida rancorosa ou por vingança contra a vida. Às vezes basta um gesto ou uma palavra. São os estilos de vida, sempre implicados, que nos constituem de um jeito ou de outro. Já era a ideia de ‘modo’ em Espinosa. (GIACOIA, 2011, p. 116)

Buscaremos pensar a partir dessa concepção ética-estética, o que nos propõe o filósofo de uma ética não-fascista, a qual possa nos instrumentalizar na condução da crítica-análise seja em nosso trabalho de pesquisa, seja em nossa prática clínica, de modo a enfrentar essas questões inerentes a essa concepção paradigmática apresentada, exercitando a relação ético-política entre o pensar e o fazer. Por isso, nosso desafio em pensar a prática clínica nas organizações e nos coletivos não se dissocia de um fazer político e, conseqüentemente, de um fazer que abra questões e espaços de criação e invenção de modos singulares de produção de subjetividades em processos coletivos e colaborativos como obra de arte. Para tanto, contaremos com algo talvez

inusitado, mas não menos importante: buscaremos usar “de toda arte altiva, flutuante, dançante, zombeteira, pueril e bem-aventurada, para não perdermos aquela *liberdade sobre as coisas* que nosso ideal exige de nós.” (NIETZSCHE, 1974, p.206, *apud* GIACOIA, 2011, p.119)

Surge, então, uma pergunta: como experimentarmos fazeres que tenham a coragem e a sensibilidade necessárias para suportarmos (e desafiarmos) as crises com alegria? Dessa forma, a clínica, condição que está para além da pessoa de qualquer analista que esteja tocada por essa perspectiva ética não-fascista, coloca-se como a gentileza de um espaço de cuidado, acompanhando e cartografando coletivamente esses processos vividos nas organizações e nos coletivos, rumo ao inacabamento dessa obra de arte, em constante processo de produção.

3. MÁQUINA – LIGAÇÕES, AGENCIAMENTOS E RUPTURAS

Institucionalização: cristalização, enrijecimento moral e burocrático. Esvaziamento de espaços políticos e de possibilidades. A máquina totalizava seus gestos sobre si mesma, produzia de forma automatizada, repetia, repe...

Estavam todos ali, devidamente contratados, como que sob algum tipo de encantamento. O encanto parecia ser justamente o que fazia mover o motor que os mobilizava para o trabalho. Eles produziam boas iniciativas e belos registros, foi o que me disseram quando fui até lá para conhecer a “nova” organização. Na medida em que entrava, olhava curioso para dentro daquele espaço, mas não conseguia ver ninguém, não parecia haver uma viva alma. Na sala adiante de mim, visualizava apenas uma monstruosa máquina de escrever. Uma máquina que estava ligada às paredes, janelas, portas e mais uma infinidade de outras máquinas e equipamentos eletrônicos, parecia funcionar de forma automatizada e, pelo que pude perceber, não parava de produzir. Tudo ali parecia estar interligado, de modo que pessoas e máquinas já não mais se diferenciavam. São os espaços de exercícios políticos que possibilitam as intermediações e diferenciações, seja entre indivíduos e coletivos, seja entre estes e as máquinas.

Quando voltei a encontrar quem tinha me sinalizado essa organização, indaguei: “Como é possível? Estive lá mas não vi ninguém!”. E, novamente, me foi dito: “Estão todos lá, trabalhando!”. Foi então que pensei “como pude não tê-los visto?” e, seguindo na tentativa de buscar alguma resposta: “vai ver que todas as vivas almas estivessem acopladas de tal forma àquelas máquinas que confundiam-se com elas e, como pessoas em estado de transe, eram parte estratégica daquela lógica de funcionamento. Mas será que ninguém ali se dava conta disso? Talvez não, assim como também acontecera comigo quando diante daquele processo maquinal, pois à primeira vista não enxerguei ninguém!”. Pensei também “Quem sabe como foram assinados seus contratos de trabalho? Talvez tenham sido assinados sem muitos cuidados e atenção. O que estaria escrito nesses contratos? Teria havido algum descuido entre as partes?” Seguindo na esteira de pensarmos a possibilidade de ter havido algum descuido, será que nunca tiveram a ideia de colocarem seus princípios e fins em revisão? O que parecia acontecer era que os efeitos de cegueira eram a própria naturalização de um estado hegemônico de processos instituídos que cegava, paralisava, ao passo que automatizava os corpos, seja por parte de quem

vivia esse estado de máquina como se não houvesse alguma possibilidade de “inédito viável”²⁶ no amanhã, mas também de quem, como eu, experimentasse a tentativa de vê-los de fora, por algum instante sequer, mas como podemos ver, sem sucesso. À primeira vista, parecia haver ali um certo efeito de captura da capacidade crítica sobre a construção de uma ética e de uma política que permitisse enfrentar a condição de vida que se levava por ali. A vida, que era aos poucos levada pelas rotinas do trabalho maquinal, ia se esgotando.

(...) a máquina é desejanter e o desejo é maquinado. Não é o desejo que está no sujeito, mas a máquina é que está no desejo – e o sujeito residual está do outro lado, ao lado da máquina, sobre todo o contorno, parasita das máquinas, acessório do desejo vértebro-maquinado. Em suma, a verdadeira diferença não está entre a máquina e o ser vivo, entre o vitalismo e o mecanicismo, mas entre dois estados da máquina que são também dois estados do ser vivo. (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 377)

As pessoas iam se maquinizando, a máquina ia se vitalizando e o desejo ia sendo produzido no “entre” dessa complexa relação institucional e maquinal. Depois de ter construído um território com algumas possibilidades de entendimento, sobre a tal máquina de máquinas, montadas com diferentes vias de acessos, com entradas e saídas, pude perceber que por ela passavam fluxos de coisas – algumas com aspecto tinto. Entre tudo que passava, destacavam-se com maior incidência dois tons de cores. Pareciam ser as cores de preferência tradicionais, a tinta de tom vermelho fazia lembrar o sangue, sugeria ser aquela uma máquina de moer carnes; e a tonalidade verde que lembrava a mata nativa tomada pela velocidade e voracidade do agronegócio. Ambas as cores serviam para a máquina de escrever produzir seus discursos

²⁶ Pegamos essa ideia emprestado da pedagogia de Paulo Freire, a qual nos inspira com seu tom ético, crítico, libertador e transformador da realidade. O trecho a seguir foi retirado do artigo *Pedagogia do inédito-viável: contribuições de Paulo Freire para fortalecer o potencial emancipatório das relações ensinar-aprender-pesquisar*, de Ana Lúcia Souza de Freitas, publicado no, v Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005.

“Esse ‘inédito-viável’ é, pois, em última instância, algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela *práxis* libertadora [...] é na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade” (op. Cit., p. 206).

Logo, o inédito-viável é a materialização historicamente possível do sonho almejado. É uma proposta prática de superação, pelo menos em parte, dos aspectos opressores percebidos no processo de conhecimento que toma como ponto de partida a análise crítica da realidade. O risco de assumir a luta pelo inédito-viável é, pois, uma decorrência da natureza utópica, própria da consciência crítica, e encerra em si uma perspectiva metodológica, visto que faz do ato de sonhar coletivamente um movimento transformador.” FREITAS, 2005, p. 6. Fonte: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1821773/mod_folder/content/0/Leitura%20complementar/Pedagogia%20do%20in%C3%A9dito%20vi%C3%A1vel%20-%20Ana%20Freitas.PDF?forcedownload=1

moralistas, preconceituosos, racistas, individualistas, exploratórios, antipolíticos²⁷, amedrontadores e odiosos, que acabavam por subsidiar estratégias de dominações subjetivas.

No entanto, apesar de se tratar de uma máquina com um modo de funcionamento sob o qual assentava-se a opressão e a violência, era curioso supor: como é que ninguém ali parecia dedicar-se a interrogá-la e/ou mesmo a interromper sua produção? A máquina, por incrível que pudesse parecer, demonstrava ainda ser útil, pois as pessoas ali estavam dando suas vidas por ela. No entanto, a dúvida que fica é se essas pessoas tinham a consciência do quanto suas vidas de fato deveriam “servir” aos propósitos e pressupostos éticos e morais daquela produção. Outra curiosidade identificada sobre aquela realidade é a de que, ao que parecia, ninguém estava tomado pelo sentimento de ódio, ao menos não daquela forma que vimos na figura anterior, o qual se monstifica, assumindo o protagonismo em quem se aloja.

O discurso de ódio era um dos produtos da máquina, mas o “Estado de alienação” do trabalho minimizava seus efeitos diretos sobre seus trabalhadores. Na miraculosa máquina de escrever, ações ético-políticas pareciam não encontrar necessidades de ser, talvez de tanto que passavam por entre os corpos, fluxos subjetivos dessa máquina, reproduzidos desde os pequenos gestos de suas práticas, alinhados aos discursos hegemônicos que se produziam. Esses fluxos banhavam seus cotidianos de modo totalizante, indo até a condição de negação da implicação com os impactos sociais relacionados àquilo que eles mesmos produziam em suas reproduções.

Na tentativa de aproximarmos essa construção ficcionada com cenas atuais da vida cotidiana dos espaços institucionais, veremos a seguir um relato de experiência que pretende problematizar como seria possível realizarmos essa aproximação entre ficção e realidade e de que forma esse processo maquinal ficcionado sob linhas conceituais da filosofia da diferença pode ser posta em funcionamento nos nossos cotidianos institucionais e coletivos.

Era mais um dia de atendimento em um CAPS II. O serviço encontrava-se cheio, como de costume. O quadro de profissionais estava aquém das necessidades da demanda, estávamos todos ocupados. A usuária não estava se sentindo bem após participar de uma atividade de oficina, esperava seu marido, que viria buscá-la. Ela tinha constantes “crises” conversivas ou “histéricas”, se contorcia e costumava se bater nas superfícies ao seu redor. Em nossas reuniões de discussão de casos, se falava da necessidade de que as intervenções fossem realizadas em

²⁷ Discurso antipolítico é aquele que se propõe contrário ao exercício da política, do debate e da troca de ideias e visões de mundo. Assemelha-se ao discurso fundamentalista, pois ambos não aceitam a contra-argumentação como possibilidade.

duplas. Tal protocolo era sustentado, em especial, por parte dos profissionais dessa equipe que realizava algum tipo de atividade com ela. Nessas reuniões, ia se desenhando tal protocolo de como conter suas “crises”, mas chamava a atenção que muito pouco se falava sobre como escutá-la ante as complexidades de uma vida. Nessas reuniões, ficavam em aberto as questões sobre que vida era aquela que, em certos momentos, era ocupada por essa “crise”? As falas ficavam dando voltas entre a contenção mecânica, a medicamentosa e a estética de suas “crises históricas”. Muito pouco se oportunizava espaços para que fosse possível falar sobre suas “crises históricas”, morais, socio-históricas e ético-políticas. Em meio a um funcionamento de repetições sobre as compreensões do caso, faziam-se necessárias aberturas para outras direções de entendimentos, assim como outras possibilidades do que poderiam as intervenções, mas essa era apenas uma leitura ainda sem muito espaço, minoritária, que passava a assumir sua condição de força instituinte.

Fazia pouco tempo que tinha começado a compor nos atendimentos dessa paciente e estava imbuído eticamente na tentativa de tensionar aberturas de novas vias de acesso na direção de buscar percebê-la e escutá-la para além do que vinha sendo percebido e escutado. Já havia uma relação de vínculo minimamente estabelecida entre nós. Nesse dia, em função dela não estar se sentindo muito bem, desviei minha rota e a convidei para ir até uma sala de atendimento. Chegando lá, ela sentou-se em uma maca encostada na parede e, aos poucos, fomos alinhando uma conversa. Naquela ocasião, não recordo muito bem como chegamos a esse assunto, mas ela falava da sua atual relação com seu pai, parecendo haver uma estranha cumplicidade entre ambos, estranhamento que me convidava à interrogação, pois parecia que algo não estava colocado como intermediador daquela relação e logo o assunto a transportou para sua infância. Lembrou que, quando era criança, vivenciava relações abusivas perpetradas pelo pai. Esses abusos aconteciam em sua casa nos momentos em que sua mãe saía para comprar algumas coisas no mercado. Ela referiu que sempre insistia para ir junto, mas que nem sempre era escutada. Nesse momento em que ela estava contando sobre os abusos do pai, também retomava elementos da atual relação com ele. Conforme eu ia escutando, ia ficando evidente essa relação de proximidade entre eles, e ela ia falando com um tom que misturava cumplicidade, ressentimento e culpa, como se não fosse possível responsabilizar o pai pelos abusos cometidos em sua infância, como se a relação incestuosa ocupasse um espaço clandestino e informal no passado e não tivesse as condições necessárias para conseguir inscrever-se no presente, pois, como referido, não parecia haver qualquer vestígio de intermediação institucional e/ou da lei que pudessem tornar viável aquelas lembranças serem um pouco menos ameaçadoras.

Na medida em que nossa conversa ia seguindo, era possível identificar que havia ali reminiscências embaralhadas e que “disputavam” sentidos. No momento em que algumas conexões pareciam estar na eminência de colapsarem, ela começa a ter uma “crise” conversiva. Cuidei para que ela se ajeitasse de modo a que não fosse se machucar. Já em meio a sua “crise”, seguiu murmurando algumas coisas que davam seguimento ao que estávamos conversando e eu percebia que afetos e palavras de uma vida que não vinha encontrando brechas de passagens na direção de serem acolhidas e significados escapavam por murmúrios. Com forma de cuidado, resolvi seguir tentando manter a conversa com ela, pois, dadas as circunstâncias do que estava sendo expresso, parecia haver algo muito importante para ser colocado em evidência e, da mesma forma, pedia encontrar espaço para ser escutado. Lembro que ela falava como se as palavras estivessem soterradas em sua garganta: “Sai... Sai de cima de mim.....”. Fazia sons e movimentos com seu corpo como quem tenta se livrar de alguma coisa pegajosa e suja. Havia ali uma clara alusão a experiências traumáticas em que seu pai abusava sexualmente dela e ela tentava resistir à violência. Nesse momento, em função de ela ter gritado algumas vezes – sons que já eram conhecidos pela equipe – uma colega, técnica de enfermagem, entrou na sala com o intuito de auxiliar – mesmo que, naquele momento, ainda não estivesse sendo necessária alguma ajuda – seguindo um certo protocolo em processo, o qual sinalizava para a necessidade de duas pessoas em seu manejo quando na ocasião de suas “crises”. A colega entrou na sala, me perguntou se estava tudo bem e eu disse que sim. Falei que seguiríamos conversando, pois a usuária estava em meio a uma “crise”, falando algumas coisas que eu entendia serem aberturas para outras direções no percurso do seu processo de cura, falas que abriam caminhos para realidades históricas de sua vida e que iam para muito além das estereotípias.

Eis que, então, um gesto inusitado: a colega tirou do bolso de seu casaco um comprimido e rapidamente colocou-o na boca da usuária, pegou o copo de água que estava sobre a mesa e a fez tomar em um só gole. No momento desse gesto, como foi muito rápido, eu não consegui ter qualquer outra reação que não fosse o espanto, mas logo em seguida em baixo tom exclamei e questionei: “Não! O que tu estás fazendo?”

Esse comprimido tinha sido prescrito para uma outra usuária que, na ocasião, não precisou tomar, por isso tinha sobrado e estava em seu bolso: seria esta uma coincidência? Sendo coincidência ou não, a máquina institucional que aos poucos ia sendo possível visualizar seguia seu pleno funcionamento. O comprimido era classificado comumente de “se necessário” e também estaria prescrito para aquela paciente. No entanto, a questão que ficou colocada entre nós naquela ocasião foi a de falta de construção de um acordo sobre se era ou não de fato

“necessário” o apoio presencial no atendimento e, em especial, o apoio “estratégico” de uso da tal medicação.

Depois, já em outras circunstâncias, a análise que consegui desenvolver foi a de que o auxílio que a colega veio me prestar não parecia estar direcionado a mim, tampouco à paciente, mas parecia estar a serviço do funcionamento maquínico de produção micropolítica já instituída em seu inconsciente a tal ponto que, agenciado ao campo institucional daquele serviço, respondia coextensivamente sem qualquer intermediação crítica. O serviço, por sua vez, coengendrado a uma produção discursiva histórica, se utilizava de práticas que, por mais que considerássemos as suas sutilezas, como no caso do gesto referido, ainda respondiam a essa força de institucionalização, de tutela do outro e da loucura, muito mais do que de uma produção que fosse na direção da desinstitucionalização. Esse movimento não dizia respeito somente ao nível das relações micropolíticas desse serviço, mas de uma grande maquinaria com proporções macropolíticas operando em diferentes âmbitos sociais, políticos, culturais, econômico-comerciais e científicos.

Pensarmos o gesto dessa colega que interveio na cena como se fosse agente dessa produção discursiva da contenção dos corpos e de medicalização, também nos remete a posicioná-la como também a serviço de conter as aberturas de outras vias e possibilidades de fazer passar a dor e o sofrimento da usuária, no sentido de outras modalidades de intervenção que pudessem se mover na direção da criação de outras condições de atenção e cuidados. Por exemplo, a constituição do que estava sendo construído naquele atendimento – de uma continência afetiva, em vez de uma contenção física e/ou medicamentosa, de se propor a suportar a dor do outro, de se propor à experiência de travessia por uma “crise”, a qual acometia esse outro e que se impõe diante de nós, nos colocando em meio a incertezas sobre saberes adquiridos. Naquele momento, não havia saber que desse conta dos riscos assumidos na intervenção e para onde ela iria nos levar, mas era possível prever que algo inédito estava acontecendo. Arriscávamos juntos a construção de desvios a essa inusitada e terrífica travessia, rumo ao que poderíamos inventar enquanto processo de desinstitucionalização?

A crise não dizia respeito somente ao que se passava com a usuária, mas acionava uma reação que a ultrapassava, desestabilizava a mim enquanto profissional, as instituições ali implicadas naquela relação e aquele serviço de atenção à saúde mental. Nesse sentido, não se tratava meramente de uma crise pessoal, a qual precisaria ser pontualmente tratada, entretanto, a equipe, mesmo sem contar com essa compreensão, com a realização de tais práticas de

contenção e medicalização, parecia querer calar não só a crise dessa paciente, mas toda essa reação de instabilidade que nos incluía.

A crise, como estamos vendo, também dizia de algo do passado, de como eram atendidas essas situações e o quanto ali, de certa forma, por mais ameno que fosse, se reproduzia, era justamente o que estávamos ali para tentar transformar e poder inventar novas tecnologias de intervenção. Nesse sentido, a crise provocava a aparição daquilo que era da ordem do insuportável para aquele serviço e que atravessava a todos enquanto pessoas e profissionais, imbuídos na tentativa de promover um processo de desinstitucionalização, mas não era bem o que acontecia. Era essa a crise que se resistia em ter que enfrentar, pois ainda estávamos reproduzindo, de certa forma, as velhas práticas de tutelar e enclausurar o outro e, por isso, essas tentativas também eram tentativas de calar a verdade do processo, o qual estava ali se reproduzindo com o aval de todos. Preservava-se o funcionamento dessa máquina manicomial. Como visto na ficção, era uma “máquina de reproduzir discursos”, que promovia a captura de todos de forma hegemônica, das palavras, do fazer falar e do fazer calar.

No entanto, a colega, por melhor intencionada que estivesse, parecia estar a serviço do cumprimento de uma outra coisa, de um certo padrão de funcionamento institucional que estaria assentado como corpo sem órgãos sobre nossas relações ético-políticas, centrado na dispensa da medicação como modalidade terapêutica totalitária e hegemônica, na lógica característica das instituições totais de tutela dos corpos e das almas. A complexidade dos agenciamentos que estavam ali implicados, ao final, desvelava arranjos de uma máquina manicomial.

Em outro momento, depois de já tendo elaborado um pouco melhor o ocorrido, convidei a colega para uma conversa, no intuito de entender um pouco mais o seu gesto. Ela me disse que ficou preocupada diante da situação de “crise” e agiu sem pensar; fez o que sempre se fazia, tal como podemos pensar quando dirigimos um carro e vivenciamos a experiência de acoplamento entre pessoa e máquina, de tal modo que nos sentimos parte dessa máquina e seguimos dirigindo sem pensar muito na precisão e na direção de cada um de nossos movimentos. Passamos a fazer parte das máquinas de tal modo que passamos a caracterizar nossos gestos como sendo práticas automatizadas. Entramos e nos acoplamos como partes de uma cadeia de transmissão motora.

Adequando esse exemplo da vida cotidiana para o campo das relações e forças institucionais, percebemos as sutilezas de como certos saberes e práticas, se não encontram oportunidade de abertura em um campo coletivo no qual o exercício de uma crítica análise possa se fazer possível, vão se institucionalizando por parte do conjunto dos profissionais envolvidos, a ponto de não mais serem percebidos.

Quando nossos movimentos, afetos e práticas vão se tornando automatizados ou seguem sem muita crítica na esteira dos processos instituídos, é o próprio pensamento que acaba enclausurado e custodiando nossos gestos. Há sempre um risco de nos tornarmos operadores e operários de uma máquina qualquer, no caso visto no relato de experiência, de uma máquina manicomial, que a muito custo se busca desinstitucionalizar.

Desse modo, a construção que estamos propondo aqui, iniciada com a cena ficcionada sobre uma organização qualquer, pode ser melhor percebida à segunda e à terceira vistas como cartografia institucional, em que os processos de produção do desejo se encontram, identificados com a preservação de elementos históricos da configuração da sociedade brasileira. Eles persistem desde os primeiros tempos da constituição desse Estado, desde a invasão e colonização do continente em seu processo de se tornar um país. A exploração com a finalidade de mercantilização foi feita a ferro, fogo e muito sangue, impulsionada pelos ímpetus das expansões territoriais e comerciais da época, sendo sucedida, nos séculos mais recentes, pela acumulação predatória do capital. Atualmente, passados 519 anos, o Brasil encontra-se atrelado e submetido ao mercado internacional, que lança uma nova roupagem semiótica e subjetiva à velha exploração colonial.

O mercado e o Estado se movem entrelaçados a partir de uma complexa dinâmica de forças e poderes que compõe a dinâmica do sistema capitalista. Ela incide sobre os cotidianos e funciona capturando os processos de produção de subjetividades, comprometendo o potencial humano de autonomia, invenção e criação. Nas relações de trabalho, vemos a soberba das elites passar por cima dos direitos trabalhistas, preconizando os contratos e a força vital dos trabalhadores. Tal contexto de produção incide sobre os processos dos inconscientes, os quais se encontram capturados e em processo de constante colonização.

O capital, com sua morfologia abstrata e sem órgãos, opera como regulador do mercado que, por sua vez, incide como força motriz da produção mundial, seja dos acúmulos ou dos excedentes, daquilo que mantém o sistema capitalista em um estado que compõe crise e estabilidade. O sistema se alimenta daquilo que produz, da acumulação do capital, do poder e da exploração da vida. Nesse sentido, não parece haver um dispositivo de “contrafreios” que possa refletir sobre as consequências do que a *sua majestade, o mercado*, determina. A ética do capitalismo é o mercado. Não havendo um compromisso com a vida humana e não humana que não seja o de promover processos de desterritorializações, os quais visam a fragilizar, coagir e dissuadir qualquer possibilidade de diferenciação e forma de autonomia que se oponha ou simplesmente não se faça compatível com as suas intencionalidades de expansão e dominação.

Nessa lógica de produção, em que quanto mais se produz, mais se precisa consumir e, quanto mais se consome, mais se precisa produzir para consumir, o limite é o esgotamento total de tudo o que há para ser explorado. Poderíamos compará-la a um câncer, um tumor maligno que cresce desenfreadamente e tem como objetivo apenas a sua própria expansão e a autoalimentação, mas que, como efeito de sua expansão em desarmonia com a vida, acaba por produzir a morte.

A desterritorialização se dá a partir de uma lógica da sedução cultural a nível dos afetos, da subjetividade e dos inconscientes que, para além de todo seu aparato semiótico de produção de múltiplos sentidos, está fixado no binarismo – trabalho/consumo – e, se a ética em vigência nesse sistema é a do mercado, o fim é sempre o mesmo, o lucro, e não as melhorias das condições para a vida. Essa relação binária acaba por restringir e alienar as condições para a vida e seus fluxos, tanto a nível individual quanto dos coletivos, que passam a ficar expostos e suscetíveis aos modelos, formas e valores que viralizam na *mass media*, e que, sistematicamente, são repaginados, mesmo que, em gênese, contenham sempre a mesma matriz ideológica que hegemoniza os ideais sociais sob a égide da performance, da competitividade, do sucesso, da felicidade, da riqueza, do consumo, do lucro e da liberdade.

Diante dessas exigências, as modalidades de controle tornam-se cada vez mais intensivas, a ponto de determinarem até mesmo a regulação dos fluxos da libido, indo até funções da cognição, as quais vão ficando submetidas a uma série de microssistemas regulatórios, morais, formais e informais que estão postas nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais que, na cena ficcionada no início desta figura, produziam processos de trabalho que mantinham a vida sob tutela, enquanto faziam mover aquela máquina que escrevia discursos e prescrevia práticas incessantemente.

A máquina não funcionava só, ela se mantinha atrelada a uma rede de outras máquinas e se valia, para funcionar, da força vital dos trabalhadores, utilizando-se desta sem muitos escrúpulos, pois não parecia equalizar o grau nem as consequências de sua exploração. Isso era possível de ser percebido pela cumplicidade e o envolvimento de todos com esse *modus operandi* de produção, que os tornava parte invisibilizada desse processo, o que me levou a indagar se não era a exploração, justamente, o que essas pessoas estavam a desejar? Vistos em conjunto, vidas e máquinas, formavam uma produção em linha, de tal modo aglutinadas que funcionavam como se não houvesse alternativas possíveis para uma nova configuração. Funcionava sempre no limite, como se qualquer mínima alteração pudesse comprometer sua organização e instaurar ali uma situação de “crise”. A sensação era a de que, caso a tal ordem de

coisas fosse alterada, todos iriam ser lançados à beira de um precipício, onde também se deparariam com um mar de incertezas e mal-estares. A importância dada à manutenção das máquinas, confundia-se com a manutenção da própria vida, pois todo o dia tudo se repetia, o que parecia mudar era a intensidade de captura da condição humana e daquilo que se poderia desejar. Como poderiam desejar sua própria exploração a ponto de se deixarem anular como pessoas?

A máquina manicomial é também uma montagem, uma lógica, uma dinâmica contraditória em si mesma, formada por uma série de agenciamentos e que, para sua compreensão, requer que seja vista desde uma perspectiva socio-histórica e genealógica. Podemos afirmar que ela é uma instituição²⁸ e conta desde seu princípio com a legitimidade social, científica, política, econômica e cultural. Funciona separando e segregando aqueles que por algum motivo desviam do padrão de *normalidade* ou denunciam a sua inconsistência. Esses padrões vêm sendo formados cada vez mais com refinamentos e requintes, em especial no que diz respeito ao esvaziamento do que poderíamos almejar de um sentido ético.

Nesse sentido, trata-se de lançarmos mão, sempre que necessário, das ferramentas conceituais, em especial da Análise de Implicação, a fim de promover uma problematização de rotas, de leituras dos movimentos e de desvios, gestos e práticas institucionais. Isso favorece uma desaceleração do tempo, uma parada em movimento, abrindo um canal para outras temporalidades que nos tirem da imersão, em meio a funcionamentos padronizados e automatizados. Dessa forma, são abertas possibilidades de problematizar os modos usuais de algumas intervenções, como a experiência acima relatada. Se formos um pouco além, podemos produzir outras perguntas e outras respostas, construindo um campo teórico e conceitual coerente que subsidie e sirva de sustentação para uma perspectiva ética nas intervenções. No caso posto para análise, o ponto de partida foi problematizar as ações de pronto atendimento assentadas sob enquadres diagnósticos estereotipados, por exemplo, em que, a crise existencial da vida de alguém é tomada como mera coreografia ou reação orgânica, do corpo biológico, que precisariam ser contidas e medicalizadas, em um flagrante movimento de abafar o caso, de ensurdecimento institucional. Mas o que se quer evitar de escutar? Diz somente de uma vida ou de várias?

3.1 CONTER A CRISE!?

²⁸

O conceito de instituição tratado aqui nessa dissertação está amparado pelo que definiram dois autores: René Lourau (1993; 2004) e Gregório Barenblit (2002).

É acompanhado dessas inquietações que trazemos a propositiva de Pelbart (2016, p.39), que nos sinaliza para o caráter acontecimental do processo de saúde-doença indo até seu limite, a “crise”. O autor vai pensar a “crise” como processo ativo e singular daquilo que pode ser experimentado por quem vive, *na pele*, uma “crise”. É tomada como movimentos que incluem, em dinâmica composta, as dimensões de produção entre essas duas perspectivas – saúde e doença – que em dado momento de seu processo, intensificam suas disputas, ultrapassando qualquer tentativa cartesiana de os tomarmos como duas modalidades distintas e passíveis de serem colocadas em sobreposições. Nesse sentido, falarmos de adoecimento e da “crise” nos remete a muito mais do que tomá-las como uma “passividade dolorosa”, atribuída por entendimentos apriorísticos muitas vezes por quem se coloca passivamente ou de forma desimplicada diante desses processos, a “espectar-as-dores” do outro. Essa perspectiva nos propõe aberturas para pensarmos a potência ativa do *pathos*, que é pouco tomado como *deficit* e mais como um acontecimento, um “experimentar” do vivente tido como “pático”, o que equivale a “ser passível de experimentar dor ou prazer”. Essa demonstra ser uma lógica expressa de simultaneidade entre dor e prazer, lançando a experiência da “crise” a um campo de complexidades no qual agenciamentos entre viver e morrer se embaralham, excluindo a segmentariedade entre si como se fosse resultado de uma série linear de acontecimentos.

O conceito de crise a partir da patosofia nos situa em um paradigma paradoxal, que nos permite conceber vida e morte, assim como saúde e doença, ambos sendo partes de um mesmo campo de processualidade e complexidades. Desde essa perspectiva, soa como restrito o velho dilema “ser ou não ser”. Por outro lado, indo além ou aquém de qualquer nosografia objetivante, já não estamos na busca de deduzir o sintoma como algo ou alguma coisa que está colocado como erro ou desvio da normalidade. Como nos diz Pelbart (2016):

Mas há um ponto na vida individual ou coletiva em que toda essa dimensão pática se acentua e se eleva a uma potência exclusiva: é o momento da crise. É nele que nada mais parece possível. É nele, também, ao mesmo tempo, que se cruzam as transformações em curso. E é nele, finalmente, que todas as possibilidades se abrem, mesmo se a atualidade parece ao doente completamente bloqueada. A crise revela as forças que estavam em jogo, ou melhor, ela as redistribui, respondendo à questão: será que as coisas vão no sentido da vida ou da morte? (PELBART. 2016, p.39-40)

Parece-nos que é justamente nesse ponto de possibilidade de escolhas que nos encontrávamos na ocasião em que o gesto da colega entra em cena como elemento surpresa, marcando a intervenção e, de certo modo, interrompendo a possibilidade de desvios sobre o *modus operandis* em vigência naquela organização. O gesto medicalizador surge como fora de

lugar naquela escuta iniciada com a usuária, mas não como inédito, pois estava em concordância com a lógica sustentada por aquela equipe e passava por ela. A máquina manicomial estava ali funcionando de forma a majorar o direcionamento dos fluxos, fazendo ressoar suas linhas duras pelos corredores, pelas salas de espera, pelas reuniões de equipe, pelos atendimentos individuais e grupais. O toque disciplinar da sirene de uma fábrica era reterritorializado por parte da coordenação nas cobranças do tempo cronometrado de cada atendimento e, por vezes, chegava a bater na porta para lembrar a equipe dos limites do tempo. Dessa forma, a máquina ia funcionando e sendo gestada, sem muitas possibilidades de reflexão, afinal tínhamos muitos usuários para atender e não era produtivo parar para uma problematização.

Assim, nessa pressa, íamos sendo devorados pelo tempo cronológico, que ia também corroendo as possibilidades do inédito emergir em meio à economia dos fluxos ininterruptos do fazer. Os acolhimentos nesse serviço seguiam um certo padrão. Após uma avaliação rápida dos casos: se considerado um “caso de CAPS”, era agendada uma próxima discussão em equipe, indicando alguma atividade de grupo e/ou oficina para o usuário participar. Não raramente, mesmo comparecendo às atividades que eram propostas, a pessoa não contava, por parte da relação estabelecida com a equipe, com a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS)²⁹, instrumento indispensável principalmente se o que estamos tratando é a desinstitucionalização da lógica manicomial, na qual os pacientes eram, muitas vezes, identificados com os números de suas fichas. Nesse sentido, a escassez de um olhar singularizado a cada paciente tornava-se comum nas discussões de caso e se discutia sobre as receitas médicas e se os pacientes estavam tomando ou não as tais medicações, de maneira que a imagem que era possível criar na imaginação, a partir de muitas dessas reuniões, era a dos pacientes vagando como zumbis pelos corredores e salas do serviço, com um crachá contendo a descrição de suas receitas médicas, o qual, a cada encontro, precisaria ser conferido para que se identificasse, conforme a combinação medicamentosa, de quem se trata.

²⁹ Fazer PTS deve ser um processo de construção coletiva envolvendo, necessariamente, o profissional /equipe de saúde e o(s) usuário(s) em torno de uma situação de interesse comum. Deve haver uma formação de compromisso, como modo de responsabilização, entre os sujeitos no PTS. No cotidiano das experiências desenvolvidas em torno dessa temática (OLIVEIRA, 2008), constatamos que o PTS tem sido utilizado como estratégia para discussão em equipe, visando à resolução de casos muito complexos. Desse modo, o PTS será abordado como tecnologia inscrita na lógica do trabalho em equipe interdisciplinar, tendo como referência prática as equipes de saúde na Atenção Básica. Formular e operar um PTS demanda a realização de três movimentos, necessariamente sobrepostos e articulados: coprodução da problematização; coprodução de projeto; cogestão/avaliação do processo.”. (BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Humanização. Clínica Ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2ª ed. Brasília: MS; 2008, p. 94. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizaus_atencao_basica.pdf> Acesso em 20 mar. 2019.)

Nos deparamos com a recorrência da proposição “conter a crise” e somos provocados a indagar qual seria essa relação entre a crise e a contenção. Se considerarmos a crise em sua condição acontecimental, como sugere Pelbart (2016), não faz sentido uma intervenção de contenção. Não se trata de conter, mas dar passagem ao que resta ou sobra da vida na experiência de crise. Trata-se de favorecer as forças insurgentes que reivindicam uma crise e pedem transformação e liberação de parte ativa da vida que se encontrava enclausurada. São essas forças que emergem na crise e que podem mobilizar para novos arranjos existenciais, se reviram e desdobram, buscando um ir além, de corpo e de alma, em ato. Estamos falando, portanto, de um campo de intensidades que, não raras vezes, trazem fragmentos soterrados de histórias passadas e irrompem o real da vida na busca de novos sentidos e produções de rearranjos territoriais para o presente, reordenando o passado e o futuro.

O desafio que parece se fazer necessário, seja para pensarmos uma intervenção clínica política institucional ou para uma intervenção clínica em saúde mental, tomando o relato de experiência feito anteriormente como realidade ainda atual, seria a tentativa de superação da lógica manicomial posta como instituída operando de modo maquínico e automatizado, indo em direção da busca por uma outra lógica de produção a ser aberta por entre brechas dessa máquina manicomial, afirmando a atenção e o cuidado em liberdade, reconhecendo e incluindo as diferenças e as singularidades de indivíduos e coletivos. A invenção de outras modalidades e estilos de intervenção se fazem necessárias no sentido de que possam vir a compor, a partir de uma ética do cuidado de si e do outro, afetivamente e afirmativamente, junto às situações impostas por uma “crise”, e de certa maneira, podendo viabilizar área aberta para a construção de novos territórios de existência, que possam contar com as continências afetivas necessárias. Nessa perspectiva de abertura, abrem-se também os canais de escuta para além dos ouvidos e passa a ser possível a realização de exercícios ginásticos de timpanização do corpo e da própria organização coletiva. Um outro lugar para se colocar na escuta, estando atentos para justamente não impossibilitar aquilo pelo qual seria a razão institucional de ser de um serviço de saúde mental, de suas produções de singularidades e do caráter inventivo das diferentes modalidades interventivas, estando de acordo com as demandas territoriais e os locais de caso a caso, em oficinas e em grupos.

Assim, estamos nos referindo a um certo jeito de escutar que vá na direção daquilo que esteja pedindo passagem e que vem como um bonde lotado, fazendo tremer as superfícies por onde passa, pois carrega em cada vagão uma multidão! Bonde este que aqui chamaremos de *desejo*.

3.2 GESTÃO DA ALIENAÇÃO E O FANTASMA DA CRISE

Síndrome da servidão voluntária: resistência contraproducente, produção de quase nada, que passa a ser a produção de quase tudo que é possível dentro de um campo de possibilidades tóxicas e atormentadas. Brota da escassez dos espaços políticos. A ordem do dia era sempre a mesma, andar sobre os trilhos axiomáticos do sistema e nunca descarrilhar. Era essa a performance esperada para o “sucesso”. Apenas essa. A supremacia do “um” sobre o múltiplo das possibilidades.

Entrar naquela organização era sempre uma experiência inusitada, era como se entrássemos em uma outra dimensão, outra atmosfera. Na hora, o corpo todo sentia a alteração da densidade do ar, como se ele ficasse mais pesado, seco e ao mesmo tempo úmido, nos cantos das salas preservava-se o bolor; quando puxava o ar, ele não vinha com tanta fluidez, o nível de oxigênio era baixo ou excessivo. Uma vez estando nesse ecossistema, percebia-se que as cores estavam alteradas, por mais que ainda fosse possível distingui-las umas das outras, todas tinham o mesmo tom pastel acinzentado, até mesmo o verde-musgo dos cantos.

Não era muito rotineiro que todos estivessem reunidos, talvez em função do clima de tensão que se formava nos encontros, fazendo tudo ficar sob certa paralisia: os corpos, os olhares, as ideias, os afetos, as alegrias e as trocas; não devia ser fácil suportar aquela condição de existência. Apesar disso, nem todos pareciam compartilhar das minhas impressões de forasteiro, não porque discordassem, mas porque essa não era uma preocupação já que a liberdade ali não parecia ser uma questão: tomavam café – muito café – e conversavam sobre encaminhamentos. Encaminhavam mais do que caminhavam, em movimentos automatizados, maquínicos. A organização parecia viver um conto de fadas às avessas. Conto de fadas pois pareciam estar todos sob um certo efeito místico, algum encantamento ou algo do tipo, e, às avessas, porque não era tão agradável e belo quanto os contos costumam ser. Estar naquela organização parecia ser estar em uma bolha, havia sempre aquela tensão de que, a qualquer momento, algo pudesse estourar e aquele mundo ruir. Ao invés de se desenvolverem sensibilidades, se desenvolviam fragilidades. Ao invés de se produzirem territórios singulares, se produziam desterritorializações. Era isso, juntamente ao café, que funcionava como uma espécie de “soma”³⁰, que os fazia suportarem e se manterem fora de si, fora da realidade social, política e

³⁰ “O soma era ingerido diariamente pelos cidadãos do Admirável Mundo Novo, pois oferecia o que Huxley chamou de ‘férias da realidade’. Dependendo da dosagem, estimulava sensações de euforia, alucinações agradáveis ou agia como um poderoso auxiliar de sono. Também servia para aumentar a sugestibilidade,

econômica do atual tempo histórico. Arrisco dizer que o clima inusitado de tal atmosfera se dava por um duplo desejo: o de conservação e produção dessa bolha e o de uma expectativa, talvez ressentida, de um dia contemplar a beleza aterrorizadora de seu estouro no ar, com a perplexidade de quem sai de uma caverna após um longo tempo de reclusão. Ambos movimentos produziam fragilidades e, conseqüentemente, junto dela, o sentimento de medo, pois não se sabia o que viria após seu estouro. O óbvio, como a construção de um censo de realidade, já não era mais tão óbvio.

Passei a me questionar sobre que tipo de gestão se operava por ali, pensando no que poderiam produzir esses agenciamentos que, entre si, repetiam alguns padrões que circulavam entre tensão e paralisia, encantamento e alienação. A resposta que foi possível de alcançar naquela época, lembro, foi a de que o que se fazia ali era uma *gestão da alienação*, nome que encontrei e que parecia servir para tentar entender o que era aquilo. E como ela funcionava?

Para se sustentar, a *gestão da alienação* costumava promover o estreitamento dos espaços de trocas, dos exercícios políticos, o que acabava por dar espaço à afetos estratégicos na manutenção de suas práticas de controle, como por exemplo, o cultivo do medo. Fazer controle se confundia com fazer gestão. Suas práticas promoviam os silenciamentos das espontaneidades, inibiam gestos autônomos e críticos, rotulando-os de “produtores de desconfortos”, pois poderiam ir contrários à ideia de “harmonia” grupal e /ou organizativa. Desconfortos, pois botavam em risco o estado de fragilidade, encantamento e alienação em vigência. Uma crise ameaçava o controle e brotava em risco o poder de encantamento de um sobre os demais. A tensão, a fragilidade e o medo também pareciam ser a de perda da vigência desse regime político de poder do um, regime que de certa forma sustentava essa sensação de estabilidade e harmonia. Mas o que poderia suscitar a desordem? Surge, assim, a ideia de pensarmos como seria se esse modo de gestão ganhasse *status* de produto e precisasse de um *slogan* comercial, o qual contemplasse essas circunstâncias sem, é claro, demonstrar seu real propósito para quem o consumisse. Seria algo sobre a gestão, o gestor ou a gestora de “sucesso”. O resultado desse “devaneio” veio rápido, quase como uma obviedade que estaria estampada naquelas cenas e ficou mais ou menos assim: “Gestão de sucesso é ter a equipe em suas mãos”³¹.

aumentando assim a eficácia da propaganda a que os cidadãos estavam continuamente sujeitos.” Fonte: <https://www.pensarcontemporaneo.com/aldous-huxley-e-admiravel-mundo-novo-o-lado-obscurado-prazer/>

³¹ Definição irônica – Um dos engodos ou equívocos de uma “boa gestão”, ou de uma gestão de “sucesso”, parece, é a de pretender ter o que alguns gestores chamam de, “a equipe nas mãos”. Refiro-me ao sentido de pretender exercer uma força tal de domínio e persuasão sobre a equipe de trabalho que configuraria a supremacia de um sobre os demais, entendendo aqui que o exercício de tal “domínio” necessariamente requereria uma inflexão ou disposição quase acéfala à obediência deste: os “demais”, que passariam a ser os “de menos”. Nesse sentido é que me refiro quanto ao equívoco, pois uma equipe que se submetesse a essa matriz de funcionamento político ou

Essa espécie de bolha de realidade aqui identificamos como sendo produzida por um regime político que tem como uma das suas diretrizes o “método” da antipolítica, a qual propicia a fragilização e o medo como estratégias de manutenção desse estado de alienação. Uma das vias de produção desse estado se dá pelo fechamento dos espaços de trocas e compartilhamentos, assim como de suas fronteiras, nada do “fora” entra sem passar por uma rígida fiscalização e recodificação monocrática dessa gestão. Nesse caso, o ambiente assemelha-se ao de uma panela de pressão, mesmo havendo sempre um escape para não explodir a bolha, algo como um dispositivo – como alguma dinâmica piegas sobre a paz ou a garantia de direitos. Enquanto isso, a vida vai sendo cozinhada a altas pressões e temperaturas e, na medida em que a carne vai amolecendo e se soltando do osso, a alma vai escapando do corpo e sendo expelida por algum desses dispositivos, os quais não lhe reconhecem, tampouco lhe atribuem sentido, restando apenas os corpos esvaziados de suas singularidades, as “sobrevidas biológicas”³², os sobreviventes.

Como vimos, as organizações estão inseridas em um complexo sistema, o qual exerce sua modalidade biopolítica incidindo sobre aquilo que elas produzem, capturando a produção dos processos de subjetivação, a gestão e a equipe, todos são alcançados e de alguma forma afetados pela capilaridade intensiva dessas redes de máquinas e fluxos axiomáticos do capitalista mundial integrado. Assim, em seu processo de produção, os sobreviventes desse regime que se faz sem críticas e diferenciações assemelham-se a zumbis ou a muçulmanos, como mortos-vivos. Vejamos o que nos diz Pelbart (2018):

Até Bruno Bettelheim, sobrevivente de Dachau, quando descreve o comandante do campo, qualifica-o como uma espécie de “muçulmano”, “bem alimentado e bem vestido”. Ou seja, o carrasco é ele também, igualmente, um cadáver vivo, habitando essa zona intermediária entre humano e o inumano, máquina biológica desprovida de sensibilidade e excitabilidade nervosa. A condição de sobrevivente é um efeito generalizado do biopoder contemporâneo; ele não se restringe aos regimes totalitários e inclui plenamente a democracia ocidental, a sociedade de consumo, o hedonismo de massa, a medicalização da existência, em suma, a abordagem biológica da vida numa escala ampliada.” (PELBART, 2018, p. 27)

No entanto, ao mesmo tempo, vemos se estabelecerem movimentos de reação, que insurgem de diversas formas na tentativa de dar vazão àquilo que também compõe a complexidade da vida e que não encontrava possibilidades de agenciamentos nesse modo

antipolítico, como no caso, deixaria de ser caracterizada como uma equipe. Eis a contradição. O gestor, ao invés de contar com uma equipe em suas mãos, passaria a ter que desenvolver estratégias para se desvencilhar de um monte de zumbis.

³² “(...)um poder que não elimina o corpo, mas o mantém numa zona intermediária entre a vida e a morte, entre o humano e o inumano: o sobrevivente. O biopoder contemporâneo, conclui Agamben, reduz a vida à sobre vida biológica, *produz sobreviventes*.” (PELBART, 2018, p. 25).

alienado de ser. Esses movimentos de reação buscam vias alternativas que subvertam os esquadrinhamentos e burocracias que se instituem para garantir a manutenção dessa tal condição de bolha institucional. Esses movimentos, em geral, acontecem concomitantemente; são produções desejantes e subjetivas que promovem um campo alternativo para essas outras produções que ficam enclausuradas no “fora”.

Chamaremos essa reação institucional que brota de “inferno”³³, campo intensivo, território esquizo, subterrâneo e clandestino aos blocos molares, que os fazem tremer, onde a vida que não encontra passagem no campo moral, social e político em função das cegas restrições e enrijecimentos burocráticos pode desfrutar, não deixando de buscar territorializarem-se. Elas denunciam o quanto sua potência de produção desejante não cabe nesses fluxogramas organizativos e restritivos, os quais, sem espaços políticos para atualizações dos processos e dos sentidos, acabam produzindo o excedente que buscam outras vias de agenciamentos e territórios, mas que também podem colocar tudo a baixo, como em uma virada de mesa, fazendo disparar uma crise.

As tentativas de esquadrinhar e/ou institucionalizar a vida, mesmo que de forma sutil, por meio da opressão e do medo, estão em constante processo de territorializações e desterritorializações, por mais que se tente reprimir e alienar a produção da vida em suas dimensões artísticas e em suas manifestações de *pathos*, ambas sendo subjugadas como profanas, impuras e, assim sendo, como elementos a serem colocados para “fora”, pois identificados como produtores de tais desconfortos, corpos estranhos, mas familiares, pois de mesma natureza.

A vida não é tão fácil de ser controlada, pois sua potência germinativa tem algo de subversiva e sempre vai ter uma parte que escapará a esse movimento de pôr para “fora”, ficando sempre, em alguma medida, um resto de “fora” dentro, como semente de erva daninha que, se associada com outras ervas e plantas, pode curar os malogros existenciais.

Essas tentativas que inevitavelmente passam pela gestão serão sempre tarefas espúrias, inacabadas e estarão sempre prestes a estourar e/ou romper com a emergência de uma situação de crise, ocasião em que o volume do “fora” finca o pé no chão da organização como multidão que chega para ocupar, empunhando faixas e cartazes, entoando palavras de ordem que quebram em pedaços as linhas discursivas de saber-poder instituídos. Não à toa, são essas forças de

³³ Essa ideia de pensar o inferno surge como uma analogia a como são denominados os espaços “secretos” nas bibliotecas, que geralmente ficam nos porões ou sótãos, com as portas trancadas e ali se encontram guardadas as obras “profanas” e de cunho pornográfico-literárias. Obras que ficam escondidas para que não sejam destruídas por algum movimento moralista e fundamentalista estúpido, como o que se tem flertado no Brasil hoje. O inferno precisa de proteção. Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/quem-arde-no-inferno-da-biblioteca-nacional-16655474>

produção que escapam e, ao mesmo tempo, sofrem os efeitos da repressão e ficando de fora. Elas despertam fascinação em quem artificialmente se percebe separado, como quem, em meio a esse estado de alienação, timidamente se colocasse na janela vidrada, olhando o bloco passar com alegria, pois é naquele inferno de profusões do “fora” que estão colocadas todas as obras de produção da violência, da loucura, da sexualidade humana, as quais retratam as liberdades e a diversidade sexual e também as suas perversões, todas juntas e misturadas, formando caricaturas móveis de nós mesmos.

Encontramos em algumas bibliotecas esse lugar chamado de inferno. São lugares de acesso restrito, onde se guardam os livros proibidos, livros os quais o tempo histórico não aprovou e por isso precisam ser protegidos com a expectativa de que as gerações futuras possam ter outro tipo de entendimento e consiga acolhê-los. São obras que tratam de temas variados, mas em sua maioria versam sobre profanações, perversões, questões sexuais e pornográficas, obras que, por exemplo, no tempo da inquisição, seriam queimadas e por isso precisariam ser protegidas em local seguro. A constituição do inferno nas bibliotecas tem sido ao longo do tempo – e ainda hoje – um ato ético-político e subversivo em nome da preservação de parte da arte e da cultura humana, da história literária e que, de alguma forma, fizeram parte do imaginário de diferentes períodos históricos; por mais limitadas que tenham sido suas circulações, não deixam de ser expressões de seu tempo.

Esses complexos processos de produção que se assentam sobre as organizações, passam pela gestão que, por sua vez, promove a alienação, vai reprimindo e “infernizando” as possibilidades de produções ético-políticas do desejo, da criação e invenção de territórios de existências, tenta ir modelando as formas de expressão e as formas de existir, tudo isso a partir de práticas que reforçam as inibições ou os recalcamientos institucionais – aquilo mesmo que não poderá ser sentido, experimentado, confrontado, pensado ou falado, uma vida que pulsa, mas que não poderá ser vivida a não ser na sua clandestinidade.

Como estamos vendo, é um regime, uma forma política que tem como prática o exercício da antipolítica, a qual tenta promover a formatação micropolítica das formas de produção dos inconscientes. Essa forma de gestão é parte constitutiva do regime de tirania que se estabelecem em algumas organizações, tendo como efeito a usurpação das condições de liberdade e autonomia, além da possibilidade de constituição de um corpo social coletivo enquanto território de produção do comum. Ao invés disso, estabelece-se um estado de servidão, de amarga docilidade e condição de sofrimentos e adoecimentos, cenas que, quando imaginadas ou presenciadas, considerando seu grau de estupidez, assemelham-se ao dissabor experimentado por

quem abocanha uma bolha de sabão, achando que poderia ser tão gostosa quanto bela ao flutuar sob os reflexos da luz em um dia de primavera.

Nesse regime opressivo, a micropolítica das produções do desejo passam a encontrar entraves naquilo que se coloca como já institucionalizado, posto como um agente repressivo que, ao invés de servir para garantir e promover as intermediações e a liberdade, compondo os processos de construção da própria organização, passa a ser inoportuno, não havendo inclinação que promova aberturas e intermediações necessárias na gestão, ampliando os espaços de construção de uma ética-política. Nesse caso, o que se tem é o que estamos tentando mostrar, de uma forma de gestão da alienação na qual os instituídos se interpõem e ganham *status* de órgão de poder, reproduzindo o modo hegemônico de produção subjetiva, individualista, egoica, competitiva, como a única forma de ser.

As organizações que não conseguem enfrentar o exercício político em suas práticas de gestão coletivas, dificilmente conseguem se colocar a operar em uma crítica-análise e, nesse sentido, correm o risco de se tornarem opressivas e alienantes. No entanto, as que se lançam em uma cruzada ética pela transformação desses processos instituídos podem experimentar a criação e o sabor de diferentes formas e possibilidades de se fazer a produção do desejo, dos afetos alegres, das relações e dos bons encontros, abrindo-se com prudência nessa relação com o “fora”, ampliando e potencializando as experiências com a alteridade, no reconhecimento das diferenças e na produção de uma estética da existência implicada com as reais necessidades que se impõem a cada coletivo, as quais seriam construídas de acordo com o que ali estaria pedindo passagem em comum acordo com a vida que ali pulsa.

Parece-nos que são nesses sistemas de produção do negativo, do antipolítico, da opressão e da alienação que se estabelecem de maneira impositiva à manutenção das dicotomias entre corpo e mente e entre céu e inferno, como dimensões separadas. Reconhecemos as suas distinções, no entanto é na afirmação das suas diferenças que as colocamos no campo processual e da complexidade, como forças que produzem efeitos compondo a política dos acontecimentos, como nessa distinção metafórica entre o que seria o “céu”, sendo a bolha, a realidade alienada, estriada, burocratizada, e o “inferno”, como sendo o lugar de produção de profanações, de desvios das condutas morais, de utopias e de vida como obra de arte. Aqui, no entanto, as colocamos no mesmo campo institucional a ser disputado sob a perspectiva ética e estética do que pode, enquanto potência de produção da vida, o exercício político dessas relações: nem tanto ao “céu” nem tanto ao “inferno”.

Nossa aposta é que possamos ter diante de nós a coragem e a rebeldia de pormos nossos pés no chão da terra e que, a nossa existência não se permita ser imposta separações dicotômicas e tendenciosas, mas que se garanta, nos espaços os quais compartilhamos e nos organizamos coletivamente, uma gestão ética e política do comum, que contemple as diferenças, as singularidades, a multiplicidade e a complexidade dos paradoxos inerentes à lógica de produção dos sentidos, do germinar da vida em sua integralidade e enquanto potência de criação e invenção.

De modo algum estamos propondo aqui a destituição de toda e qualquer forma de *instituído*, pelo contrário. Ele não é bom nem ruim, é necessário, juntamente aos processos e movimentos instituintes, para compor o campo de produção ética, estética e política das organizações. No entanto, entendemos que ele precisa ser encarado como instância em processo e posto em constante análise, pois é útil somente enquanto necessário e a serviço da coletividade; depois, se busca construir outros *instituídos*, a partir dos instituintes que por ali pedem passagem. Nessa perspectiva ética, estética e política, as instituições e os instituídos são colocados a serviço da vida, da organização, da sua coletividade e do comum, e não o contrário, como no caso de uma gestão como a da alienação nos propõe.

3.3 MEDO, FRAGILIDADE E LIBERDADE

Não raras vezes, nos deparamos com algumas falas que sinalizam certa recorrência do medo como sendo um dos afetos que circulam por entre as equipes nas organizações. Tomaremos esse afeto como um analisador e como um dos fatores que poderiam estar mobilizando um certo estado de paralisia dos modos de criação dessas organizações. Quando escutamos a recorrência de tal afirmativa sobre o medo, cuidamos para não tomá-lo em análise em uma perspectiva estrita ao termo, mas de modo a reconhecer que talvez não seja necessariamente o medo que precise ser investigado de forma isolada, mas os processos e os agenciamentos que o produzem, considerando também que essa experiência afetiva não diz apenas de uma individualidade, mas ressoa em um campo relacional, social e institucional que precisa ser pensado enquanto campo de produções coletivas. Nesta figura, iremos tangenciar a relação entre as categorias *medo* e *liberdade*, pois se estamos partindo de uma primeira vista de que o medo pode ser um dos fatores que promovem certa paralisia, então também arriscamos pensar que seja o mais coerente confrontá-lo com uma noção de liberdade, no sentido de

tentarmos tensionar concepções que exponham não somente as diferenças, mas também as contradições de nossas análises.

A paralisia que indicamos aqui remete a determinados modos de funcionar das organizações que acabam por restringir e enrijecer as dinâmicas dos processos relacionais e suas respectivas práticas, de modo a também provocarem certa naturalização do conjunto de burocracias, as quais encontram pouca ou nenhuma perspectiva para adequações e renovações. Esse enrijecimento funcional limita os movimentos institucionais e emperram a formação de processos de coletivos, assim como qualquer possibilidade de transformação desse estado de coisas que produz uma produção em *looping*. São processos instituídos que amarram as possibilidades de movimentos das equipes, acabando por dificultar a operacionalização de possíveis deslocamentos que pudessem permitir a constituição de vias de abertura dos espaços entre instituídos e instituístes, para exercício da política, para o cuidado ético com as formas germinativas da vida, diante daquilo que entendemos ser sua potência criadora e inventiva e de reapropriação da produção de desejo, de construção de um processo de subjetivação que constitua territórios de liberdade, singularidades e autonomia.

Instituem-se nesses espaços organizativos determinadas formas de funcionar e, na medida em que elas passam a operar, não mais se consegue transitar por entre a “forma” instituída de produção a uma lógica de processo. Ainda, a percebemos fixando estriamentos e esquadrinhamentos dos fluxos do desejo, modulando práticas e produções subjetivas que se repetem de forma a promover a alienação. Os sistemas organizativos e políticos, quando se tornam rígidos às necessidades de mudanças, são considerados autoritários, estabelecendo-se pelo “enrijecimento das máquinas teóricas e práticas” (GUATTARI, 1985, p. 174), cristalizam-se, esvaziam os espaços de criação e invenção de suas atualizações, são invariáveis, como sugerem os trilhos de um trem e, por mais flexíveis que consigam ser com relação às possibilidades de deslocamentos do poder, em geral não mudam na proposição de caminhos *a priori* de maneiras verticalizadas. Nessa linha de tráfego unidirecional, as possibilidades de produções e suas compreensões não reconhecem os questionamentos que sinalizem para a abertura e para possibilidades de diferenciações. Os questionamentos feitos nessa direção tornam-se contrários à maré ideológica e não são compreendidos, são como burburinhos dos povos marginalizados que batem às portas do sistema, mas a quem quase nunca é dado escuta. Seriam a segregação e a alienação o coeficiente de “custo humano” gerado por sistemas de gestão autoritários e antipolíticos?

O que se percebe é um estrangulamento da abertura de uma dobra, configurando um modo de funcionar que individualiza as organizações humanas ao invés de colocá-las em processos de aberturas que as relacionem com um estado de permanente processo de produção de si e do outro. Trata-se de uma outra concepção ética, estética e política construída com a noção de singularidade e diferença, composta por agenciamentos coletivos de enunciação ao invés de um modo de produção de individualismos, de uma unidade onisciente e totalitária. Ambas as formas de funcionamento promovem seus efeitos com relação às produções que se estabelecem entre a micro e a macropolítica da produção do desejo, seja no sentido de referendar e legitimar determinados modos de produção, seja no sentido de inventá-los, transformando e reconfigurando agenciamentos, redefinindo o investimento dos fluxos libidinais de acordo com aquilo que, na emergência de uma coletividade, pede passagem.

Esse modo de produção autocentrado ou, como já ouvimos, definido como “equipe centrada”, promove uma série de estratégias de proteção para conseguir se manter “centrada” ou fechada sobre si mesma. Isso em detrimento da possibilidade de se criar estratégias de mobilidade para melhor construir modalidades de atenção às situações as quais seriam as suas finalidades, mas que apresentam importantes contradições, como o caso de equipamentos de saúde mental que não realizam uma análise crítica com relação à escuta que oferecem aos usuários, serviços de proteção psicossociais que revitimizam usuários e serviços de atenção em direitos humanos que não legitimam alguns direitos.

Cada organização consegue construir as suas condições de singularidades com relação a como se agenciam as diferentes instituições, como exercitam e desenvolvem seus modos de fisiologias morais e políticas e como estabelecem e trabalham suas relações de poder. Não nos interessa, de modo algum, propor generalizações, mas destacar as necessidades de aproximações de alguns processos que se estabelecem em possíveis relações entre a micropolítica e macropolítica. Por exemplo, como se operacionalizam alguns modos de funcionamento das organizações, considerando essas relações entre a macropolítica da vida social, econômica e cultural e as micropolíticas e suas produções subjetivas, das práticas relacionais e das produções do desejo, como se estabelecem estas redes de transmissões axiomáticas, afetivas e semióticas?

Consideramos aqui o que nos aponta Guattari (1985) sobre a importância desse debate, pensar as relações de proximidade entre essas duas dimensões – macro e micro – a partir de uma perspectiva das construções e agenciamentos políticos do desejo.

(...) há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo. E isso sob duas formas: seja uma micropolítica

que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problemas de partido, de Estado, etc.). O despotismo que, frequentemente, reina nas relações conjugais ou familiares, provém do mesmo tipo de agenciamento libidinal que aquele existente no campo social. Inversamente, não é absurdo abordar um certo número de problemas sociais em grande escala, por exemplo os do burocratismo e do fascismo, à luz de uma micropolítica do desejo. (GUATTARI, 1985, p.174)

Nesse sentido, chama a atenção quando ouvimos, nas organizações, trabalhadores no exercício de diferentes funções – educador social de nível médio ou auxiliar administrativo, um técnico de ensino superior ou um gestor – que sentem a sensação de estarem com medo e que, em detrimento desse afeto, não se autorizam a agirem conforme acreditam ser a melhor maneira ou a maneira que se sentiriam mais à vontade, propondo suas opiniões sobre a organização, mas se calam enquanto agente coletivo de enunciação nos momentos de construção coletiva sobre a vida e o trabalho. A partir daí se estabelece uma condição de deslocamento e de não reconhecimento dos modos de produção singulares e coletivos, que se veem tendo que desenvolver estratégias e subterfúgios para dar conta de prescrições e práticas as quais, em certa medida, sem muita aproximação com a realidade ou mesmo com a ética desejada para as atividades, práticas e intervenções. Nesta perspectiva, como vimos, se estabelece um modo de funcionar que produz a sensação de que viver na organização é estar na eminência de ser culpabilizado, sob o risco de ser demitido ou mesmo repreendido com certa veemência caso se expresse a verdade de seus afetos e ideias com relação aos processos de trabalho. São sensações de um constante endividamento e assédio moral.

Expressar algum desconforto com determinados instituídos, alguns saberes que se totalizam, com determinadas funções que concentram poder a ponto de promoverem formas opressivas de se relacionar com o outro, ou seja de tentar individualmente e/ou coletivamente exercerem o que seria um ato político de cidadania, promover alguns questionamentos que levem à produção de esclarecimentos, tentar melhorar a qualidade de vida no trabalho, mas também com relação aos serviços prestados, tentando mexer em forças ou formas de funcionamento as quais, inevitavelmente, poderiam produzir algum tipo de instabilidade e, conseqüentemente, exigir algumas reformulações e relocalações de uma série de coisas.

Esse modo de organização se estabelece de maneira fechada e possui o medo como um afeto de base, efeito da produção, aliado na manutenção de um certo regime de funcionamento que não parece encontrar vias de passagens ao que possa pedir a produção singular de desejo dessa coletividade, que possa permitir transformá-lo de forma rígida a possibilidades e potências de criação e invenção. Isso nos parece dizer de um estilo de gestão que aqui chamaremos de

“gestão da alienação”. Nesse sentido, passamos a identificar tal modalidade de regime como sendo do tipo autoritário, pois não reconhece a alteridade e, se a reconhece, a nega. Consequentemente, nesse modo fechado, para qualquer outro que estivesse fora – mesmo que fora seja também dentro – como uma ideia nova ou um jeito diferente de pensar alguma intervenção, ou ainda a tomada de análise sobre algum detalhe que possa parecer menos importante, mas que poderia fazer alguma diferença.

Tal regime micropolítico se moleculariza também em modos de pensamentos, passam e atravessam os espaços de produção desejante, forjando singularidades e coletividades, modulando produções subjetivas as quais passam a se estabelecer nesse campo institucional sob a égide desse fechamento. A máquina está formada! Cabe questionar sobre qual é o modo que se quer para pensar?

A hipótese que queremos lançar aqui é a de que o medo – por exemplo, expresso como medo de uma demissão, de rompimento de um convênio ou de perda de *status* e poder – apresenta-se como linha de produção desse movimento de fechamento e autoconsumação das organizações. Nessa lógica, arriscamos pensar que se institui um modo de funcionar que, diante da afirmação de um outro movimento que insinue e se apresente como diferença, correrá o risco de ser ejetado.

Na medida em que esse funcionamento age no sentido de capturar e esquadrihar o desejo enquanto potência de transformação e de produção de produção, o viver passa a se tornar estranho ao campo de produção restritivo da organização. A vida enquanto potência encontra-se destituído de sua condição de produção de possibilidades de outros modos de subjetivação e singularização, sendo reprimidas as aberturas. A organização passa a se tornar uma máquina de consumação da vida. Parece-nos que o que se produz não é só um movimento de sitiamento das possibilidades, das trocas, mas o cerceamento do exercício da política enquanto condição ética e estética da existência. Relacionamos essa imagem de segregação e sítio com a produção subjetiva que se expressa no medo.

O medo da demissão como processo de produção passa a ser uma espécie de retorno do recalcado que não cessa de aparecer, tentando afirmar essa condição de fechamento de espaços abertos os quais as organizações precisariam manter para receber e atender aquilo ao que, em origem, fora motor de suas constituições. Nessa hipótese, a força de produção e criação passa a se transformar em força de consumação e repetição. A gestão dessa organização que não promove as aberturas necessárias, mas reforça seus fechamentos, caracterizamos como gestão da alienação.

Mas o que de fato se consome ali? A vida!

As organizações estão colocadas em um contexto social, cultural, econômico e político maior, uma macropolítica que não pode deixar de ser considerada e, nesse sentido, não podemos perder de vista que se trata de processos que, ao menos em algumas medidas, estão relacionados. Vimos em uma figura anterior que o sistema capitalista promove um duplo movimento de inclusão e segregação que encontra no consumo o passaporte dessa participação. Assim, a produção de necessidades de consumo está colocada como um dos motores desse sistema. Nas organizações, o consumo não faz querer outra coisa que não a própria manutenção de um certo estado de coisa que permite algum tipo de sobrevivência em detrimento de enfrentamentos necessários que poderiam promover algum tipo de diferença ao sistema capitalista e que também poderia acarretar algumas rupturas, por exemplo, de algum convênio, o que poderia gerar falta de recursos. Uma organização que execute determinada política pública a partir de um convênio junto a uma gestão municipal que não legitima a importância de tal política e se coloca de forma autoritária sobre os modos de execução dessa política e a organização executora que, ao invés de se posicionar criticamente sobre tal movimento da gestão municipal – precarizando as possibilidades de execução de tal política – torna-se conivente a ponto de reproduzir ações autoritárias, como nos processos de fechamento que falamos anteriormente. A organização que não consegue sustentar a abertura de espaços para o exercício da análise crítica de seus processos de produção e práticas, construindo um território sustentável, passa a se tornar suscetível, como parte extensiva desta outra forma de gestão, como no exemplo da gestão municipal autoritária. Esse movimento de adesão e desterritorialização fragiliza a possibilidade de desenvolver posicionamento sobre as violações e garantias de direitos de algumas populações e causas coletivas que passam a sofrer com tal precarização das políticas públicas. Esse movimento de captura se estabelece também sob a forma do medo de perda de convênio, que poderíamos entender aqui como uma “demissão” desta organização ou de um gestor.

As organizações que se emaranham nessas linhas institucionais e de relações de poder – as quais densificam o campo de possibilidades produzindo fechamentos e medos – acabam também por desenvolverem um certo estado de produção paranoica. Nessa via, o outro (ou as diferenças) passa a ser tratado como ameaça. Está formado o lugar fecundo para o desenvolvimento dos fascismos. Depois do medo, a paranoia, o outro tomado como ameaça e, então, o ódio ao outro. A máquina de produção do fascismo entra em pleno funcionamento. Tiburi (2015) nos sinaliza sobre essa relação entre o medo e o ódio:

O modo como se produz o medo relaciona-se diretamente com a produção do ódio. São afetos associados. A sociedade que promove a insegurança – e vende “segurança” por todos os lados – depende do sucesso do medo. Medo da economia e da política e, em primeira instância, sempre o “medo do outro”. Em seu estado enrijecido, o medo pode se tornar paranoia. A paranoia devém ódio. Podemos então falar em medo-ódio. ‘Med’ódio’ seria uma palavra muito feia para uma coisa que nos faz muito mal: uma espécie de odiar intransitivo, quase que odiar por odiar. Como visão de mundo, a paranoia serve a negação do outro a quem o paranoico deseja destruir. A origem da paranoia nos escapa, mas sabemos de seus efeitos: ódio para todos os lados, sem limites” (TIBURI, 2015, p. 36).

Assim estamos diante de processos nos quais a produção de medo e ódio ao outro compõe formas de microfascismos, que se ramificam e se instituem nos funcionamentos organizativos da vida. Conforme nos alerta Guattari (1985) “Dever-se ia, portanto, renunciar definitivamente a fórmulas demasiado simplistas do gênero: ‘o fascismo não passará’. Ele não só já passou, como passa sem parar. Passa através da mais fina malha; está em constante evolução; parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós”. (p. 188-89)

3.4 É NO TEMPO QUE TUDO ACONTECE...

Trazemos a seguir uma cena que nos levará para uma relação de confronto entre diferentes temporalidades, as quais disputam a construção da realidade. Ela retrata a importância dos desvios na perspectiva clínica, onde se consegue – seja por uma falha da máquina e/ou ato voluntário de quebrá-la/destituí-la, dando uma curva – dar uma volta, uma reviravolta no tempo, indo do cronológico ao intensivo. E nos permitimos embarcar em uma viagem no tempo sem pressa para chegar.

Estava indo de ônibus por uma avenida na cidade de Porto Alegre, onde já havia passado por diversas outras vezes e, como fosse um *déjà-vu*, me chamava a atenção um senhor que ficava sentado ao lado de uma banca de revistas; ele ficava ali parado, parecendo olhar para o nada, o que, na violência das rápidas interpretações cotidianas poderia gerar a seguinte indagação, no íntimo: *que vida mais sem sentido!*

Foi então que um dia desses o avistei novamente. Estava lá sentado contemplando o nada. Como em um tropeço no que seria a cronologia da minha rotina, desviei a rota, puxei a cordinha, solicitando ao ônibus que parasse. Fui em sua direção, caminhando devagar, no intuito de saber o que tinha ali de tão interessante para ele, mas também de apresentá-lo em relação ao meu trabalho – na ocasião, trabalhava com pessoas em situação de rua. A função da minha presença,

talvez fosse orientá-lo, se fosse o caso, das possibilidades ou não, de acessos às políticas públicas, falar para ele toda essa ladainha proforma que se faz necessária, mas que, às vezes, quando colocada como forma padrão e de repetição, acaba por esgotar o encanto dos encontros e muitas vezes nos impede de ver e escutar o outro que ali está diante de nós.

Com cuidado, me aproximei, puxei um assunto desprezioso e logo fui bem recebido. Como estava de passagem, sentia os efeitos do tempo me empurrando. Quando aproveitei o primeiro vazio das nossas falas, logo fui me apresentando como sendo do Programa Ação Rua³⁴ e que ali estava também para saber como ele estava e se precisava de alguma coisa a qual eu pudesse auxiliá-lo. Eis que, para minha surpresa, ele reage sinalizando uma eloquente presença de espírito:

– Não, não, não preciso de nada disso... Mas se quiser conversar, eu gosto é de conversar!

– Opa! – digo eu – Claro! Vamos conversar um pouco.

De início, entre uma fala e outra, eu encontro o território mais do que fértil para lançar meu anzol com a pergunta que me traria como resposta uma considerável surpresa.

– E o senhor fica aqui parado, vejo você aqui sempre que passo. O que fazes por aqui?

Ele me olha, respira fundo e diz:

– Está vendo essa avenida aqui na frente? Apontou. Pois então, aqui, quando eu era guri, passava um rio, eu morava aqui, lá do outro lado ficava a ilha, eu e meu irmão gostávamos de nadar e apostar corrida para ver quem chegava à outra margem primeiro. Eu nasci ali naquela ilha.

E passa a contar algumas cenas de seu passado, do passado dessa parte da cidade e, a partir de suas narrativas, era possível embarcar no tempo e visualizar as vidas que outrora ali viviam. A vida dos pássaros e peixes, que hoje contrastam com seus substitutos: sacolas plásticas, garrafas PET e latas que escorrem pelos boeiros e dutos subterrâneos dessa avenida. Naquele instante, abriu-se a possibilidade de uma outra experiência com o tempo e me senti em um cinema a céu aberto, no qual as imagens eram projetadas sobre as consequências do processo civilizatório e do (des)envolvimento da cidade, mas também no qual a arqueologia da memória dessa pessoa marcava resistência a isso e não deixava soterrar nem sedimentar a sua vida nem o seu passado. A vida de outrora ali permanecia fincada como a bandeira de um conquistador,

³⁴

“Esse serviço está vinculado aos CREAS, sendo executado pela rede parceirizada. Ele tem a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, as situações de rua de crianças, adolescentes, indivíduos adultos e famílias. Atende a população em situação de rua através de abordagem individual ou de grupos, promovendo, a partir da formação de vínculos no espaço da rua, a inserção na rede de serviços socioassistenciais e acesso às demais políticas públicas.” Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=139

abrindo e subvertendo a atualidade do presente. Em meio a todo aquele concreto, os passantes, o descaso ao “moribundo”, no rio imaginário ainda havia fluxo, e ele disputava com a rigidez dos acontecimentos e a rapidez dos carros e motos, dia após dia. Estava ali esta alegre história de vida, pronta para ser contada e compartilhada com qualquer “despretensioso” como eu que quisesse arriscar amordaçar a boca faminta de Chronos e parar para saber observar aquele nada cheio de encantos e encontros marcados pela presença misteriosa daquele senhor.

Após ter me despedido e já ter saído dali, ele mais parecia um monumento à história daquele pedaço da cidade que resistia e não cessava de se fazer viver. Tinha ele autonomia e liberdade com relação a sua relação com o tempo?

Poderíamos pensar que esse senhor estaria habitando uma espécie de “clausura do fora”, apresilhado no agora, em um espaço-tempo de planos sobrepostos entre o presente e o passado, onde sua presença dava território existencial e passagem a suas lembranças, por mais que a cidade a qual ele fazia parte já o tivesse desconsiderado e renegado em seu projeto de “desenvolvimento”. Assim também acontecia com suas lembranças, as quais pareciam o prender no “fora-dentro” de sua interioridade, no avesso dos subterrâneos onde se assentam os substratos das suas memórias ou ali no “fora-fora”, onde essas expressões mnemônicas literalmente se chocavam com o concreto e que a cada instante lutavam para conseguirem ser revividas. Um processo de repetição que aprisionava o tempo, negando-o de sua própria condição de liberdade diante dos acontecimentos atuais, um movimento de afirmação do ressentimento, de um eterno retorno do mesmo.

Peter Pal Pelbart, em sua obra *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*, nos ajuda quando comenta a obra de Louis Aragon, *O camponês de Paris* (1996), e a percepção dessa autora ao pôr a cidade de Paris em cena na sua obra, pois a percebe também como imagem do inconsciente, do desejo: “(...) uma espécie de subterrâneo da memória e do desejo, em que a cidade, na sua proliferação de objetos, signos e vestígios, remete a um passado, com todos os futuros que ele soterrou” (Pelbart, 2000, p 43).

Logo depois do encontro, ainda elaborando os efeitos clínicos daquele dispositivo da cidade, o “senhor ali parado”, assim como os desvios que alteravam destinos, impressionado e com as imagens ainda acesas em mim, fui pesquisar sobre a história daquele lugar e sobre a tal ilha e pude confirmar o que esse senhor havia me contado e, além disso, que ali fora uma das áreas da cidade que passou por um processo de desocupação: as pessoas que ali viviam tiveram que sair de suas casas e migrarem para outras localidades em nome do progresso, em condições ainda desconhecidas. O fato é que uma dessas pessoas, hoje em situação de rua, retornara,

trazendo em suas malas, as lembranças da infância e, ao mesmo tempo, das consequências das políticas dessa cidade.

O passado lembrado com alegria contrastava com a aparente melancolia a que a imagem daquele senhor me remetia. Presenciando sua história, fui envolvido com o colorido de um dia bonito, no qual era possível desfrutar de um rio limpo para tomar banho e brincar, em que a cidade ainda dialogava com a natureza, relação que hoje nos parece não ter mais tanta importância. A cidade não tem mais tempo a perder com a natureza, nem com pessoas que, com suas memórias, subvertem e fazem emergir no concreto uma vida digna de se sentir saudades, como fosse um território perdido em uma catástrofe ambiental, pondo em crise os motores do desenvolvimento que poluem, negando o outro. Lembranças que poderiam construir outros futuros.

Passado que, nesse caso, se presentifica, colocando em questão, dia após dia, formas e estilos de vidas. Algumas vidas que passam e outras que resistem à aceleração do tempo, a qual apaga as memórias e as singularidades dessas histórias, contrastando, como vimos anteriormente, com a cena da paciente “histórica” no CAPS, a qual parecia lutar para tentar extrair o fórceps de si mesma, um passado desgraçado e nojento, de modo a conseguir enfrentá-lo de frente, um passado que lhe tinha sido traumático, mas que pedia passagem pelo seu corpo – e pelo meu corpo que ali experienciava a incerteza, a imprevisibilidade e a atopia dos instantes.

Não é só de belezas e alegrias que são feitas nossas lembranças, mas como no caso, feitas no registro do insuportável que atravessa o tempo, como ferida aberta no avesso da pele que não aparece e não cicatriza. Ferida esta que, quando provocada a lembrança, ameaça o corpo no presente, solapando o céu e a terra, incorporando-o e produzindo uma reviravolta astral. Quando ocupada da ameaça, as estruturas dos sentidos faziam emergir uma crise. Segundo Deleuze: “O que é excessivo no acontecimento é o que deve ser realizado, se bem que não possa ser realizado ou efetuado sem ruína” (DELEUZE, 2003, p.172).

Mas para que serve calar o tempo, as histórias, as memórias? O temor institucional era do passado da paciente, daquilo que ela trazia de denúncia sobre o quão perverso pode ser a relação de poder entre um pai com sua filha, ou tratava-se de que, diante dessa cena, de tão insuportável, se perderia muito tempo para tentar entender e elaborar sua tamanha desrazão e que, para “otimizar” o atendimento, o melhor seria conter e medicar; não olhar para trás, mas viver o nosso presente dissimulado sem maculá-lo, não “comprometer” nosso futuro: mas o que poderia estar ameaçado?

O devir puro e desmensurado das qualidades ameaça de dentro a ordem dos corpos qualificados. Os corpos perderam sua medida e não são mais do que simulacros. O passado e o futuro como forças desencadeadas se vingam em um só e mesmo abismo que ameaça o presente e tudo o que existe (DELEUZE, 2003, p. 168-169).

Nas organizações, de maneira mais geral, dentre alguns analisadores que já tangenciamos até aqui, o tempo se coloca como tendo importância peculiar, dado a sua complexidade. É no tempo onde tudo acontece, o dentro e o fora se intercambiam no “entre” das relações pessoais e processos institucionais. Aparecem como imperativo, se colocando sem muitas cerimônias no cotidiano da vida nas organizações, seja exaltado na forma de uma pressa sem precedentes, seja de uma aceleração cardíaca e demais movimentos do corpo, parecendo como se fossem um gestual mágico, querendo encurtar ou espichar o tempo, mas acabando por serem aprisionados e engolidos por ele.

Outros exemplos são as delimitações de prazos que encaixotam o tempo, provocando a sua cristalização e fazendo-o colapsar, entrar em crise. Mas, afinal, a crise seria do tempo ou da sua própria experiência? Pôr em análise a gestão que se faz ou não do tempo parece imprescindível para que seja viável a vida no tempo e a construção de uma ética e uma política para pensarmos exercitarmos essa relação.

Como pensar uma outra forma de *alquimia* dessas experiências com o tempo? O gesto da colega que interrompe a crise junto à paciente, tentativa de interrupção das vibrações que comprometem a instabilidade dos substratos instituídos do campo institucional... Tentativa de interrupção de uma experiência de crise a ser vivida naquele tempo, gesto que altera a temporalidade daquele presente que se intensificava e interpõe-se sobre ele, achatando-o, como se seu único destino fosse passar por debaixo da porta. Com apenas um gesto e uma porção química acionava-se o tempo da clausura institucionalizada de um manicômio.

Que temporalidade é essa que não cabe nos processos burocráticos instituídos das organizações e que se tenta conter com um *cala a boca*³⁵? Como ganhar tempo perdendo tempo? Como pensarmos as aberturas de “perda” de tempo? Como criar uma relação com o tempo que permita escapar de uma relação de controle, que subverta o próprio tempo, abrindo nele uma porta para outra relação com a temporalidade?

³⁵ O texto “Estratégias de resistência e criação: ontem, hoje” (COIMBRA, 2008, p.113) nos traz que a tortura não quer fazer falar, mas quer fazer calar a vida diante do horror, como no caso dessa paciente, sido coisificada como objeto de gozo de um outro que não era qualquer outro, era seu pai. Nesse sentido, por mais que possamos pensar tal gesto estando muito distante de um ato de tortura e achamos que seja difícil de ser comparado, ao mesmo tempo entendemos que o avanço tecnológico das formas de opressão cada vez mais se reinventam nos processos, em suas sutilezas, exatamente para não causarem tanto desconforto e espanto, a ponto de serem flagrados e combatidos e passando despercebidos, como quase passou. Fonte: <http://books.scielo.org/id/hwhw6>

Trata-se de espaços para a queda, gestos que atuam como “interruptores” de um tempo em linha... Tempo progressivo, sequencial que captura os corpos e almas, alienando-os em um presente distante do centro de gravidade, pondo-os para dormir, deslocando-se para outra perspectiva de experiência com o tempo. Tempo que se abre para o campo das possibilidades e do devir, onde possa se valorar o nada para dizer e o nada para fazer, a presença próxima, pois parece que então poderá sair algo novo do nada. O nada no espaço-tempo intensivo é o todo, é poder em favor das almas que desejam a alegria dos bons encontros, é a possibilidade de invenção de possibilidades.

Estamos aqui nos colocando a conversar com dois personagens deuses da mitologia Grega, a saber: Chronos e Aeon. Quando nos referimos sobre a perda de tempo, estamos nos lembrando daquele diálogo entre a raposa e o Pequeno Príncipe, no qual ela diz para ele que sua rosa era tão importante exatamente porque ele tinha perdido seu tempo com ela. É em sentido semelhante que estamos nos referindo à perda de tempo, colocada como uma condição subversiva do tempo cronológico que devora os espaços e a política das relações e do reconhecimento do outro enquanto alteridade tomando-o como potência intensiva, como possibilidade de explosão e expansão espacial de cada instante ocupado pelas forças de opressão, como condição de abertura radical a outras perspectiva de temporalidade. Ocorre, então, uma inversão temporal, uma volta no tempo, uma revolta, uma revolução, de um tempo que se faz em linha de produção de massa a um tempo espaço cosmos aberto à complexidade.

O processo coloca-se como estratégia de proteção às partículas germinativas da vida, contando com a possibilidade de se fazer alguma gestão do tempo. Abre-se um espaço processual ao passo que barra-se a devoração de Chronos. A ritualística é complexa e dinâmica, no entanto pode possibilitar a construção de territórios autônomos, no sentido da produção de suas singularidades e de seus próprios processos, o que não equivale a dizer, de um descolamento alienado do fora, em uma espécie de retorno à interiorização, como uma independência perversa e individualista descolada do real, mas como uma retomada e apropriação, não do tempo em si, mas do que pode ser possível de ser vivido e construído a partir das experiências e das relações com outras temporalidades. Por mais que possamos entender aqui alguns limites práticos do que estamos problematizando e não os estamos negando, mas nos referimos a uma retomada da condição de agentes do próprio tempo ou ainda de criadores de outras relações com esse tempo, criadores dessas outras temporalidades. A ideia é de uma mudança de perspectiva, da possibilidade de ‘n’ deslocamentos, passando de uma relação de

submissão ao tempo, aquele que devora, para outras relações com ele, abrindo-o para novos horizontes e perspectivas acontecimentais de construção e produção da vida.

3.5 FLORES QUE ENCANTAM, MAS AMEDRONTAM OS INCRÉDULOS DA TRANSFORMAÇÃO

Eussociais³⁶: Catelias são flores que encantam, mas amedrontam os incrédulos da transformação. São resistentes quando em boas condições de cuidado, soma e em coletivo. Suas vibrações se proliferam, transformando outras flores. Abelhas chegam para compor a cena em uma operação de coletividade. Quando juntas, formam uma máquina ética-estética e política de trabalho compartilhado, de organização, de aromas, mel, própolis e muito zum, zum, zum.

Éramos um trio. O “um” não se confunde com a noção de “uno”, de uma unidade particular, pelo contrário, era um múltiplo das flores, uma micropolítica aberta aos agenciamentos coletivos. Era mais que um conjunto, essa agência das flores formava um processo que se fazia sempre maior do que qualquer possibilidade de se propor a soma de suas partes. Nós éramos colegas de trabalho, com percursos e histórias de vidas e formações diferentes. Havia, instituídos na organização que fazíamos parte, alguns contratos formais e outros informais que, entre outras coisas, indicavam hierarquias entre nós e, com isso, tentava-se dar um certo ar de formalidade, de forma, ao nosso modo de se relacionar, mas que, diante de nossos fazeres do dia a dia serviam, entre outras coisas, para serem estilhaçadas, pulverizadas em todas as direções possíveis, polinizando possibilidades de um modo de exercitar a prática e as ações do trabalho de outras formas e sempre em processo. Não havia ali uma mera negação ou recusa aos contratos ou aos instituídos, não se tratava disso, não íamos contra, mas buscávamos ultrapassar aquilo que não nos servia para a realização do trabalho, buscávamos a afirmação de um estilo de vida, uma ética-política, buscávamos construir, inventar novos contratos e outros instituídos que pudessem estar mais próximos daquilo que promoveria outras aberturas, para novas relações e construções. Também não se tratava de grandes mudanças, mas a abertura de

³⁶ O termo eussociais é utilizado para denominar as abelhas, cupins e formigas que vivem e se organizam em sistemas sociais complexos. Com relação às abelhas, nem todas vivem em organizações sociais, algumas espécies vivem de forma independente e recebem outra denominação. A ideia de utilização desse termo é a de propor uma provocação de uma certa inclinação ética que pode ser construída para a produção de uma coletividade. Não se confunde com o termo *social*, tampouco com o *Eu*, mas está situado no espaço *entre*, no qual esses dois modos de relações se agenciam e se coengendram. Aqui tomamos o eussociais como um campo de agenciamentos e de possibilidades.

pequenos espaços que possibilitassem a produção de micropolíticas do desejo. Aberturas que pudessem passar por pensar diferentes jeitos de se relacionar com o trabalho, com as situações que eram tão singulares, com pessoas e famílias em situação de rua e que pudessem, naquela organização, ecoar a voz e os sons das ruas, que pudessem passar por nossos fazeres institucionais e que pudéssemos também aprender com isso.

Formava-se no plano do “entre” nós uma operação de conjunção “E”³⁷ que, com o tempo fomos nos dando conta de sua potência e beleza. Apesar de parecer que já havia em nós abertura para compor, não se tratava de algo, ou alguma coisa que estaria colocado *a priori*, foi uma invenção, uma construção, um acontecimento, uma convocação. Na medida em que íamos convivendo, íamos desenvolvendo uma tecnologia de compartilhamento dos afetos, do pensar juntos sobre a vida, sobre as relações de trabalho, sobre a organização a qual estávamos vinculados e sobre as instituições que por ali eram postas em funcionamento sem muitos porquês, nossas relações afetivas com os colegas, entre nós em nossa microequipe, Cateleias entre os usuários que acompanhávamos, os desafios desse trabalho com a população em situação de rua, diante de uma retomada de política municipal de precarização das políticas públicas, entre outras coisas, íamos nos dando conta de que, entre nós, emergia uma condição de potência. Essa “coisa” que ia se constituindo, um algo mais ia se produzindo em meio às adversidades – um tipo de mel? – algo que pudesse ser um outro tipo de alimento para a vida, uma certa condição de coletividade que fazia fluir as intensidades do cotidiano que passava por cada um de nós, mas que de fato passava, não ficava represado e tentávamos operar isso ao passo que isso também nos operava, de modo a que esses coengendramentos promoviam mudanças reais.

A essa “coisa”, passaremos a chamar *coletivo*. Não havia uma forma definida, tampouco havia essa pretensão, mas ia se desenhando, compondo fios que tramavam uma ética, uma política e uma estética, emergiam da trama relacional e dos agenciamentos, produziam-se e, ao mesmo tempo, produzia-nos. Era um processo impessoal, que se dava no entre nós, no qual nós éramos parte e não o todo, éramos extensivos dessa maquinação, produtores, produto e produção.

Havia, na organização, outros modos de agenciamentos que produziam e reproduziam outras “coisas”, mas essa, a que se montava de modo coletivo, dava ares de ter uma

³⁷ Escossia (2014) desenvolve sobre a lógica das relações/agenciamentos e o problema do ser referido por Deleuze, em que afirmam Deleuze e Parnet: “é preciso ir mais longe: fazer com que o encontro com as relações penetre e corrompa tudo, mine o ser, faça-o vacilar. Substituir o E ao É. A e B. O E não é sequer uma relação ou uma conjunção particular, ele é o que subtende todas as relações, a estrada de todas as relações e faz com que as relações corram para fora de seus termos e para fora do conjunto de seus termos, e para fora de tudo o que poderia ser determinado como Ser. Um ou Todo. O E como extra-ser, inter-ser (Ibidem, p.71).” (ESCOSSIA 2014, p. 92-93)

singularidade que se diferenciava, era inventada dia a dia, o desejo que se produzia ali tinha intencionalidade de transformação, tinha análise das implicações e responsabilidades, ao menos assim acreditávamos, assim botávamos fé. Havia nessa experiência uma produção micropolítica do desejo e também de subjetividades.

É importante ressaltar que o plano coletivo, impessoal e relacional – plano de imanência – é também o plano de subjetividades. Subjetividades aqui não é sinônimo de indivíduo, sujeito ou pessoa, pois inclui sistemas pré-individuais/pré-pessoais (perceptivos, de sensibilidade, etc). Assim, os processos de subjetivação são sempre coletivos na medida em que agenciam extratos heterogêneos do ser. (ESCOSSIA. 2014, p. 95)

Essa experiência de estar em um processo que passa pela impessoalidade não parecia ser uma desconsideração ou um tipo de desautorização com relação à singularidade dos modos de subjetivação de cada um de nós, pelo contrário, era uma forma de potencializar nossas produções, não estávamos sós, havia sempre a companhia de um plano de imanência que era coletivo, múltiplo, era esse plano comum que nos subsidiava com nossas angústias, incertezas e mal-estares do dia a dia. Um plano de vibrações e interlocuções que passava por nós e ia além, nos constituía e não se reduzia, tampouco se restringiam as pretensões do *Eu*. Era um exercício de sensibilidade, de construção e de desconstrução de realidades e movimentos que faziam-nos desenvolver, florescer e expandir. O exercício de nossos corpos e almas em sensibilizar-se a um plano sensível, desse plano de imanência do coletivo, de composições e construções de territórios comuns.

Podemos até falar em subjetividades individuais e subjetividades coletivas. Individuais, porque ‘em certos contextos sociais e semiológicos a subjetividade se individualiza’ (Guattari, 1992, p. 19). Coletivas, porque ‘em outras condições, a subjetividade se faz coletiva, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social’ (Ibidem, p. 19 e 20). Mesmo quando se individualiza em um sujeito, ela não é individual no sentido de privada (...) (ESCOSSIA. 2014, p. 96)

O coletivo é um plano de composições e produções de subjetividades, de práticas, de realidades e utopias de um mundo que vai se fazendo a partir das políticas de construções de territórios comuns. Espaços que vão se abrindo entre o eu e o outro, sejam outros sujeitos, coisas, humanos, não humanos e organizações. Espaços de criação de fluxos, movimentos e composição éticas, estéticas e políticas.

Com base no que foi dito até aqui, podemos definir o coletivo como plano engendrador das formas, plano de produção de subjetividades, plano relacional. Para tal, a relação deve ser entendida como prática, cofuncionamento, coengendramento ou agenciamento. Agenciamento de fluxos e intensidades pré-individuais e não de formas individuais.” (ESCOSSIA. 2014, pag. 96.)

3.6 ERVAS DANINHAS QUE SE ALIMENTAM DAS CHUVAS ÁCIDAS E RASGAM O CIMENTO FRIO DE POLÍTICAS E MORAIS

Poesia: A cidade chora chuva ácida, sobre os sonhos de liberdade. A rotina enclausura pessoas vivas que sobrevivem com seus vícios. Mas as ervas daninhas rasgam o concreto morto e abrem espaço para a vida, para as flores que se nutrem da mesma chuva ácida que mata e cria.³⁸

Foi na relação do dia a dia, sob condições adversas de todos os lados, que Catleias brotamos. Do serviço de Abordagem Social de Rua aos encontros pelas ruas, trabalhando na rua, atores da rua, junto aos moradores da rua, sob o sol que rachava, calor infernal, um viaduto escuro e gelado, o “brete mocado”, a chuva, o frio, temporais, estouro de pedra – o crack – o bafo etílico e tuberculoso, fumaças e risadas, na beira do rio, o cartão-postal da capital, um corpo caído no chão, vermes, ratos e baratas, cachorros latindo, barracas, cobertas e pés molhados, fila do SUS, direitos e acessos negados, aluguel social atrasado, despejados! A vida seguia com documentos rasgados, pais e filhos separados, o alívio de um cigarro, ameaças, loucura, surtos e dores, um documento novo e muitos abraços, apertos de mão, um remédio conquistado, olhos nos olhos, confiança e o cheiro da rua que impregna na alma e vicia.

Nós desejávamos construir novos caminhos, pontes e vias de passagens de fluxos que nos possibilitassem ir ao encontro destes que são chamados pelos serviços de “usuários”, mas que, para nós e para outros, eram o sentido de nosso fazer, pessoas humanas que tinham direito à dignidade, tinham direito a uma vida.

Logo no início, percebemos que, para suportar todo o mal-estar, a dor, a angústia, o sofrimento, a euforia e o amor que nos perpassava, para sustentar o encontro com outro e os efeitos que resultavam de nossas ações e agenciamentos, para rasgar o velho cimento que tentava nos paralisar e produzir uma outra perspectiva que nos empurrava, ao passo que nos puxava, precisávamos, entre nós, exercitar e fazer operar de um modo de nos colocarmos em análise de implicação sobre tudo aquilo que a vida no trabalho nos tocava; falar, conversar, discutir, pensar e discordar, discordávamos muito, até exaurir os assuntos os quais poderiam parecer apenas mero detalhe, que para alguns outros poderiam não parecer relevantes, mas sabíamos da

³⁸

A Poesia foi escrita em trânsito, em um ônibus (coletivo urbano), durante um dia de trabalho. Por Pedro Ferreira Leite, educador social, 2016.

amplitude de sua importância. Fazíamos isso sempre que possível, durante nossas andanças pelas ruas, nos ônibus, nos bares, na parada de ônibus e até mesmo nos dias marcados de nossa agenda da semana, sentados em sala de equipe, tendo essa rotina institucionalizada entre nós.

Tentávamos levar nossas problematizações para as reuniões de equipe geral, o que, por vezes, percebíamos produzir certos temores, talvez por não haver uma condução/gestão adequada das reuniões, que permitisse sair da primitividade dos julgamentos tecno-morais. Entre nós, no entanto, exercitávamos estratégias para não nutrirmos esse medo, acreditávamos e apostávamos na produção coletiva, nos expusemos em alguns momentos, pois em nossas reuniões eram exercitadas as análises de implicação e as aberturas de si, mas muitas vezes o efeito de nossas intervenções nessas reuniões gerais não eram o que esperávamos. E nós, enquanto funcionávamos como máquina de produção de transformação social e institucional, passávamos a ser desconfortáveis, temidos, pois desvelávamos pontos frágeis que ficavam como aquelas coisas pequenas que não tinham importância para serem enfrentadas e o medo de conversar sobre algumas questões passou a ser um grande veneno nesse processo organizacional. Tínhamos, entre outras, uma via de leitura de que alguns colegas – algumas pessoas que estavam na função de gestão – pareciam não estar dispostos a enfrentar suas comodidades e/ou seus limites e pensar sobre suas implicações no processo, mas sabíamos que essa não era uma tarefa fácil. Nós, que buscávamos trabalhar atentos às atualidades do tempo histórico e às intensidades da vida que pulsava nas ruas, passamos a nos mover sem muito dar atenção a esses efeitos de arrepios, esses medos de enfrentar as questões que atravessam o trabalho e não identificamos o momento de diminuir a velocidade para encontrar a rotação mais próxima do geral, na qual nossa força trabalhasse junto com toda a máquina institucional, produzida por outras pessoas e microequipes, que também buscavam compartilhar seus desejos. Isso, talvez, por entendermos que seria um movimento de redução de nossas capacidades de produção as quais lutávamos para não deixar soterrar pelas concretudes do dia a dia.

A rua gritava enquanto a organização estava em disputa entre diferentes processos molares e moleculares. Nossas tentativas eram de fazer ouvir as vozes que vinham do lado de fora, vozes que falavam de histórias de vidas, projetos, desejos, sonhos. Não há execução de trabalho que possa garantir direitos sem que se tenha, na construção dessa forma de trabalho, muito cuidado em escutar a si e o outro. “Outro” aqui não é somente os indivíduos e famílias que atendíamos, mas também os agenciamentos entre afetos, instituições, concepções morais, relações de saber-poder que estavam imbricados no plano relacional do caso a caso. Buscávamos instituir o exercício de pôr os casos em análise, assim como abrir espaços coletivos para as

escutas coletivas de si, escutar e se pôr em análise, o trabalho e o trabalhador em processo simultâneo.

No entanto, nossa micromáquina de criar agenciamentos coletivos, movida a coração, nos fazia vivos, ervas daninhas que se alimentaram das chuvas ácidas e rasgaram o cimento frio de políticas e morais institucionalizadas, e que, nos diferentes encontros com o outro, flores Catelias de vida e desejos brotaram; permaneciam, no entanto, ervas daninhas que, mesmo depois de podadas e já cimentadas, deixam suas raízes e sementes pelos rastros e rachaduras, esperando o momento certo para rasgar o cimento e florescer Catelias novamente.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. B.de; PASSOS, Eduardo. Clínica, política e as modulações do capitalismo. In **Lugar Comum** – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, n.19-20. Rio de Janeiro: UFRJ: Escola de Comunicação. 2004, p. 159-171.
- BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Tradução de Hortência dos Santos. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
- COIMBRA, C. M^a. B. Estratégias de resistência e criação: ontem, hoje. In GUARESCHI, Neuza (org.). **Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2008, p. 108-120.
- COMITÊ invisível, **Motim e destituição agora**. 2ª. Ed. N-1 edições, São Paulo, 2018.
- COUSTILLE, C. **O que seria uma tese barthesiana?**. Revista Polis e Psique, 2016; 7(1): 247-259. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.72101>
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, v.1, 1995.
- DELEUZE, G. **Foucault**; tradução Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Janine ribeiro – São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DELEUZE, Guilles. **Lógica dos Sentidos**. 4ª Ed. São Paulo. Editora Perspectiva, 2003.
- _____, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- ESCÓSSIA, Liliana da. **O coletivo como plano de coengendramento do indivíduo e da sociedade**. São Cristóvão: Edições da EFS, 2014.
- FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. **Cartografia e devires: a construção do presente**. Porto alegre: UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Introdução à Vida não Fascista. Org. Coletivo sabotagem. 2004. Fonte: <<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2011/08/foucault-por-uma-vida-nao-facista-pdf.pdf>>
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- GIACOIA, Oswaldo Junior. Notas sobre a noção de uma ética não-fascista. In FONSECA, Tania Mara Galli; COSTA, Luciano Bedin da. **Vidas do Fora: habitantes do silêncio**, 2010, p.109-119.
- GUATTARI, Félix. Introdução à psicoterapia institucional. In: ESCOBAR, C. H. de (org). **As instituições e o Poder**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- GUATTARI, Félix. **As três Ecologias**. 21ª Ed. Campinas: Papyrus, 2012.

_____, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução Ana Lucia de Oliveira e Lucia Cláudia Leão. São Paulo: Ed.34, 1992, 208p.

_____, Félix; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. Org. Suely Rolnik. Brasiliense: São Paulo, 1985.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e Instituições**. Tradução de Henrique Augusto de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977, 329p.

LOURAU, René. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro. UERJ. 1993.

LOURAU, R. **Analista Institucional em tempo integral**. Org. Sônia Altoé. São Paulo: HUCITEC, 2004.

NIETZSCHE, F. A Gaia ciência. Aforismo: 107; in: F. Nietzsche: Obras incompletas. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. 1ª. Ed. São Paulo: Abril Cultural; 1974, p.206. In: GIACCOIA, Oswaldo Junior. Notas sobre a noção de uma ética não-fascista. In FONSECA, Tania Mara Galli; COSTA, Luciano Bedin da. **Vidas do Fora: habitantes do silêncio**, 2010, p.109-119.

NIETZSCHE, F. O Anticristo. São Paulo: Martin Claret, 2012.

PAULON, S. M. et al. Da loucura de trabalhar com a loucura: notas acerca dos (des)cuidados na Saúde Mental. In MERLO, A. R. C.; BOTTEGA, C.; PEREZ, K. V. (org). **Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho**. Porto Alegre: Evangraf, 2014, p.189-209.

PELBART, Peter Pal. **Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura: loucura e desrazão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PELBART, Peter Pál. **O avesso do Niilismo: cartografias do esgotamento**. 2ª Ed. São Paulo: N-1 edições, 2013.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2011, 247p.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.44-52, abr. 2014. Fap.UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000100006>.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.